

JÚLIA LUCIANA PEREIRA DAS DORES

Exclusão Social, Políticas Públicas e Representações
Sociais na cidade de Londrina – PR: um olhar sobre o
Assentamento Urbano Jardim Maracanã

JÚLIA LUCIANA PEREIRA DAS DORES

Exclusão Social, Políticas Públicas e Representações
Sociais na cidade de Londrina – PR: um olhar sobre o
Assentamento Urbano Jardim Maracanã

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, visando a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Eda Maria Góes

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

D748e

Dores, Júlia Luciana Pereira das.

Exclusão social, políticas públicas e representações sociais na cidade de Londrina PR : um olhar sobre o assentamento urbano Jardim Maracanã / Júlia Luciana Pereira das Dores – Presidente Prudente : [s.n.], 2005

209 : il., fotos, graf., mapas

Dissertação (mestrado). - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientador: Eda Maria Góes

1. Geografia. 2. Representação social. 3. Isolamento social. 4. Políticas públicas. 5. Violência. I. Dores, Júlia Luciana Pereira das. II. Góes, Eda Maria. III. Título.

CDD (18.ed.) 910.13

JÚLIA LUCIANA PEREIRA DAS DORES

Exclusão Social, Políticas Públicas e Representações Sociais
na cidade de Londrina – PR: um olhar sobre o
Assentamento Urbano Jardim Maracanã

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Prof^a. Dr^a. Eda Maria Góes
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Maria Encarnação Beltrão Sposito

Prof^a. Dr^a. Alice Yatiyo Asari (UEL)

Presidente Prudente (SP), 24 de janeiro de 2005

*Dedico este trabalho aos meus pais José e Marilanda, a minha irmã
Angela Marta, ao meu cunhado Paulino e sobrinhos José Paulo e Mariana Júlia
Aos meus tios Edison e Lúcia e primos Lya Carolina, Elyne e Victor Luiz
E a memória de meu avô Iolando Mariano Pereira*

AGRADECIMENTOS

Quero expressar e retribuir, através de agradecimentos, a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, na realização desta pesquisa.

Primeiramente agradeço a Deus, pela oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas que se dispuseram a trabalhar no desenvolvimento deste trabalho e de todo seu processo, bem como pela força e coragem que me destes para enfrentar as diversas barreiras encontradas neste caminho.

Meus agradecimentos, em especial, a minha família (meu pai José, minha mãe Marilanda, minha irmã Angela Marta, meu cunhado Paulino e sobrinhos – José Paulo e Mariana Júlia), que souberam entender e compreender todos os períodos de ausência, de angústia e tristeza e por terem compartilhado os momentos de alegria. Foram muitas páginas deste, escrita em comemorações e enfermidades. Agradeço, imensamente, todo o apoio que me deram, entre eles o financeiro, para que esta pesquisa pudesse ser realizada, e por terem dedicado tempos de suas vidas comigo, a minha pesquisa.

Aos meus tios e padrinhos Edison (Dido) e Lúcia, e primos Lya Carolina, Elyne e Victor Luiz, que colaboraram e entenderam os períodos de distanciamento e por toda ajuda, carinho e compreensão. A vocês que compartilharam de todas as etapas desta pesquisa, me deram força para continuar lutando pelos meus objetivos e me aconselhando nos momentos mais difíceis que passei.

Agradeço aos demais tios, tias e primos que apesar da distância, sempre tinham algo a me dizer sobre suas experiências, pelas contribuições com suas ricas histórias de vida, bem como pelo carinho e admiração. Quero agradecer, em especial, aos meus primos: Lya, Paulo, Rafael e Otávio (Tu), pelos desabafos e compreensão nos momentos de angústia. Por compartilharem da minha

felicidade, logo que terminava uma etapa importante deste trabalho, bem como agradecer pelos conselhos e pelas trocas de idéias.

Agradeço ao meu amigo Luciano Rocha (Lu) já que, mesmo distante, seus conselhos foram fundamentais. Sempre estivemos em contato, ora por carta, ora por telefone. E quando não estávamos juntos, por e-mail trocávamos idéias e desabafos. Obrigada pelas riquíssimas contribuições bibliográficas, pela compreensão, por todo carinho e por dividir comigo alguns momentos de tristeza e dificuldades particulares.

A minha orientadora, Eda Maria Góes, pela sua rica orientação. Agradeço as contribuições, as discussões realizadas no desenvolvimento da pesquisa. Foi uma orientação repleta de ensinamentos, que enriqueceram minhas idéias e contribuíram para o meu crescimento, não apenas profissional. Agradeço por ter aceitado dividir comigo a proposta de desenvolver esta pesquisa e toda sua dificuldade.

Em especial, aos meus amigos Mary, Paolina (Lica), Jerri, Eduardo (Du), André, Takeda, Adriana (Dri), Adriano, que me ajudaram em um momento difícil, se não fossem as palavras de carinho e amizade, os conselhos valiosos, os desabafos, talvez não tivesse forças para continuar este trabalho. E também ao amigo João Batista pela amizade, e pelas suas palavras de conforto, carinho e alegria.

Aos meus amigos do Residencial mais Geográfico de Prudente, o San Sebastian (Flávia, Denis, María, Augusto, Lima, Carlos, Adriano, Zé Alves, Karina, Márcio, Marcelo), embora alguns já nem residem mais neste, as nossas lembranças serão eternas. Agradeço por terem compartilhado as alegrias, tristezas, festas, despedidas, enfermidades, lutas e conquistas, dificuldades, enfim, momentos estes que ficarão guardados para sempre.

Em especial a Flávia, ao Augusto e a pequena Vitória, por compartilhar as mesmas tarefas e as dificuldades, como também a união e a responsabilidade de um lar, de uma casa, na qual passamos momentos de reflexão, discussões, desabafos, enfermidades, alegrias, e amizade. Agradeço

ao Denis, Marília e Lima por me abrigarem no apartamento aconchegante por inúmeras vezes! E em particular ao Denis pelas contribuições na parte cartográfica da pesquisa.

Ao Luciano Furini, pela sua amizade e pelas contribuições nas discussões teóricas da pesquisa, bem como pelas indicações bibliográficas e leituras dos meus rabiscos. A Marília pelas contribuições bibliográficas, por ter me acompanhado em algumas de minhas visitas ao bairro, pelas trocas de idéias e pela amizade. Estendo meus agradecimentos aos demais colegas e amigos (Tânia, Roberto, Robson, Alexandre, Joelma, Kleber, Fernanda, Jansen, Flávia, Marcelino, Silvia, Deise, Fábio, e demais colegas da Pós-Graduação em Geografia da UNESP), pelos trabalhos realizados juntos, pelas discussões, pelas experiências, pelas festas e churrascos, pelas caronas, pelas ajudas e acima de tudo pela amizade. A Gisele Lima pela amizade, como pela leitura e correção do texto, ao André Mattos pela tradução, e ao Clayton por ter colaborado na elaboração cartográfica, e demais pessoas que contribuíram de alguma forma.

À Diretoria da AGB - Seção Presidente Prudente (gestão 2002/2004) pelas discussões, conquistas, pela amizade que construímos juntos, pelos ensinamentos e contribuições no que se refere à participação em atividades diversas e pela força e união para a realização de várias tarefas.

Agradeço aos demais colegas de turma da Universidade Estadual de Londrina – UEL e da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente, aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP, aos professores do Departamento de Geografia, de ambas Universidades, e aos funcionários da Secretaria de Pós-graduação da UNESP, pelas contribuições em suas disciplinas, orientações, trocas de idéias e conselhos, pelas informações cedidas, pelos anos de convivência, de lutas, de conquistas, pelas festas e amizade. Bem como, ao professor Helion Pova-Neto que, através de seus e-mails, passou algumas indicações bibliográficas de tamanha importância na discussão sobre migração interna e exclusão social.

Agradeço as Professoras Alice e Carminha pelas orientações e contribuições de suas disciplinas, compartilhando idéias, críticas, sugestões, e também pelas ricas arguições feitas no exame de qualificação e demais procedimentos.

Registro meus agradecimentos às instituições, entidades e funcionários destes estabelecimentos que atenderam aos pedidos e prontificaram-se a fornecer informações e demais materiais para que esta pesquisa fosse realizada, principalmente a Cohab-Ld (Angela Bento, Carlos Eduardo, Wanda, Joana); Prefeitura Municipal de Londrina (Rose, Alcides, Silvana); Secretaria de Ação Social de Londrina (assistentes sociais, motoristas e estagiárias); Provopar; Folha de Londrina; Jornal de Londrina; TV Tarobá (Tânia e Carlos Camargo); Sinal Verde (Gisele, Mariza); Biblioteca Pública de Londrina; Biblioteca Central da UEL e da UNESP; Delegado Chefe da 10ª Subdivisão Policial de Londrina (Jurandir Gonçalves André); ITEDES/UEL (Sandra Cordeiro); Escola Estadual Olavo Garcia (Cidinha e André); ex-dono do Supermercado Maracanã (Sr Edison); Diretor do CAIC (Amauri); Posto de Saúde Panissa (Ana Patrícia); pelas contribuições com materiais e entrevistas sobre o Jardim Maracanã. E ao professor José Carlos Dalmas do Departamento de Matemática Aplicada (UEL) pelas contribuições nos cálculos estatísticos referentes ao número de questionários a serem aplicados no bairro estudado.

As Assistentes Sociais Adriana, Sirlei e Vera, pelas informações referentes à área de estudo, bem como pelo acompanhamento no trabalho de campo, empréstimo de materiais e fornecimentos de dados. Agradeço ainda, a geógrafa Angela Bento (Cohab-LD), pelas contribuições no levantamento de dados sobre o Jardim Maracanã e materiais fornecidos referentes ao Programa Habitar Brasil e outros projetos desenvolvidos nesta área.

Com carinho a Dona Alaíde, pela incansável presença nas saídas de trabalho de campo, que mesmo com problemas de saúde, sempre se dispôs a me acompanhar no reconhecimento do bairro e na realização das entrevistas, bem como ao seu esposo Antonio, que cederam sua residência para que eu a utilizasse como ponto de apoio durante a aplicação dos questionários. Com a

mesma admiração, agradeço a Dona Rosalina que me acompanhou nas etapas de aplicação dos questionários no interior do bairro, bem como de apresentação aos moradores do mesmo. E ao José Bertino e sua esposa, pelo acompanhamento na fase inicial de reconhecimento interno do bairro, antes da realização do trabalho de campo, bem como pelas informações relatadas, que foram de vital importância para a orientação das demais atividades. Nesta fase também contei com o apoio do meu cunhado Paulino para a realização dos primeiros contatos com os moradores do bairro.

Com admiração, respeito e muito carinho, aos moradores do Jardim Maracanã, pela participação e oportunidade que me propuseram, em estar "invadindo" sua privacidade no momento de realização dos trabalhos, pela disponibilidade de estarem respondendo aos questionários e entrevistas, e pelas ricas informações relatadas.

Ao Grupo SIMESPP – Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social e Políticas Públicas, pelas contribuições de caráter teórico, importantes para as discussões e entendimentos da pesquisa, através dos seminários apresentados.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Unesp – através do PROAP, pelos recursos financeiros proporcionados para a realização do trabalho de campo e participação em eventos nacionais de Geografia.

Enfim, a todos aqueles que, de maneira direta ou indiretamente, colaboraram para a realização e conclusão deste trabalho.

Obrigada a todos!

RESUMO

Esta pesquisa envolve discussões acerca do processo de exclusão social, representações sociais e políticas públicas na cidade de Londrina-PR, com ênfase nas questões relacionadas à violência vivenciada pelos moradores do Assentamento Urbano Jardim Maracanã, localizado na Zona Oeste da cidade. A partir da trajetória dos aglomerados subnormais, buscou-se caracterizar o Jardim Maracanã e a situação das famílias entrevistadas, em seus aspectos sociais e econômicos, nas dificuldades enfrentadas frente às representações sociais negativas que o bairro apresenta, principalmente relacionadas à violência, constatadas nas reportagens de jornais da cidade e em entrevistas. Realizou-se uma análise dos deslocamentos realizados pelas famílias entrevistadas no âmbito local, estadual e nacional, buscando averiguar a origem e a motivação da escolha da cidade de Londrina e do Jardim Maracanã, levando em conta os aspectos relacionados às transformações sócio-econômicas, principalmente as conseqüências da modernização da agricultura, industrialização e urbanização, que acarretou nos diversos deslocamentos internos e intra-urbanos. Por último, procurou-se discutir as possibilidades e limites das políticas públicas na reversão dos processos de exclusão social em curso no bairro estudado.

Palavras-chaves: representações sociais, exclusão social, políticas públicas, violência.

ABSTRACT

This research involves discussions about the social exclusion process, social representations and public political in the city of Londrina-PR, emphasis the questions related to the violence lived by the people who is living in a neighborhood called Jardim Maracana, located in the west zone of the city. From aglomerados subnormais it looked for to characterized the Jardim Maracana and the situation of the interviewed families, in their social and economic aspects, in the difficulties found toward the negative social representations that the neighborhood present, specially related to violence, observed in the city newspapers and in interviews. It was done an analyze of the movement made by the families interviewed in the local area, in the state area and national area, searching the origin and the motivation about the choosing the city of Londrina and the Jardim Maracana neighborhood, taking into account the aspects related to the social-economic transformations, specially the consequences from the agriculture modernization, industrial and urbanization, that caused in the several internal movements and intra-urban. At last , it was discussed the possibilities and limits of the public politics turning around the social exclusion processes going on in the neighborhood studied.

Key Words: Social representations, social exclusion, public politics, violence.

SUMÁRIO

Folha de aprovação	04
Listas	16
Cartogramas	16
Fotos	16
Gráficos	17
Mapas	18
Quadros.....	18
Tabelas.....	19
Siglas.....	20
INTRODUÇÃO.....	22
CAPÍTULO 1 – MORAR NO JARDIM MARACANÃ	30
CAPÍTULO 2 – “AGLOMERADOS SUBNORMAIS” E “ASSENTAMENTOS URBANOS”	
EM LONDRINA: classificações da COHAB-LD.....	69
2.1. As diferentes categorias de aglomerados subnormais	70
2.2. Histórico dos aglomerados subnormais: ênfase para os assentamentos urbanos	81
2.2.1 Gênese histórica dos aglomerados subnormais: favelas em Londrina	85
2.2.2 Principais assentamentos urbanos de Londrina: solução ou problema?	87

CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS X EXCLUSÃO SOCIAL NO

JARDIM MARACANÃ	91
3.1 Exclusão social: algumas considerações conceituais	91
3.2 Políticas públicas.....	100
3.3 Transformações sócio-econômicas, urbanização e migrações	113
3.4 Migrações internas e intra-urbanas	117
CAPÍTULO 4 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O JARDIM MARACANÃ	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
BIBLIOGRAFIA	162
ANEXOS.....	175
Anexo A: Questionário e roteiros de entrevista	176
Anexo A ₁ : Questionário aplicado junto aos moradores do Assentamento Urbano “Jardim Maracanã I e II”	177
Anexo A ₂ : Roteiro de entrevista realizada com o Presidente da COHAB- LD – Carlos Eduardo Afonseca e Silva	182
Anexo A ₃ : Roteiro de entrevista realizada com o Jornalista Carlos Camargo	184
Anexo A ₄ : Roteiro de entrevista realizada com o Dono do Mercado Maracanã	185
Anexo A ₅ : Roteiro de entrevista – Representações Sociais	187

Anexo B: Levantamento jornalístico sobre noticiário referente à violência nos aglomerados subnormais em Londrina e no Jardim Maracanã. Fontes: Folha de Londrina e Jornal de Londrina – 2003	188
Anexo B ₁ : Folha de Londrina – 2003	189
Anexo B ₂ : Jornal de Londrina – 2003	192
Anexo B ₃ : Reportagens de Jornais referentes ao Jardim Maracanã	194
Anexo C: Quadros referentes à evolução dos aglomerados subnormais de Londrina – PR (situação 1972 a 2002)	204

LISTAS

Cartogramas

01: Assentamento Urbano Jardim Maracanã: mapa de uso do solo – situação 2003	45
02: Bolsões e pontos de pobreza em Londrina - Pr – situação 1995	78
03: Bolsões e pontos de pobreza em Londrina - Pr – situação 2002	79
04: Mapa 1: PARANÁ - Principais fluxos migratórios intermesorregionais – 1986/1991.....	124
05: Mapa 2: PARANÁ - Principais fluxos migratórios intermesorregionais de origem e destino urbanos – 1986/1991	125
06: Mapa 3: PARANÁ - Principais fluxos migratórios intermesorregionais de origem rural e destino urbano – 1986/1991	126
07: Mapa 4: PARANÁ - Principais fluxos migratórios intermesorregionais de origem e destino rurais – 1986/1991.....	127
08: Mapa 5: PARANÁ - Principais fluxos migratórios intermesorregionais de origem urbana e destino rural – 1986/1991	128
09: Jardim Maracanã: Procedência dos entrevistados	132
10: Deslocamentos realizados pelos entrevistados do Jardim Maracanã – divisão por zonas (área de origem)	134
11: Deslocamentos intra-urbanos realizados pelos entrevistados do Assentamento Urbano Jardim Maracanã – casos significativos	136

Fotos

01: Área reservada pela COHAB-LD para a implantação de futuros equipamentos comunitários.....	33
02 e 03: Habitações de alvenaria	34

04: Vista frontal da casa de Dona Alaíde.....	35
05: Vista frontal da casa de Dona Rosalina	36
06 e 07: Habitações de madeira ou mista	37
08: Barraco abandonado na quadra 28 – Jardim Maracanã II	38
09 e 10: Unidades supostamente utilizadas pelo narcotráfico	39
11: Habitação de lona	40
12: Vista da Rua Ginástica Olímpica	43
13: Vista de uma das ruas com erosões e valas abertas	43
14: Vista Panorâmica do Jardim Maracanã	44
15: Vista frontal do Jardim Maracanã	44
16: Unidade habitacional mista	46
17: Supermercado Maracanã	49
18: Vista de uma das ruas do bairro sendo utilizada para o lazer	65
19: Crianças moradoras do Jardim Maracanã	66
20: Centro comunitário do Jardim Olímpico	67
21: Ocupação irregular – Fundo de vale do Córrego Bom Retiro na Favela Marisia	73
22: Favela Marisia II	74
23: Assentamento Urbano Jardim União da Vitória	75
24: Assentamento Urbano Jardim União da Vitória	89
25: Local do barraco incendiado por traficantes	150
26: 'Ricardo sonha em viver de sua arte'	152

Gráficos

01: Faixa etária dos entrevistados	55
02: Situação de emprego dos entrevistados	56

Mapas

01: Estado do Paraná: Localização do Município de Londrina	24
02: Localização da área de pesquisa.....	31

Quadros

01: Local de compras (Mercado)	50
02: Frequência das compras e condições de pagamento	50
03: Tipo de lazer	52
04: Programas de rádio e televisão	53
05: Ocupação do entrevistado	57
06: Equipamentos que possui	59
07: Tipo de alimentação consumida	59
08: Produtos cultivados na unidade habitacional	60
09: Principais problemas do bairro	62
10: Propostas para reduzir a violência no bairro.....	63
11: Aglomerados subnormais em Londrina – PR – situação em 2002	80
12: Conjuntos Habitacionais para desfavelamento em Londrina	83
13: Programas implantados no Jardim Maracanã.....	104
14: Pessoas beneficiadas pelos programas sociais implantados no Jardim Maracanã	107
15: Local de atendimento médico	108
16: Jardim Maracanã: Atendimento médico.....	109
17: Aquisição de remédios.....	111
18: Deslocamentos realizados pelos entrevistados do Jardim Maracanã – dividido por zonas (área de origem)	133

19: Deslocamentos intra-urbanos realizados pelos entrevistados Jardim Maracanã – casos significativos	135
20: Motivos que levaram os entrevistados a buscarem Londrina – Pr	139
21: Motivos dos entrevistados estarem morando no Jardim Maracanã	141
22: Resultado da entrevista sobre Representações Sociais	147

Tabelas

01: Construção da casa	41
02: Material da casa.....	47
03: Quantidade de cômodos em relação ao número de unidades	47
04: Tipos de telhado das unidades habitacionais	47
05: Tipos de janelas e portas das unidades habitacionais	48
06: Tipo de chão da casa	48
07: Renda familiar dos entrevistados.....	54
08: Aquisição do imóvel	55
09: Grau de instrução do entrevistado	58
10: Gastos mensais do entrevistado	61
11: Os moradores chamam a polícia com frequência	62
12: População total, urbana e rural e grau de urbanização no Estado do Paraná – 1970 a 2000	129
13: Procedência dos entrevistados	131
14: Permanência do entrevistado no Jardim Maracanã	138

SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

BEF – Bolsa Escola Federal

BEM – Bolsa Escola Municipal

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BOs – Boletins de Ocorrências

CAIC – Centro de Atendimento Integrado à Criança

CEM – Centro de Estudos Migratórios

COHAB-LD – Companhia de Habitação de Londrina

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

DI – Desenvolvimento Institucional

HBB – Habitar Brasil Bid

HC – Hospital das Clínicas

HU – Hospital Universitário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

ITEDES – Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social

LD – Londrina

MST – Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra

OP – Orçamento Participativo

PAI – Pronto Atendimento Infantil

PEMAS-LD – Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais de Londrina

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIN – Programa de Integração Nacional

PML – Prefeitura Municipal de Londrina

PPC – Projeto de Participação Comunitária

PR – Paraná

PROVOPAR - LD – Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina

PT – Partido dos Trabalhadores

RML – Região Metropolitana de Londrina

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SERCOMTEL – Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

UAS – Urbanização de Assentamentos Subnormais

UEL – Universidade Estadual de Londrina

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI, o Brasil foi palco de um acelerado processo de transformações. Estas transformações, relacionadas a vários aspectos do sistema produtivo, foram consideradas as primeiras responsáveis pelos desequilíbrios sócio-econômicos do país, e deram nova dimensão a um problema, nada recente na história da sociedade brasileira, que se configura na degradação das condições de habitação destinadas à população de baixa renda, residente nas cidades, bem como no aumento de carências e privações presenciadas por seus moradores.

Toda essa condição degradada, do ponto de vista social, foi com o passar dos anos associando-se a outros fatores, entre eles a constante falta de infra-estrutura básica, o acesso precário aos equipamentos públicos (escola, hospital e outros), a precariedade ou inexistência da situação empregatícia da população que reside nestes locais e, posteriormente, as questões relacionadas à violência, uma vez que estes lugares tornam-se propícios a atos desta natureza.

Características como estas estão cada vez mais presentes na cidade de Londrina - PR, que absorveu rapidamente tais mudanças e conseqüentemente apresentou um elevado grau de urbanização, o que repercutiu em diversos problemas urbanos, atingindo, principalmente, a população que reside nos aglomerados subnormais¹.

O município de Londrina² foi criado em 1934, através do Decreto Estadual nº 2519. Está situado ao Norte do Estado do Paraná e pertence a Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense. Localiza-se geograficamente entre 23°08'47" e 23°55'46" de Latitude Sul e entre

¹ Termo utilizado pela COHAB-LD, para se referir aos assentamentos urbanos, favelas e ocupações irregulares.

² Para maior aprofundamento acerca da História de Londrina consultar: ARIAS NETO, José M. **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná – 1930/1975**. Londrina: Editora UEL, 1998; PML. **Perfil do Município de Londrina**. Londrina: Secretaria de Planejamento Urbano, 2003; ALVES, C. Dinâmica espacial de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina – os conjuntos habitacionais. Dissertação (Mestrado em Geografia), São Paulo: USP, 1991; COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo, 1975.

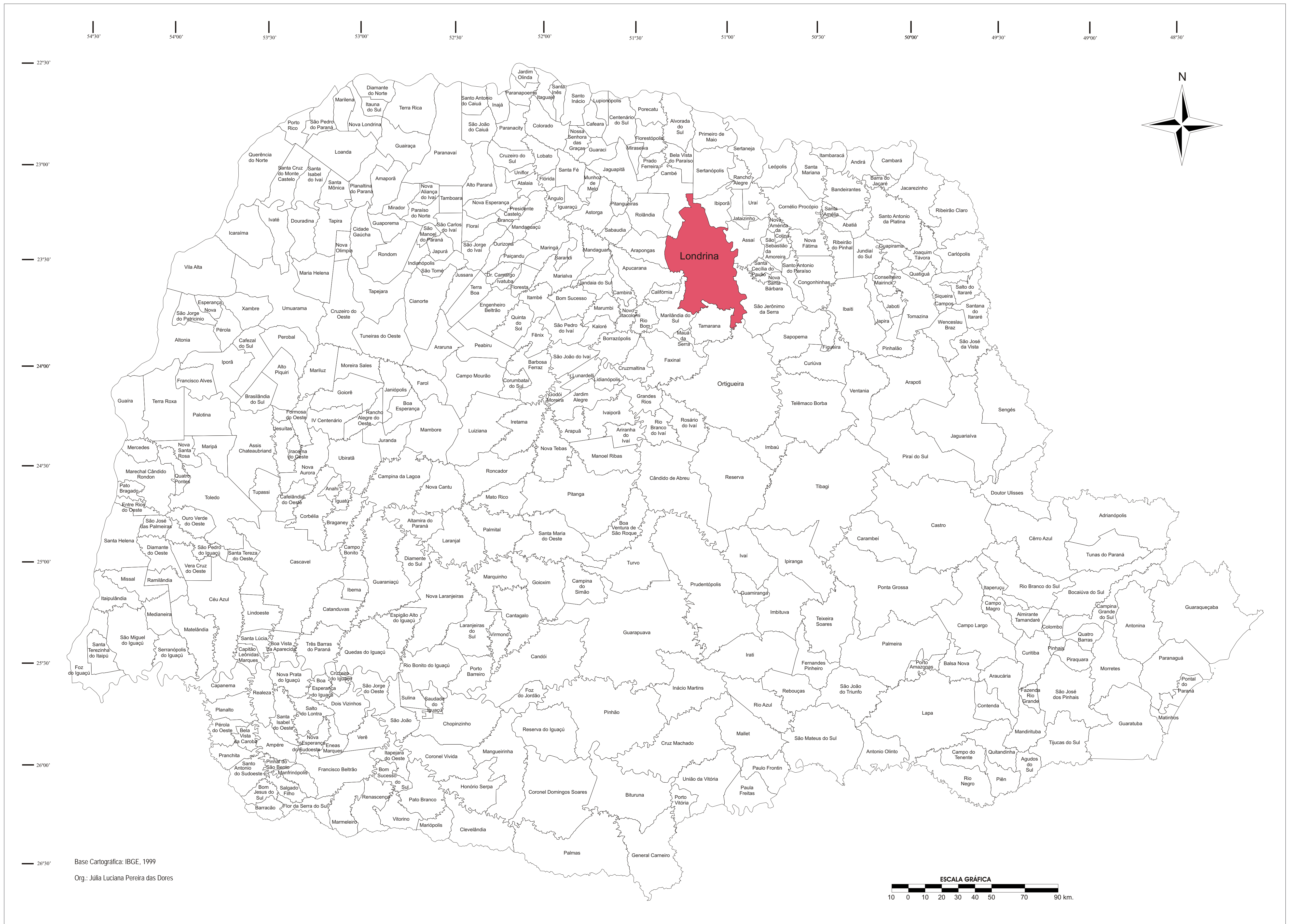
50°52'23" e 51°19'11" de Longitude Oeste de Greenwich (Mapa 01). Segundo o Censo Demográfico (2000), sua população total atingiu 447.065 habitantes, sendo 433.369 urbana e 13.696 rural, apresentando densidade demográfica de 259,1 hab/Km². Quanto à área, a zona urbana possui 118,5 Km² e a zona de expansão urbana 119,8 Km², totalizando uma área equivalente a 238,3 Km² (PML, 2003).

Desde sua criação, Londrina apresentou um crescimento constante, consolidando-se atualmente como Região Metropolitana³, conceituada como ponto de referência econômica, política e cultural, entre outros aspectos, do Norte do Estado do Paraná, exercendo grande influência no desenvolvimento regional, no que tange à questão da modernização da agricultura, industrialização, comércio e serviços, decorrentes da maneira como foi ocupada e colonizada. Além disso, apresenta uma dinâmica populacional expressiva diante dos consecutivos processos migratórios, tanto em nível nacional como estadual, destacando-se, também, os deslocamentos intra-urbanos.

Pela sua prosperidade econômica, pelo seu crescimento nas atividades urbano-industriais e excelentes recursos no setor de serviços, associados aos diversos ramos da economia e suprimindo as necessidades diversas da população, Londrina continua atraindo contingente populacional de vários pontos deste imenso país. São pessoas e/ou famílias que buscam, na maioria das vezes, melhores condições de vida (emprego e moradia) e acabam, diante da impossibilidade de adquiri-las, experimentando a degradação sócio-econômica.

³ A Região Metropolitana de Londrina (RML), considerada a primeira do interior brasileiro, foi instituída pela Lei Complementar nº 81 de 17 de junho de 1998, sendo alterada pelas Leis nº 86 (07/07/2000) e nº 91 (05/06/2002), sancionadas pelo Governador Jaime Lerner. Compõe a RML os seguintes municípios: Londrina, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Iporã, Jataizinho, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana, (PML, 2003).

Mapa 01: Estado do Paraná: localização do Município de Londrina



Frente a esse quadro, optou-se neste trabalho por analisar a situação de um bairro da cidade que apresenta fortes indícios de discriminação e sofre com as precárias condições de vida da sua população (habitação, saúde, educação), entre outros fatores, como a violência presenciada no local, sendo esse bairro alvo de programas sociais e habitacionais por parte do Poder Público, conforme os dados colhidos no ano de 2003 e em alguns anos anteriores. Estes elementos permitem compreender os processos que compõem o eixo central deste trabalho - exclusão social, políticas públicas e a produção de representações sociais - na cidade de Londrina, tendo como objeto de estudo o Assentamento Urbano Jardim Maracanã.

Quanto aos objetivos específicos, estão centrados na investigação da situação sócio-econômica e estrutural desse bairro e de sua população, na concepção dos aglomerados subnormais pelo Poder Público Municipal, na verificação da atuação dos órgãos públicos, através da implantação de políticas públicas, e na investigação da trajetória dos deslocamentos realizados pelos entrevistados, tendo em vista as transformações sócio-econômicas ocorridas no país após a década de 1970.

Além disso, algumas questões foram levantadas visando orientar o desenvolvimento da pesquisa e proporcionar o enriquecimento das discussões associadas à formação dos aglomerados subnormais e sua expressividade diante da noção de representações sociais, do processo de exclusão social e da implementação de políticas públicas pelos órgãos governamentais. Entre os questionamentos estão: o processo de exclusão social seria o mais adequado para analisar a situação das famílias que compõe o Jardim Maracanã? Até que ponto as representações sociais, produzidas por moradores e não moradores do bairro, são reveladoras dos problemas reais e dos preconceitos que envolvem a imagem do Jardim Maracanã e influenciam suas relações com o restante da sociedade e os órgãos públicos? Em que circunstância a implantação de políticas públicas favorece

a população do bairro, revertendo processos excludentes e alterando as representações sociais produzidas⁴?

Dessa forma, buscar-se-á, no decorrer do texto, abordar estas questões, propiciando a reflexão sobre a situação presenciada na realidade do bairro em estudo, tanto em sua dimensão mais concreta e visível, quanto em sua dimensão subjetiva, apontando indícios de reversão desta situação, com vistas à busca de soluções para os inúmeros problemas sociais encontrados no local.

Para o desenvolvimento desta pesquisa e para atingir tais objetivos, com base na metodologia de análise adotada, as atividades realizadas foram as seguintes: 1. levantamento e discussão bibliográfica; 2. levantamento de reportagens de jornais locais (Folha de Londrina e Jornal de Londrina – ano 2003); 3. realização de entrevistas junto a instituições, órgãos governamentais, e pessoas diretamente ligadas ao bairro (Presidente da COHAB-LD, assistente social, enfermeira, jornalista policial, Diretor do CAIC – Zona Sul, ex-proprietário de estabelecimento comercial do bairro); 4. trabalho de campo (reconhecimento da área, levantamento fotográfico, aplicação de questionário e entrevistas junto aos moradores do bairro) e, finalmente, 5. sistematização, mapeamento e análise dos dados.

Para obtenção das informações necessárias, visando compreender a realidade estudada, recorreu-se também à consulta de documentos disponíveis em órgãos públicos municipais, como a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina (IPPUL), Câmara Municipal de Londrina, Secretaria de Ação Social de Londrina, Secretaria de Planejamento e Fazenda de Londrina, Biblioteca Pública de Londrina, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina e o Posto de Saúde Antonio Avelino Vieira.

⁴ O caráter dinâmico das representações sociais é atestado, por exemplo, por Jovchelovitch (2000).

Complementarmente, numa estratégia menos ortodoxa de pesquisa, optou-se por explorar as conversas informais realizadas com cobradores de ônibus, da linha 314 – Jardim Olímpico, que atende a população do bairro e conversas com os moradores do Jardim Maracanã.

Quanto ao trabalho de campo realizado no Jardim Maracanã, é importante ressaltar algumas estratégias estabelecidas para o desenvolvimento da pesquisa. A primeira visita de reconhecimento interno do bairro foi realizada em 19 de janeiro de 2003 junto com um morador do Conjunto João Turquino, que conhecia muito bem a realidade do Jardim Maracanã e de seus moradores. Nesse dia, conversou-se com algumas pessoas residentes no bairro visando conhecer um pouco do cotidiano dessas famílias. Embora já conhecesse o local anteriormente, o segundo passo foi estabelecer alguns contatos com os moradores e membros de órgãos públicos municipais que atuavam na área, para a inserção da pesquisadora no bairro em análise, bem como reconhecer as condições deste local e a situação de seus moradores, identificando as formas possíveis de se obter as informações necessárias.

Uma vez feito esse reconhecimento, o passo seguinte consistiu no contato com a assistente social e as estagiárias de Serviço Social (da UEL), que trabalhavam com a população no período de realização da pesquisa de campo (maio/junho de 2003). A partir deste momento, a pesquisadora passou a acompanhar algumas das atividades da assistência social como, por exemplo, visitas a determinadas unidades habitacionais, cujas famílias necessitavam de auxílios, e presenciou várias situações de risco social. Nessas oportunidades, conheceu um pouco da vida dessas famílias carentes tanto de elementos materiais, quanto de carinho e compreensão, exemplos da dimensão subjetiva, antes referida.

Após todas essas observações, foi indicada pela assistente social uma pessoa (moradora do bairro) que conhecia o local e seus moradores, para acompanhar o desenvolvimento da pesquisa de campo (aplicação dos questionários e reconhecimento da estrutura do bairro), de forma a

apresentar a pesquisadora às famílias, nas quais seriam aplicados os questionários, e aos moradores do bairro como um todo.

Todas essas etapas foram necessárias em função da ausência inicial de familiaridade da pesquisadora em relação à área de estudo e, sobretudo, à representação violenta desse bairro, produzida em conversas informais de moradores de Londrina e, principalmente, pela mídia local. Assim, o pressuposto de que a violência era um dos principais problemas do bairro consistiu, simultânea e contraditoriamente, em atrativo/desafio e em problema a ser contornado pela pesquisadora.

Um questionário (Anexo A₁), composto por 48 questões, foi aplicado em 100 unidades habitacionais, representando, assim, 20% do universo da pesquisa, dentro de um total de 497 moradias, e envolveu os assuntos relacionados ao perfil sócio-econômico dos entrevistados, trajetória de vida, opinião destes em relação ao bairro, condições das unidades habitacionais, educação, saúde, lazer, além das principais reivindicações e problemas do local.

Os resultados da análise estão estruturados nos quatro capítulos que compõem esta dissertação. O primeiro capítulo intitulado *Morar no Jardim Maracanã* apresenta as características gerais deste bairro, como um breve histórico de sua formação, as condições de infra-estrutura, os principais problemas, bem como a situação sócio-econômica, aspectos da história de vida e dificuldades enfrentadas pelas famílias entrevistadas, oferecendo subsídios para as discussões dos capítulos subseqüentes.

O segundo capítulo "*Aglomerados subnormais*" e "*assentamentos urbanos*" em *Londrina: classificações da COHAB*, enfatiza a intervenção do Poder Público Municipal, a começar pelas classificações e definições por ele empregadas. Aborda brevemente, ainda, a trajetória e a gênese desses aglomerados subnormais (assentamentos urbanos, favelas e ocupações irregulares), problematizando a situação dos principais assentamentos urbanos, com vistas a sua caracterização ambígua, enquanto problema e/ou solução para seus moradores.

No terceiro capítulo *Políticas públicas X exclusão social no Jardim Maracanã*, a discussão está centrada no debate acerca do processo de exclusão social e de sua contribuição na compreensão da trajetória dos moradores do bairro e nas políticas públicas implantadas na cidade de Londrina, e em particular no Jardim Maracanã. Reflete, ainda, sobre as transformações sócio-econômicas, urbanização e migrações (internas e intra-urbanas), em sua relação com as ocorrências presenciadas nesse bairro.

Finalmente, o quarto capítulo, *Representações sociais sobre o Jardim Maracanã*, partindo da análise da realidade estudada, aborda aspectos das representações sociais vinculadas à questão da violência no local. Além disso, busca aprofundar a discussão acerca das relações entre processos de exclusão social e políticas públicas, como forma de reverter a situação dos moradores do Jardim Maracanã.

CAPÍTULO 1

MORAR NO JARDIM MARACANÃ

O Jardim Maracanã está localizado na Zona Oeste da cidade de Londrina próximo à divisa com o município de Cambé, possuindo em seu entorno o Conjunto João Turquino (Sul), Jardim Olímpico (Oeste) e Parque Universidade (Leste), conforme mostra o Mapa 02, estando ainda delimitado ao Norte pelo Ribeirão Esperança⁵.

A área na qual está inserido o bairro era de propriedade particular, quando foi ocupada, em 1997, por cerca de 100 famílias provenientes do fundo de vale do Conjunto João Turquino. Dentre essas famílias estavam não apenas aquelas que buscavam um terreno, que mesmo sendo irregular, de início, pudesse vir a ser regularizado pelo poder público, mas outras famílias do João Turquino que foram expulsas por enfrentarem problemas relacionados com o tráfico de drogas e a violência⁶. Posteriormente, juntaram-se a elas famílias provindas de outros locais da cidade e de outros municípios. Tais informações indicam não apenas a presença da violência relacionada à dificuldade de acesso a moradia na origem do Jardim Maracanã, mas também da violência relacionada ao tráfico de drogas.

Em 1999 intensificaram-se as ocupações no local, tendo como líder do movimento Edivaldo Faustino, mais conhecido como *Neguinho*, que passou a ser o responsável, nesta época, pela organização das famílias que iriam morar no Jardim Maracanã⁷, tornando-se, também, o Presidente da Associação de Moradores do bairro (entidade não regularizada), o qual determinava a venda dos lotes para as famílias, cobrando cerca de R\$ 40,00, para que estas pudessem construir seus barracos no novo bairro, segundo as declarações de um morador (maio/junho de 2003).





⁵ O Jardim Maracanã faz parte da Poligonal Turquino/Maracanã, assim definida para a intervenção do Poder Público. Chama-se Poligonal por constituir a junção de duas áreas que apresentam características semelhantes.

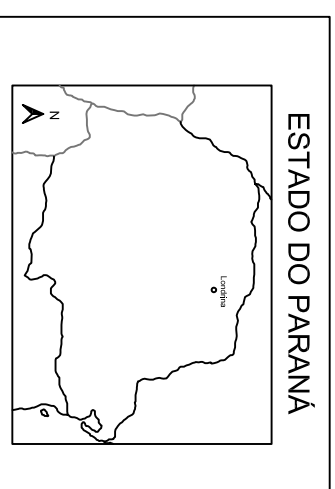
⁶ Esta informação está contida no levantamento feito pela Cohab-Ld para o Habitar Brasil, como também nas declarações do Jornalista Carlos Camargo (2003).

⁷ Essa organização é realizada atualmente pela COHAB-LD mediante cadastro das famílias.

Localização da área de pesquisa

CONVENÇÕES

-  Área de expansão urbana
-  Bairros
-  Quadras
-  Área de Pesquisa - Jardim Maracanã

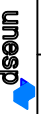


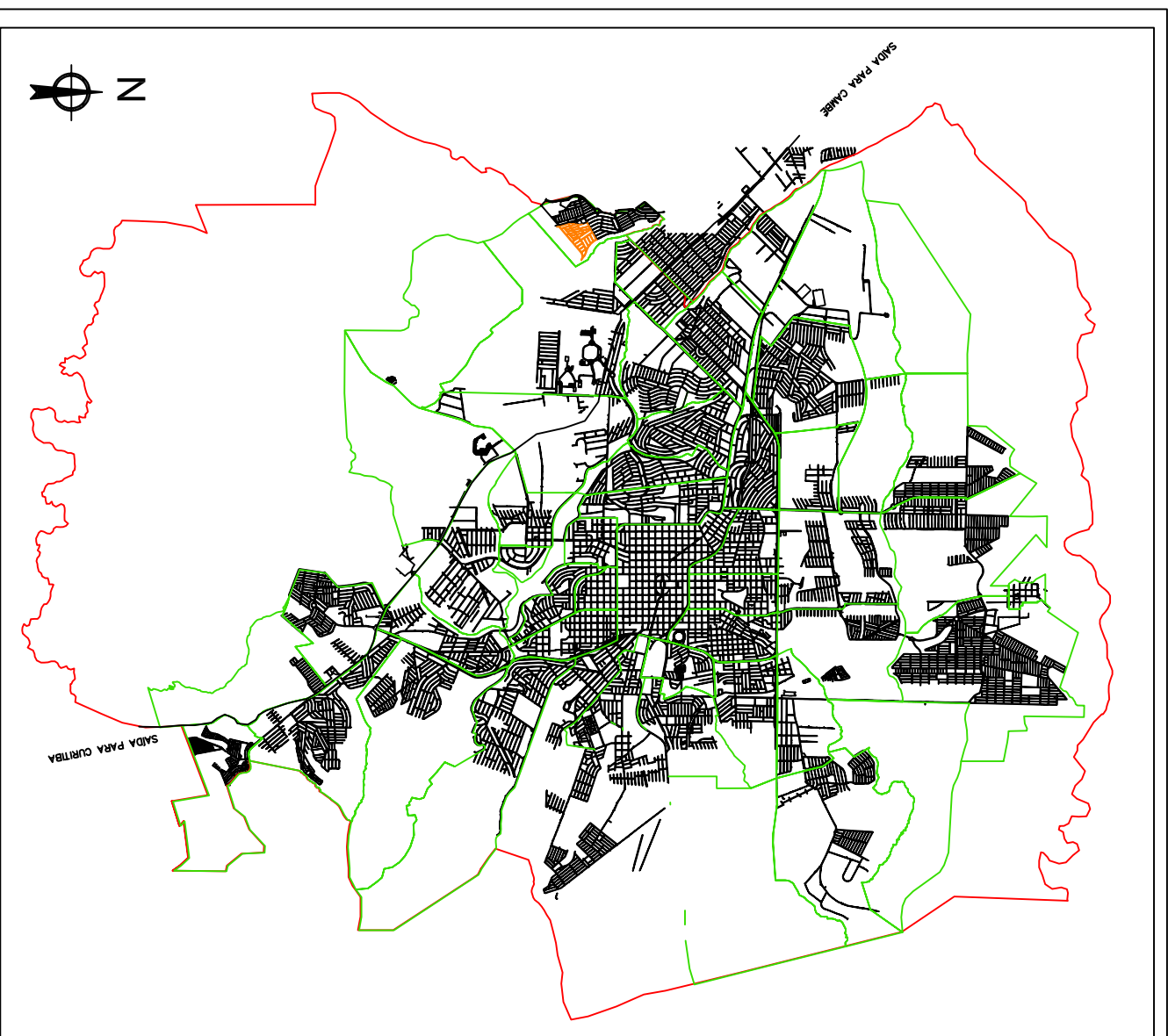
Localização da área de pesquisa

Título: _____
Escala:  0 1 2 3 km

Autor: Júlia Luciana Pereira das Dores
Orientador: Profa. Dra. Eda Maria Góes

Fonte: COHAB-LD Companhia de Habitação de Londrina
Base Cartográfica: IPPUL
Desenhista: Denis Richter
Mapa: 02
Página: 31

Modalidade de Pesquisa: Dissertação de Mestrado
Instituição:  unesp



Assim, percebendo o avanço das ocupações no local (Jardim Maracanã), oriundas da expansão do Conjunto João Turquino, os proprietários da área recorreram à COHAB-LD para negociar a sua venda, que foi efetivada em 19 de dezembro de 2000, possuindo então uma área de 241.613,17 m². Esta área, na qual se situa o Jardim Maracanã, foi inserida no perímetro urbano do Município de Londrina pela Lei Municipal n.º 7.484 de 1998, sendo que o parcelamento dos lotes, devidamente aprovado pela Secretaria de Obras do Município, foi protocolado para registro sob o nº 24.189, somente em 09 de junho de 2002, contendo 639 lotes para habitação (COHAB-LD, 2002).

Após a aquisição e regularização do terreno, a COHAB-LD determinou algumas medidas para a comercialização e regularização⁸ dos lotes através do *Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda*, segundo o qual os moradores beneficiados pagariam pela regularização fundiária o valor mensal de R\$ 20,00 durante 25 anos (300 meses), sendo que as prestações seriam reajustadas conforme o salário mínimo, tendo o morador a possibilidade de quitação do lote, com valor estipulado em R\$ 1.200,00.

Outra medida tomada pela COHAB-LD foi a fixação do cartão de identificação nas unidades onde as famílias responderam o formulário de cadastro, sendo esse o documento a ser utilizado para futuras implantações de obras e serviços públicos, como também para os diversos atendimentos e acompanhamento das famílias⁹ e para a regularização fundiária do lote.

A partir desse momento (dezembro de 2000), a organização do bairro não ficou restrita apenas ao local onde ocorreram as primeiras ocupações. Prevendo a expansão dessa situação e buscando solucionar os problemas de famílias de outras favelas e ocupações irregulares que se encontravam em áreas de risco, onde não era possível desenvolver programas de implantação de infra-estrutura e regularização, a COHAB-LD se antecipou e realizou a abertura de ruas, instalando

⁸ Entende-se aqui como regularização o cadastro das famílias, pela COHAB-LD, que já haviam ocupado o local, para possíveis e futuras intervenções do poder público.

⁹ Quanto à regularização do terreno, 51 entrevistados declararam que suas unidades habitacionais estavam regularizadas, ou seja, já foram cadastradas na COHAB-LD e que já estavam de posse do cartão de identificação para intervenção posterior do poder público, quando ocorrer a quitação das parcelas e recebimento da escritura da propriedade. Outras 35% não se encontram regularizadas, 12% não souberam responder e 2% não declaram nada sobre essa questão.

água e luz, deixando estas áreas reservadas para posteriores ocupações e/ou fixação de famílias removidas de outros locais, e para a instalação de equipamentos públicos, como Centro Comunitário e Posto de Saúde (Foto 01).



Foto 01: Área reservada pela COHAB-LD para a implantação de futuros equipamentos comunitários

Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Esta foto também permite identificar a rua por onde passa o ônibus (linha 314 – Jardim Olímpico), que divide o bairro em duas áreas distintas, Maracanã I e II, apresentando diferentes aspectos sócio-econômicos de seus moradores e de infra-estrutura das unidades habitacionais. Dentro dessa divisão, tem-se que as unidades de alvenaria estão presentes na parte de ocupação mais antiga (Maracanã I), apresentando bom estado de conservação, conforme mostram as Fotos 02 e 03.

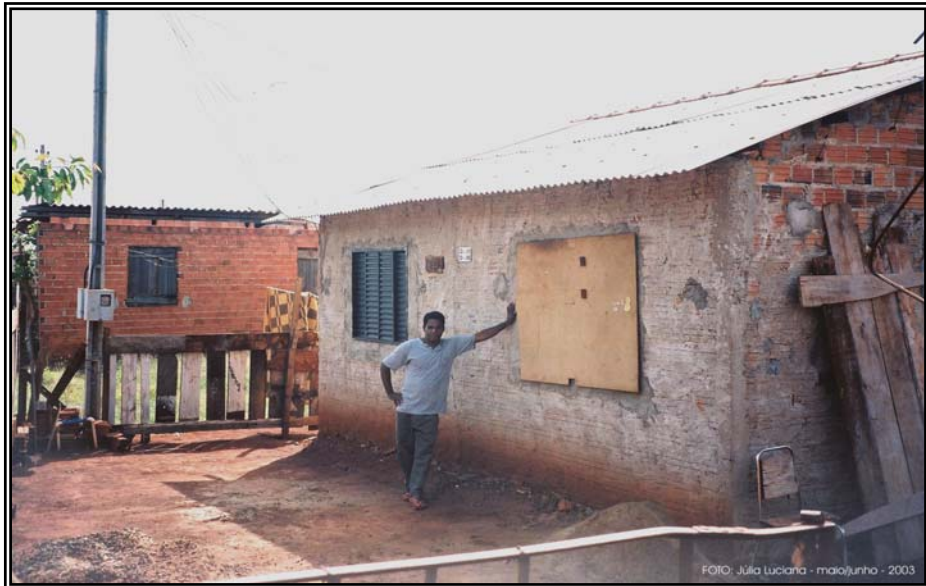


Foto 02 e 03: Habitações de Alvenaria

Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Estas unidades apresentam tamanho grande, em relação às demais unidades, bem como divisão interna dos cômodos, e possuem poste de energia elétrica e cerca. Porém, constata-se a ausência de pavimentação e de calçamento. Na primeira, o carro na garagem indica as condições sócio-econômicas da família e na segunda, registra-se o orgulho do entrevistado em mostrar sua casa, ainda sem pintura e com uma das janelas improvisadas.

A Foto 04 também é caracterizada pelo registro do mesmo orgulho de outra moradora. Trata-se da vista frontal da casa de Dona Alaíde, uma edícula construída em alvenaria com 3 cômodos (incluindo o banheiro), mais a área de serviço, inteiramente pintada e com janelas. Além do caráter mais acabado da construção, ainda que pequena, chama a atenção a presença de plantas e árvores frutíferas no restante do terreno e a sua localização, nos fundos do Supermercado Maracanã, cujas janelas se vê ao fundo (no alto).



Foto 04: Vista frontal da casa de Dona Alaíde
Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Embora espalhadas em vários pontos do bairro, as unidades de madeira ou mista (Fotos 05, 06 e 07) são características marcantes da parte mais recente de ocupação (Maracanã II). Na primeira – de outra liderança do bairro, Dona Rosalina, moradora do Jardim Maracanã II – percebe-se a presença de poste de energia elétrica, mas o barraco ainda revela as precárias condições de moradia e de vida da sua família (Foto 05).



Foto 05: Vista frontal da casa de Dona Rosalina
Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Nas fotos seguintes (Fotos 06 e 07) observa-se a desorganização da unidade habitacional, improvisada com materiais diversos, evidenciando-se, além da precariedade, a provisoriedade da situação. Na terceira, o barraco também construído em madeira expressa o esforço empreendido para morar numa casa, através do estilo da moradia. Os donos também se orgulham em mostrar sua casa e fazem questão de estar presentes na foto.



Foto 06 e 07: Habitações de madeira ou mista
Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Entre as construções em madeira e/ou mistas também estão aquelas identificadas pelos moradores como pertencentes a narcotraficantes. Em comum entre as duas fotos mostradas em seguida, nota-se a pobreza das instalações associadas a um comércio ilícito, que supostamente movimentava grandes somas de dinheiro, e o fato de permanecerem fechadas durante o dia, sugerindo

uso prioritariamente noturno. Diferente da primeira foto, a segunda sugere ordem e limpeza em seu entorno, a despeito da precariedade e do imprevisto no emprego de diferentes materiais.

Entre as construções de madeira e/ou mistas, localizadas principalmente no Jardim Maracanã II, também se encontram habitações com marcas de abandono. Muitas são identificadas como sendo de famílias expulsas do bairro por traficantes, como se vê na Foto 08, na qual chama a atenção a presença de móveis e outros materiais abandonados, que atestam a urgência da mudança.

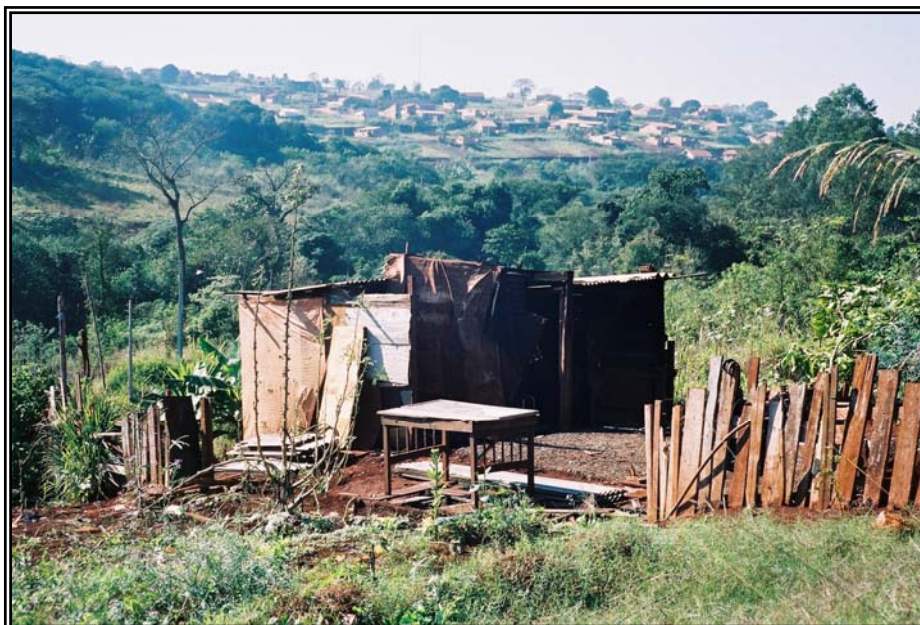
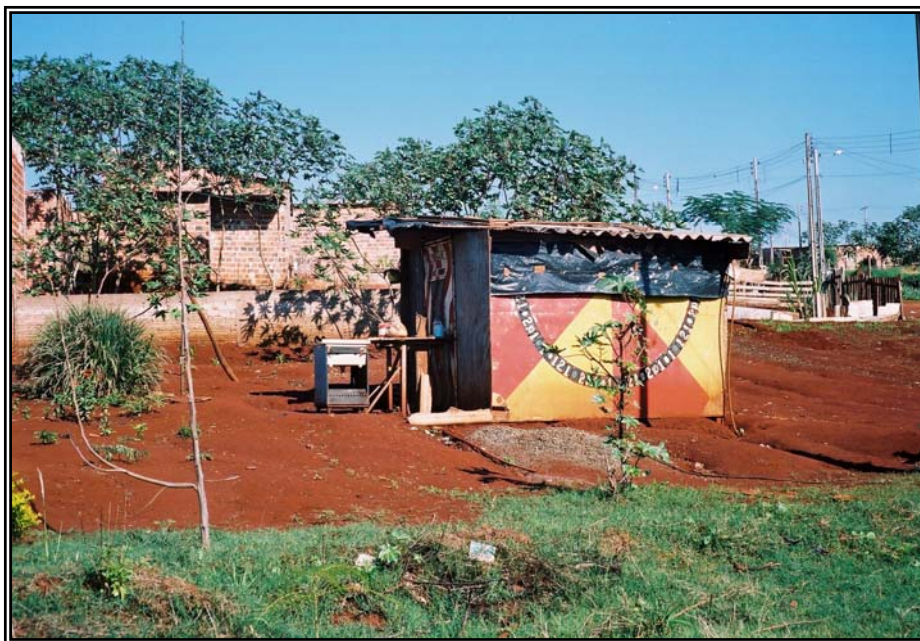


Foto 08: Barraco abandonado na quadra 28 – Jardim Maracanã II

Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Além desta unidade, outros dois exemplos revelam essa situação. O barraco mostrado na Foto 09 apresenta-se sem nenhuma estrutura de proteção externa, como cerca, mas também chama atenção pela ordem e limpeza ao seu redor. Estando aparentemente abandonado durante o dia, acredita-se que pertença a traficantes, segundo informações de moradores. Já a Foto 10 mostra um barraco que foi desapropriado devido à violência seguida de morte neste local e que também é utilizado para o narcotráfico.



Fotos 09 e 10: Unidades supostamente utilizadas pelo narcotráfico
Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Foram encontrados, ainda, no interior do bairro alguns barracos de lona. Este tipo de unidade habitacional é característica de famílias recém chegadas, mas não é uma regra, podendo ocorrer de famílias permanecerem em habitações como essas por alguns meses, até mesmo durante anos, até que se resolva a situação de moradia das mesmas.

Durante a pesquisa de campo, verificou-se a transferência de famílias para o Jardim Maracanã pela COHAB-LD. Neste caso é bem visível a atuação do Poder Público, reforçando o controle e a influência na organização desses bairros. Esse aspecto poder ser observado em alguns trechos da reportagem publicada pela Folha de Londrina de 05 de junho de 2003, transcrita abaixo:

Famílias são transferidas para o Maracanã – Grupo de moradores que havia invadido fundo de vale no Conjunto Cafezal (zona sul) concordou em ir para área da Cohab. (...) Vinte famílias foram transferidas ontem à tarde de uma área de fundo de vale no Conjunto Cafezal (zona sul) para o Jardim Maracanã (zona oeste), onde foram assentadas em terrenos oferecidos pela Companhia de Habitação (Cohab). (...) No Maracanã, eles teriam uma fonte de água disponível em terreno próximo e poderão entrar em contato posterior com a Copel e Sanepar para regularizar as ligações. 'No local, eles podem ficar tranquilos, porque ninguém tira deles. Eles poderão regularizar a situação para ficar com os lotes, pagando taxas mensais que variam entre R\$ 25 e R\$ 30' garantiu Rabello. O assessor da Cohab revelou também que 'uma ou duas' cestas básicas seriam fornecidas ainda ontem. (FOLHA DE LONDRINA, 05/06/2003)

Um barraco de lona e pedaços de madeira (Foto 11) foi construído às pressas e deveria servir como um abrigo coletivo para essas famílias até que fossem removidas para as unidades definitivas. Porém, após um ano elas ainda permaneciam no mesmo barraco de lona, o que mostra a precariedade e as péssimas condições de sobrevivência enfrentadas, além da omissão ou lentidão do Poder Público.



Foto 11: Habitação de lona

Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Embora haja esta hierarquia entre as moradias, não existe um padrão na forma de construção das unidades habitacionais do bairro, que possui casas de tamanhos e estilos variados, bem como diferentes níveis de andamento e acabamento das construções, uma vez que se encontram em constante processo de edificação. São construídas conforme a situação sócio-econômica e as necessidades de cada família, e de acordo com o tempo disponível de seus moradores.

Em 59% das unidades onde foram feitas entrevistas, constatou-se a autoconstrução, entendida aqui como “a construção da casa, através de um processo longo e penoso, calcado na cooperação entre amigos e vizinhos ou apenas na unidade familiar” (RODRIGUES, 2001, p. 30), como mostra a tabela seguinte:

Tabela 01: Construção da casa

Forma	Número de unidades %
Comprou pronta	25
Contratou pedreiro	2
Mutirão	11
Autoconstrução	59
Não sabe	1
Não declarou	2
Total	100

Fonte: Pesquisa “In loco” Jardim Maracanã - maio/junho de 2003
Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Rodrigues (2001) destaca, ainda, que na maioria das vezes as construções são realizadas nos finais de semana ou nas férias. Assim, o ritmo da construção depende do “tempo livre”, das condições financeiras para a compra do material de construção e da contratação eventual de um trabalhador especializado para determinadas etapas da construção, o que foi constatado, nesta pesquisa, em apenas 2% das unidades.

Outro dado relevante se refere à situação dos domicílios. De acordo com o levantamento realizado pela COHAB-LD em 2002, através da parceria com o ITEDES/UEL, foram identificados domicílios em situações de risco epidemiológico, insalubres em função da inexistência de rede coletora de esgotamento sanitário, levando as famílias a utilizarem fossas rudimentares, valas negras e depósito de rejeito em céu aberto.

Esse levantamento constatou, também, que 388 domicílios do Jardim Maracanã não possuem situação adequada para o destino final de rejeito de esgotamento sanitário, somada à precariedade nas instalações de água e luz, de fossas rudimentares, além do adensamento populacional nos domicílios, de lotes irregulares, entre outros.

Quanto à coleta de lixo, é realizada no bairro três vezes por semana (terça-feira, quinta-feira e sábado), atendendo a 80% das habitações, contudo as unidades que se encontram no Jardim Maracanã II, especificamente na quadra 28, não são atendidas pois as ruas são intransitáveis, devido à presença de valetas. A solução destas famílias atingidas por esse problema do lixo, é estar transportando o mesmo para os locais onde o caminhão tem acesso, ou queimando estes resíduos.

O bairro não possui ruas pavimentadas, exceto a Rua Ginástica Olímpica, que separa o Jardim Maracanã do Jardim Olímpico (Foto 12). As demais vias são de terra e com pedregulho, apresentam problemas de conservação devido à ausência de sistema de drenagem pluvial, que acarreta erosões e valas abertas (Foto 13), dificultando ou impossibilitando o acesso de veículos e serviços (coleta de lixo, ambulâncias e viaturas da polícia) em determinados pontos do bairro. A rua de terra que possui melhor estado de conservação é a do trajeto do ônibus, sendo este o meio de transporte mais utilizado pelos moradores entrevistados (83%), o que permite dimensionar o problema enfrentado por eles nos dias de chuva, quando o ônibus não passa por determinadas ruas.

As ruas e as unidades habitacionais são identificadas por quadras e datas (lotes), por exemplo, *quadra 8 data 1*, embora algumas das principais ruas já possuam nomes e as demais estejam em fase de implantação, assim como a numeração das habitações.



Foto 12: Vista da Rua Ginástica Olímpica

Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003



Foto 13: Vista de uma das ruas com erosões e valas abertas

Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Em toda sua extensão, o bairro possui: 7 telefones públicos instalados pelo Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina (SERCOMTEL), energia elétrica fornecida pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL), rede de água pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), 5 pontos de ônibus (sendo apenas 2 cobertos), 3 igrejas e 1 casa de oração, todas evangélicas (Igreja Cristã Primitiva; Assembléia de Deus das Missões – Mistério do Chile; Igreja

Evangélica Assembléia de Deus Universal); 9 estabelecimentos comerciais (2 bares, 1 supermercado, 4 mini-mercados e 2 casas de materiais de construção) e 1 estabelecimento educacional (Creche Menino Deus).

Quanto ao uso do solo urbano identificou-se que o bairro possui 639 lotes oficiais, dos quais apenas 497 estão ocupados com unidades habitacionais; 48 estão em processo de edificação e 94 lotes encontram-se vazios e reservados, segundo dados fornecidos pela COHAB-LD (2002), para a implantação de futuras obras públicas (construção do centro comunitário, posto de saúde, escola, etc.), ou destinadas ao remanejamento de famílias que estão morando em áreas públicas e/ou de preservação ambiental, como pode ser verificado no Cartograma 01. Essa organização pode também ser visualizada nas Fotos 14 e 15.

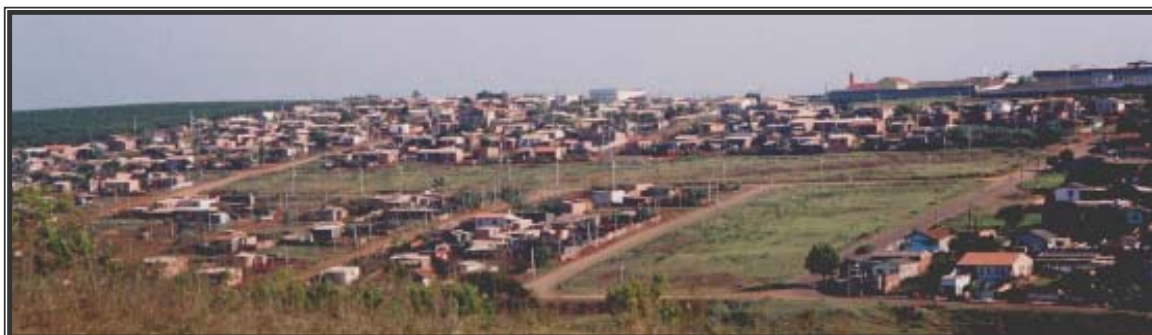
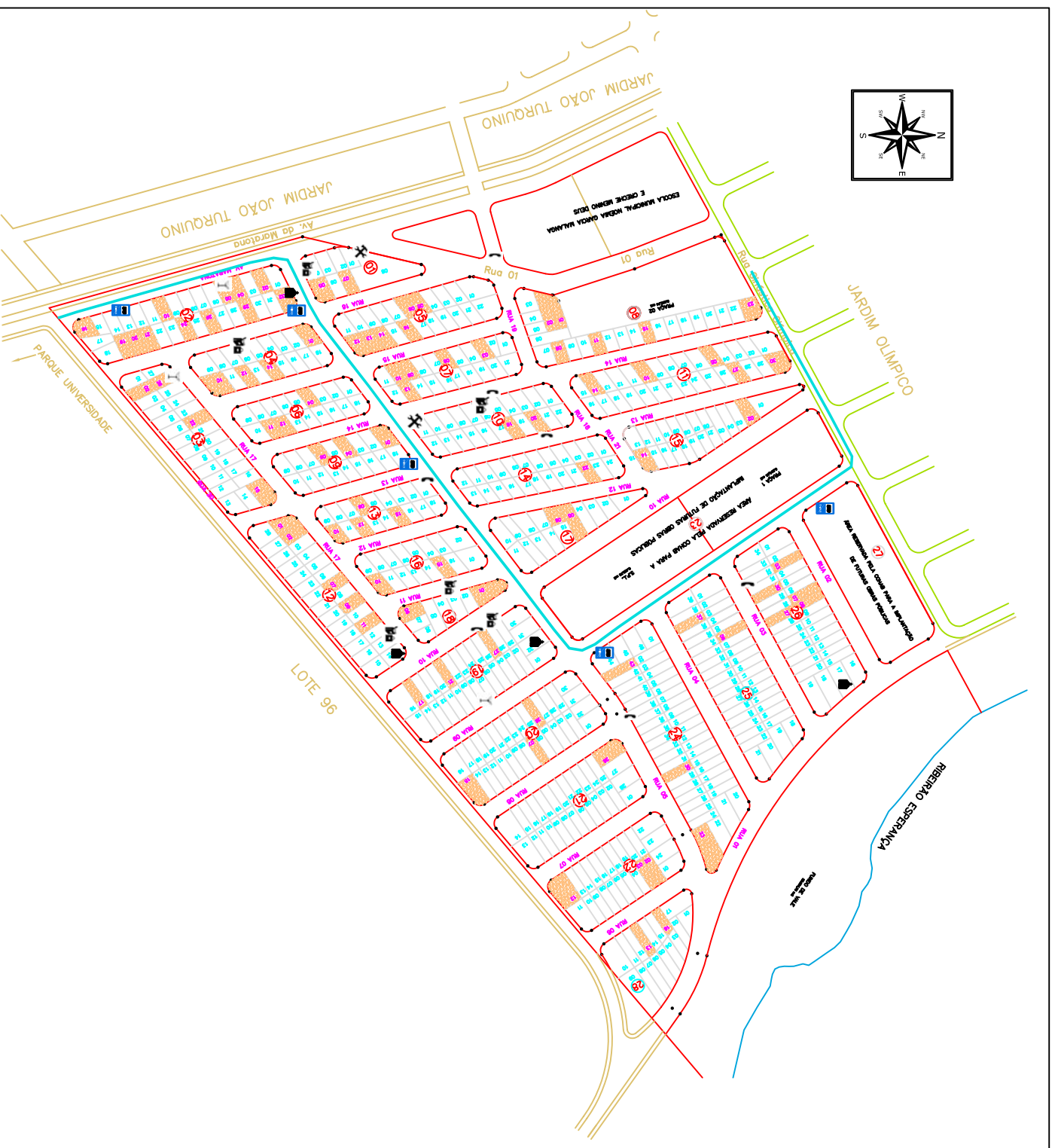


Foto 14: Vista Panorâmica do Jardim Maracanã
Foto: José Alves - julho de 2003



Foto 15: Vista frontal do Jardim Maracanã
Foto: José Alves - julho de 2003



"ASSENTAMENTO URBANO" JARDIM
 MARACANÃ: MAPA DE USO DO SOLO

SITUAÇÃO 2003

LEGENDA

- Caminho Percorrido pelo Ônibus
- Lotes Pesquisados
- Lotes Não Pesquisados
- Quadras
- Ponto de ônibus
- Telefone Público
- Igreja
- Loja de Materiais de Construção
- Mercado
- Bar

Título: Assentamento Urbano Jardim Maracanã: mapa de uso do solo - Situação 2003	
Escala: 1: 45.000	
Autor: Júlia Lurlana Pereira das Dores	Orientador: Profa. Eda Maria Gies
Fonte: Pesquisa "In loco" Assentamento Urbano Jardim Maracanã - maio/junho - 2003	Desenhistas: Clayton Barreto Denise Richter Júlia Luciana Pereira das Dores
Base Cartográfica: Conate-Ld	Cartograma: 01 Página: 45
Modalidade da Pesquisa: Dissertação de Mestrado	Instituição:

Dessas 497 moradias, 139 são construídas de alvenaria e apresentam boas condições de salubridade, ventilação, divisão interna e reboco interno e externo. As 358 restantes são de madeira e/ou mistas, com 1 ou 2 cômodos, na maioria, sendo que 161 unidades estão precariamente instaladas, construídas com madeiras velhas, pedaços de latas e lonas, conforme mostra a foto de um dos barracos localizados no Jardim Maracanã II (Foto 16).



Foto 16: Unidade habitacional mista

Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

No caso das moradias onde foram realizadas entrevistas, constatou-se que estreitamente relacionado à questão financeira, está o material empregado na construção e sua caracterização em relação ao tipo de telhado, janelas e portas. Quanto ao material da casa, constatou-se que 51% dos entrevistados residem em unidades de alvenaria, mas ainda é expressiva a quantidade de moradias construídas de madeira (33%), conforme mostra a Tabela 02:

Tabela 02: Material da casa

Material	Número de unidades %
Alvenaria	51
Madeira	33
Mista (alvenaria e madeira)	14
Outros materiais (lona, plástico)	2
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003
Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Tem-se que quase metade das unidades visitada (48%) possui de 3 a 4 cômodos, incluindo o banheiro, revelando assim um padrão médio dessas construções em relação às demais do bairro. Estes dados estão expressos na tabela seguinte:

Tabela 03: Quantidade de cômodos em relação ao número de unidades

Quantidade	Número de unidades %
1	9
2	33
3 a 4	48
5 a 6	8
Não declarou	2
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003
Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Já com relação ao tipo de telhado (Tabela 04), a predominância é para o uso de telhas Eternit, por apresentarem menores custos. Quanto ao tipo de janelas e portas (Tabela 05), destaca-se as de madeira.

Tabela 04: Tipo de telhado das unidades habitacionais

Tipo	Número de unidades %
Eternit	96
Madeira	1
Laje	2
Telha de cerâmica	1
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003
Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Tabela 05: Tipos de janelas e portas das unidades habitacionais

Tipo	Número de unidades %
Madeira	32
Veneziana e lata	3
Vitrô e madeira	26
Veneziana e madeira	21
Veneziana e vitrô	2
Lata e vitrô	2
Lata e madeira	2
Ferro e vitrô	2
Vitrô	2
Outros materiais	7
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Ainda quanto à infra-estrutura, a pesquisa realizada no Jardim Maracanã em maio/junho de 2003, englobando 100 unidades habitacionais, constatou que 87% possuem energia elétrica, 54% são cercadas/muradas, 91% possuem fossas rudimentares, mas somente 2% e 1% apresentam asfalto e calçada, respectivamente. Quanto às condições sanitárias, obteve-se os seguintes resultados: 83% possuem banheiro dentro da casa, 3% possuem banheiro fora da casa e 12% não possuem banheiro, os demais não declararam. No que se refere ao tipo de chão das moradias, pode-se concluir, a partir da Tabela 06, que a predominância é para a utilização de piso¹⁰, presente em 82% das unidades, seguida de 10% de terra batida.

Tabela 06: Tipo de chão da casa

Tipo	Número de unidades %
Terra batida	10
Piso	82
Assoalho	3
Misto	4
Não declarou	1
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

As construções do bairro são destinadas em geral para uso residencial, sendo que os estabelecimentos comerciais e de serviços são reduzidos, como pequenos bares, mercados e loja

¹⁰ Considerou-se aqui como piso todo material que não fosse assoalho, mas que não estava somente na terra, como cerâmica, cimento bruto e outros semelhantes.

de materiais para construção. Alguns não estavam regularizados e outros foram fechados devido à violência. Entre os principais estabelecimentos comerciais estão o Supermercado Maracanã (Foto 17), o maior deles, localizado na Avenida Maratona, que separa o Jardim Maracanã e o Conjunto João Turquino, possuindo internamente estruturas amplas, com padaria, açougue e bazar (miudezas em geral).



Foto 17: Supermercado Maracanã

Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Este Supermercado possui serviço de entrega em domicílio (disk entrega), que atende também os bairros que estão no entorno do Jardim Maracanã, como o João Turquino, o Jardim Olímpico em Londrina e o Novo Bandeirante em Cambé. As mercadorias mais vendidas à população do Jardim Maracanã são as que compõem a cesta básica: arroz, feijão, fubá, óleo, leite, entre outros, sendo que 90% dos pagamentos são feitos com dinheiro e os demais com cartão próprio do mercado. O estabelecimento não vende, em hipótese alguma, mercadoria *fiado*, por não ter a certeza do recebimento, o que deixa parte da população indignada e decidida a fazer suas compras em outros mercados, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 01: Local de compras (Mercado) *

Local	Número de entrevistados
Mercado Danny	42
Mercado Maracanã	29
Outros mercados	13
Doação	12
Onde é mais barato	3
Não declarou	13

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

* Respostas múltiplas

Base de cálculo: 100 questionários

Tem-se, portanto, um número elevado de famílias que compram em outros mercados da própria região, localizados em outros bairros, em virtude das condições de pagamento que passam a representar um elemento fundamental para a escolha do local de compras, além da sua localização.

O Mercado Danny, situado no Jardim Olímpico, por exemplo, foi considerado, entre eles, o mais adequado para a realização das compras, uma vez que aceita vender mercadorias *fiado* e é mais barato. Além disso, diante da situação de emprego não fixo, portanto de inexistência de renda mensal garantida, as famílias entrevistadas optam por realizar as compras semanalmente. Quanto a isso, os dados obtidos foram:

Quadro 02: Frequência das compras e condições de pagamento*

Frequência	Número de entrevistados
Por semana	12
Por mês	13
Conforme precisa	4
Compra fiado	3
Cartão de crédito	5
À vista	5
Não declarou	64

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

* Respostas múltiplas

Base de cálculo: 100 questionários

Quanto ao quesito educação, a população utiliza a Creche Menino Deus (Jardim Maracanã)¹¹ e a Escola Municipal Noêmia Garcia Malanga (Jardim Olímpico)¹². Essa escola mantém turmas de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental, com 633 crianças e adolescentes matriculados, totalizando 23 turmas, atendendo a população não apenas do Jardim Maracanã, mas de toda a Poligonal. Outra escola que atende a população do bairro é a Escola Estadual Dr. Olavo Garcia Ferreira, localizada no Conjunto Avelino Vieira, com turmas do ensino fundamental (1ª a 8ª série) e do ensino médio (1ª a 3ª série), possuindo 393 alunos. Ao avaliar o atendimento oferecido pelas escolas, as declarações de 52 pais que têm seus filhos matriculados nestes estabelecimentos educacionais foram positivas.

Quanto ao lazer, constatou-se que os moradores entrevistados reclamam da ausência de áreas para lazer, como quadras de esportes, campo de futebol, parquinho para as crianças e opções de passeio (lanchonetes, sorveteria, praças). Como consequência, a Quadro 03 revela o número elevado de entrevistados (57) que ficam em casa em seu tempo livre (finais de semana e feriados). É importante observar que, embora apenas 5 entrevistados tenham declarado ter como opção de lazer a televisão e o rádio, acredita-se que estes 57 entrevistados que declaram apenas “ficar em casa”, de alguma forma, acabam seduzidos por esses dois veículos midiáticos. Outra opção também mencionada por 21 entrevistados é freqüentar a igreja e 11 citaram a visita a familiares que, na maioria dos casos, moram em bairros vizinhos ao Jardim Maracanã.

¹¹ Essa Creche foi inaugurada em 2001 e atende cerca de 180 crianças de 0 a 6 anos da Poligonal Turquino/Maracanã. Embora a população se declare satisfeita com esta unidade, a perspectiva é de que existam ainda 100 crianças a espera de uma vaga, segundo levantamento realizado pela COHAB-LD em 2002.

¹² Embora esteja localizada no Jardim Maracanã, pertence ao Jardim Olímpico, segundo informações da própria escola.

Quadro 03: Tipo de lazer *

Tipo de lazer	Número de entrevistados
Rádio e TV	5
Igreja	21
Fica em casa	57
Visitar parentes	11
Baile e festas	5
Reuniões dos Programas sociais	2
Conversar com amigos	1
Trabalhar	1
Fazer esportes	2
Plantar	1
Não tem	1
Não declarou	4

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

* Respostas Múltiplas

Base de cálculo: 100 questionários

Ainda em relação ao lazer e à cultura e levando em conta a influência exercida atualmente por esses meios de comunicação, procurou-se levantar informações acerca do tipo de programa de televisão e de rádio que a população costuma assistir e/ou escutar. De acordo com os resultados obtidos, tem-se que a Rádio Paiquerê FM tem preferência entre os entrevistados (38 casos), pelo fato de privilegiar as músicas mais populares (sertanejas, temas de novelas, pagode e outras). Quanto aos programas de televisão, o destaque foi para as novelas (31) e os jornais (28). O programa do jornalista Carlos Camargo, de caráter policial, também foi mencionado, sendo que 20 entrevistados declararam assistir ao programa pelo fato do mesmo estar sempre tratando de assuntos referentes ao Jardim Maracanã. As demais declarações podem ser observadas no quadro seguinte.

Quadro 04: Programas de rádio e televisão*

Tipo	Número de entrevistados
a) rádio	
Paiquere FM	38
Igapó	8
Policial	1
Gospel	5
Evangélica	10
Outras rádios	11
b) Televisão	
Novelas	31
Jornal	28
Filme	5
Esportes	3
Desenho	3
Carlos Camargo	20
Ratinho	8
Outros programas	14
Igreja não permite assistir TV	1
Não possui rádio e TV	7
Não declarou	2

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

* Respostas Múltiplas

Base de cálculo: 100 questionários

Outro aspecto identificado como importante para a pesquisa foi o perfil sócio-econômico dos moradores do Jardim Maracanã. Levou-se em conta, primeiramente, a renda familiar, considerando a situação referente aos meses de abril e maio de 2003. No tocante a este fator, de acordo com os dados contidos na Tabela 07, verificou-se que 24% dos entrevistados recebem de 1 a 2 salários mínimos, tendo como base o valor de R\$ 240,00; 23 % menos de 1 salário; 13% declararam não possuir renda e somente 3% recebem acima de 3 salários mínimos.

Tabela 07: Renda familiar dos entrevistados

Renda Familiar	Número de famílias
Menos de 1 salário mínimo	23
1 salário mínimo	15
De 1 a 2 salários	24
De 2 a 3 salários	10
Acima de 3 salários	3
Não possui renda	13
Recebe Seguro desemprego R\$ 275,00	1
Não sabe	6
Não respondeu	5
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" – Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Salário mínimo: R\$ 240,00

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Posteriormente, relacionadas à renda familiar, foram analisadas as condições de moradia das famílias em questão, considerando o número de pessoas residindo nas mesmas. Assim, obteve-se que em 36 % das unidades moravam de 1 a 2 pessoas, em 33% de 3 a 4, em 22% de 5 a 6 indivíduos, 8% abrigavam de 7 a 8 pessoas e somente 1% registravam número acima de 8 pessoas morando na mesma unidade habitacional.

Também associada à renda, tem-se a forma de aquisição do terreno/casa que apresentou resultado diversificado. A compra do imóvel, citada por 48% dos entrevistados, foi à forma mais comum. A ocupação aparece em segundo lugar, registrando 23% dos casos, seja ocupando moradias já construídas, seja ocupando somente o lote e construindo posteriormente seus barracos. Vale ressaltar que os 12% das unidades cedidas pela COHAB-LD corresponde aos casos de famílias que foram transferidas pela própria companhia para o Jardim Maracanã. A tabela a seguir mostra as demais formas de aquisição do imóvel pelos entrevistados.

Tabela 08: Aquisição do imóvel

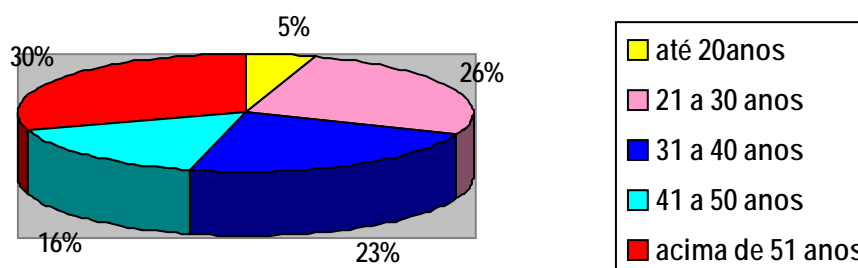
Forma	Número de unidades %
Comprou	48
Ocupou	23
Cedido pela COHAB-LD	12
Trocou	9
Outros	4
Não declarou	4
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003
Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

É importante ressaltar também o significado do ato de compra. A moradia pode estar pronta, ou ser ampliada posteriormente, uma vez que "em geral os moradores são 'donos' do barraco, mas nunca da terra onde estão instalados. (...) caracterizando um 'investimento' em material de construção e mão-de-obra" (RODRIGUES, 1986, p.35), ao contrário da aquisição de imóveis de uma pessoa da classe média, que visa investimentos em propriedade.

A forma de aquisição do imóvel também está associada à renda mensal das famílias, que por sua vez está relacionada à situação de emprego, ocupação e grau de instrução do entrevistado. Embora 65% dos mesmos estejam na idade adequada para atuar no mercado de trabalho (21 a 50 anos) - 26% estão entre 21 e 30 anos, 23% entre 31 e 40 anos e 16% entre 41 e 50 anos - conforme mostra o Gráfico 01, ainda é elevado o número de desempregados.

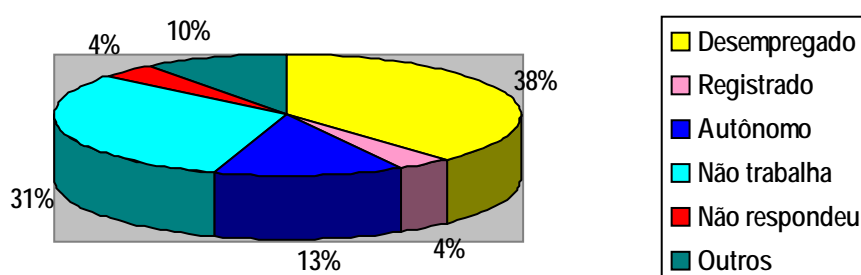
Gráfico 01: Faixa Etária dos Entrevistados



Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã – maio/junho de 2003
Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Numa visão contraditória, mas não surpreendente, com relação à situação de emprego declarada pelos entrevistados, os resultados apresentados no Gráfico 02 sugerem que o desemprego continua sendo um estigma na vida de muitos brasileiros, e parte significativa dos entrevistados sofre com esta situação. Outra informação relevante é que apenas 4% dos entrevistados estão registrados em seus empregos e 13% são autônomos.

Gráfico 02: Situação de Emprego dos Entrevistados



Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003
Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Outra resposta particularmente relevante para esta pesquisa refere-se às principais dificuldades enfrentadas para arrumar emprego, mencionadas por 46% dos entrevistados. 14 % citaram que morar no Jardim Maracanã seria a maior dificuldade, 12% citaram problemas de saúde, 8% o fato de não possuir qualificação, 6% devido à idade e 3% por não ter referência.

Para viabilizar a análise da questão da profissão do entrevistado, que está associada ao setor terciário, o qual, na maioria das vezes, não demanda de um esforço maior de qualificação, fez-se uma comparação entre a ocupação exercida antes e depois de morar no bairro, procurando destacar o número de pessoas que permaneceram na mesma ocupação, sem esquecer que um indivíduo pode exercer mais de uma ocupação.

O resultado foi bem diversificado, com destaque para a ocupação de doméstica, mas tendo em comum o caráter de desqualificação das profissões declaradas, como observado no

Quadro 05. A permanência na mesma ocupação antes e depois da ida para o Jardim Maracanã sugere que o local de moradia não influenciou na atividade exercida pelos entrevistados.

Quadro 05: Ocupação do entrevistado *

Ocupação	Antes de morar no bairro	Depois de morar no bairro	Permaneceram na mesma ocupação **
Doméstica	35	36	29
Caseiro	2	-	-
Serviços Gerais	6	6	1
Bóia-fria	10	7	5
Frentista	2	2	2
Catador de papel	2	2	1
Construção civil	4	8	3
Costureira	3	3	2
Motorista	2	2	1
Jardineiro	1	1	-
Ambulante	1	2	-
Garçonete	-	2	-
Cozinheira/auxiliar de cozinha	1	3	1
Babá	-	4	-
Estudante	2	2	2
Outros serviços	9	9	2
Não trabalha	11	19	6
Não respondeu	13	1	-

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã – maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Base de cálculo: 100 questionários

* Respostas múltiplas

** Refere-se aos entrevistados que permaneceram exercendo as mesmas ocupações antes e depois que mudaram para o bairro. Os dados estão relacionados com a primeira coluna

Relacionado a essa questão, deve-se levar em conta o grau de escolaridade da população entrevistada, cuja disparidade é elevada, a despeito da baixa escolaridade ainda ser predominante. Como mostra a tabela seguinte, 65% dos entrevistados não completaram o Ensino Fundamental, sendo que 13% são semi-analfabetos e 8% analfabetos.

Tabela 09: Grau de instrução do entrevistado

Grau e instrução	Número de entrevistados - %
Analfabeto	8
Semi-analfabeto *	13
Ensino Fundamental completo	2
Ensino Fundamental incompleto	65
Ensino Médio completo	1
Ensino Médio incompleto	2
Estudando	6
Formado em Magistério	1
Apae	1
Não respondeu	1
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã – maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

* Chamado também de analfabeto estrutural - pessoa adulta que é capaz apenas de escrever o nome, ou que foi mal alfabetizada.

Mesmo assim, frente a tantas restrições sócio-econômicas, outras respostas revelaram o esforço das famílias em equipar suas residências com eletrodomésticos, aparelhos telefônicos (móvel e fixo) e veículos diversos, caracterizando-se, portanto, sob esse aspecto, como cidadãos urbanos. Tal condição sugere a necessidade de se problematizar a qualificação dessas famílias como socialmente excluídas, uma vez que elas aparecem inseridas enquanto consumidoras, conforme mostra a Quadro 06, referente aos equipamentos, embora não se possa desconsiderar que a sociedade capitalista produz no indivíduo a necessidade constante de adquirir determinadas mercadorias.

Quadro 06: Equipamentos que possui *

Equipamentos	Número de famílias
Geladeira	84
Bicicleta	41
Televisão	78
Máquina de lavar roupa	57
Aparelho de som	30
Telefone	26
Celular	12
Carro	5
Moto	4
Rádio	54
Fogão a gás	93
Fogão a lenha	7
Outros equipamentos **	2

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã – maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Base de cálculo: 100 questionários

* Respostas múltiplas

** máquina de costura e microondas

No que diz respeito à alimentação, as descrições das refeições consumidas pelos entrevistados mostraram que sua base é o arroz com feijão, conforme já sugeriam suas compras no mercado próximo, sendo que verduras e legumes somente são consumidos às vezes, e carne, "nem pensar, se der, uma vez por ano", como relatou um entrevistado. O Quadro 07 apresenta os tipos de alimentos consumidos pela população entrevistada, caracterizando uma situação de déficit alimentar.

Quadro 07: Tipo de alimentação consumida *

Alimento	Número de famílias
Arroz	65
Feijão	65
Arroz e feijão somente	31
Verdura	48
Legumes	6
Frutas	24
Carne	16
Macarrão	5
Ovo	3
Fubá	1
Leite e derivados	7
O que ganha	1
Não respondeu	2

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã – maio/junho de 2003

Base de cálculo: 100 questionários

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

* Respostas múltiplas

É comum em bairros carentes de infra-estrutura, com moradores de baixa renda mensal, a presença de um pedaço do lote destinado à plantação ou criação de animais para suprir suas necessidades alimentares. Neste caso, os entrevistados não possuíam criações, mas tinham algum produto plantado em sua unidade habitacional:

Quadro 08: Produtos cultivados na unidade habitacional *

Produtos	Número de unidades
Horta	27
Árvores frutíferas	27
Grãos – feijão, milho, café	7
Cana	3
Mandioca	9
Legumes	4
Não possui	40
Não respondeu	15

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã – maio/junho de 2003

Base de cálculo: 100 questionários

* Respostas múltiplas

A Tabela 10 sistematiza os gastos mensais das famílias entrevistadas, considerando os seguintes indicadores: alimentação, transporte, contas de água e de energia elétrica, referente ao gasto do mês de abril de 2003. É importante ressaltar que as despesas de água e luz são cobradas segundo a tarifa social. Segundo informações dos moradores entrevistados essa tarifa pode ser cobrada de acordo com o valor mínimo estipulado, desde que o consumo não ultrapasse 100W/mês de luz (COPEL) e 10m³/mês de água (SANEPAR).

Tabela 10: Gastos mensais dos entrevistados

	Número de entrevistados %
a) alimentação	
Cestas básicas	28
Abaixo de R\$ 100,00	7
De R\$ 100,00 a R\$ 300,00	46
Acima de R\$ 300,00	1
Não sabe	18
Total	100
b) transporte	
De R\$ 10,00 a R\$ 30,00	10
De R\$ 35,00 a R\$ 60,00	6
R\$ 100,00	3
Passe livre	4
Doação de passe	12
Não paga	12
Não usa	6
Não sabe	8
Não declarou	39
Total	100
c) água	
De R\$ 10,00 a R\$ 24,00	52
De R\$ 25,00 a R\$ 40,00	28
Acima de R\$ 40,00	5
Não tem	6
Não paga	9
Total	100
d) energia elétrica	
De R\$ 8,00 a R\$ 15,00	15
De R\$ 16,00 a R\$ 30,00	41
De R\$ 31,00 a R\$ 50,00	15
Acima de R\$ 50,00	5
Não tem	19
Não paga	5
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Buscando minimizar os problemas com a alimentação, eventualmente são distribuídas cestas básicas para as famílias mais carentes, pela Provopar¹³. Além de não ser uma ação

¹³ O Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina (Provopar-Ld) foi fundado em 1984, constitui-se em uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com finalidades filantrópicas, com prazo de duração ilimitado, e apresenta como finalidade: realização de trabalhos de natureza assistencial, cultural e social; realização de programas emergenciais; organizar a ação do voluntariado, para melhoria dos serviços prestados nas distintas entidades sociais; promover a integração do programa com órgãos oficiais que atuam no campo social, para melhor atendimento às entidades sociais (Relatório Anual de Atividades – Provopar-Ld - 2001).

sistemática, não beneficia todas as famílias e tende à diminuição do número de doações. No mês de maio de 2003, foram apenas 6 cestas básicas doadas, para um total de aproximadamente 500 famílias.

Em relação às carências, constatou-se ainda que os principais problemas do bairro, apontados nos questionários, conforme Quadro 09, estão relacionados à falta de infra-estrutura (54 declarações), seguida da violência, com 52 relatos.

Quadro 09: Principais problemas no bairro

Problemas	Número de entrevistados
Infra-estrutura	54
Violência	52
Discriminação	4
Desemprego	4
Fome	3
Outros	5
Não tem problemas	16
Não sabe	1
Não declarou	1

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

* Respostas múltiplas

Base de cálculo: 100 questionários

Quanto à violência no bairro, constatou-se algumas diferenças em relação à atitude dos moradores em utilizarem o recurso da polícia, como opção. Assim, 34% declararam que não chamam a polícia e 21 que sim, além de outros 7% que declararam não poder chamar a polícia, por ser perigoso, conforme mostra Tabela 11:

Tabela 11: Os moradores chamam a polícia com frequência

	Número de entrevistados
Não	34
Sim	21
Às vezes	8
Presença freqüente da polícia	9
Não pode	7
Não sabe	18
Não declarou	3
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Os altos índices de violência estão associados à ausência do policiamento no bairro e à inexistência de equipamentos de segurança (posto policial), como ocorre em outros locais da cidade. No levantamento, ainda foram registrados alguns dos outros problemas enfrentados pelos moradores do bairro, como: a poeira nos períodos de seca, causando alergias e insuficiência respiratória; a falta de saneamento básico; construções inadequadas e insalubres e a ameaça constante da fome.

Frente a esses problemas, as soluções apresentadas como reivindicações podem ser observadas no quadro seguinte, embora se tenha percebido que várias respostas foram influenciadas pelo referido temor de abordar a questão do tráfico de drogas e, conseqüentemente, de mencionar possíveis soluções para tal problema. Mesmo assim, entre as soluções destaca-se, como era previsível, “mais infra-estrutura para o bairro” e a construção de um módulo policial. Quanto a essa infra-estrutura destaca-se o asfalto, que possibilitaria o acesso mais freqüente da polícia em todas as ruas do bairro.

Quadro 10: Propostas para reduzir a violência no bairro

Solução	Número de entrevistados
Segurança	5
Módulo policial	8
Policiamento nas ruas	8
Infra-estrutura – asfalto	8
Delegacia perto	2
Não responderam	71
Não sabe	1
Outros *	6

Fonte: Pesquisa “In loco” - Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Respostas múltiplas

Base de cálculo: 100 entrevistas

*Denúncias, atuação das autoridades, emprego, oração e construção de casas

Ainda com relação à tabela anterior, o grande número de não respondentes (71 ocorrências), a despeito da inibição anteriormente mencionada, chama atenção. Nesse sentido, pode-se levantar ao menos duas hipóteses. Primeiro, por saberem que não estão reivindicando melhorias frente ao poder público, uma vez que a pesquisadora não é identificada como possível agente de

transformação do bairro, os moradores entrevistados não teriam se empenhado em apresentar propostas. Segundo, por não estarem habituados a opinar sobre tais questões, teriam dificuldade em formular propostas, numa postura mais acomodada, limitada às reclamações.

Porém, uma das opções citadas pelos moradores entrevistados, como forma de solucionar os problemas do bairro, principalmente de jovens e crianças que estão envolvidas no mundo do crime, seria a construção de um CAIC - Centro de Atendimento Integrado à Criança, semelhante ao existente na Zona Sul da cidade.

Para entender o funcionamento desta unidade educacional e compreender o porquê desse ser um elemento de reivindicação, realizou-se entrevista com o Diretor do CAIC – Escola Municipal Zumbi dos Palmares – Zona Sul, o qual destacou que o principal objetivo deste centro educacional é a garantia de escola à criança por período integral, ou seja, em um período ela ficaria normalmente em sua escola, e em outro turno ficaria no CAIC, para desenvolver atividades extras, visando retirar as crianças/adolescentes que se encontram nas ruas, enquanto seus pais estão trabalhando, ou procurando emprego. A preferência é para as crianças cujos pais não tem com quem deixá-las, ficando no CAIC em período integral (das 7:00 às 19:00h), onde recebem refeição (almoço e lanche). Os demais alunos são distribuídos em 3 turnos, das 8:00 às 11:00, das 8:00 às 15:00 e das 8:00 às 17:00 horas, recebendo apenas 2 lanches, sendo o almoço feito na casa da criança.

Dentre as atividades desenvolvidas com as crianças e jovens, ressalta-se as oficinas (cultural; esporte – futebol, vôlei, atletismo, capoeira e outros; profissionalizantes – padaria, mecânica automobilística, artes domésticas, técnico em computação, jardinagem; pedagógicos, que envolvem crianças de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental – matemática, português, artes).

O diretor destaca, ainda, que a construção de um CAIC no Jardim Maracanã seria um avanço para a comunidade, pois atenderia à expectativa de retirada das crianças das ruas, trazendo também um pouco de lazer a essas famílias, em particular às crianças e jovens, a partir de atividades culturais e esportivas, realizadas nos finais de semana, uma vez que o Jardim Maracanã

não possui equipamentos voltados para o lazer, bem como outros equipamentos comunitários, como centro comunitário para realização de reuniões e atividades culturais, entre outras, obrigando a população a utilizar ruas e terrenos vazios para a recreação, lazer e esportes, como observado na Foto 18, na qual o menino joga bola no meio da rua. Essa foto retrata também a capacidade de adaptação dessas crianças, frente a condições adversas.



Foto 18: Vista de uma das ruas do bairro sendo utilizada para o lazer
Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

A Foto 19, ainda relacionada à questão acima descrita, retrata outras três crianças do bairro que, em meio à precariedade da moradia, divertem-se com a foto e valorizam a presença do cão de estimação. A unidade habitacional apresentada na foto pertence à família da menina que segura o animal. O cenário remete ao sofrimento dessa família diante das condições de moradia, que envolve a falta de energia elétrica, de alimentação, de saneamento e de cidadania.



Foto 19: Crianças moradoras do Jardim Maracanã
Foto: Júlia Luciana Pereira das Dore

Assim, a análise dos depoimentos colhidos entre os moradores do Jardim Maracanã sobre problemas e propostas para seu bairro revela uma contradição. Ao mesmo tempo em que, diante de tantas promessas não cumpridas por parte do poder público, estas famílias demonstram descrença, elas ainda acreditam no futuro das suas crianças, desde que o Poder Público cumpra seu papel. Ao reconhecer a importância da constituição de uma associação de moradores, ainda ausente no local devido à violência, também parecem acreditar na luta e na união para conquistar benefícios para o bairro.

Frente à inexistência da associação, alguns moradores cedem suas residências ou utilizam o Centro Comunitário do Jardim Olímpico (Foto 20) para as reuniões da comunidade, quando a atividade exige um local mais amplo; mas de acordo com depoimentos, é a Associação de Moradores do Conjunto João Turquino que procura atender algumas das reivindicações e necessidades do bairro.



Foto 20: Centro Comunitário do Jardim Olímpico
Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Com base nas reflexões de Davidovich (2000), acerca de uma situação muito mais radical experimentada por uma favela do Rio de Janeiro, constata-se a tendência à segmentação do espaço urbano, principalmente das áreas destinadas às habitações populares, envolvendo as áreas apropriadas pelo tráfico de drogas e de armas. Segundo essa autora, uma das faces desta segmentação estaria relacionada com a “dissolução crescente de laços comunitários, à debilitação das associações de moradores ou, ainda, às pressões que se abatem sobre uma população submetida à presença do crime organizado e às arbitrariedades das investidas policiais” (Davidovich, 2000, p. 327).

Frente a todas essas dificuldades – particularmente a crítica situação sócio-econômica, com todas as suas decorrências, e o problema da violência, agravado pela estigmatização dos moradores do Jardim Maracanã –, o que há de comum entre as soluções por eles propostas para os problemas do bairro é o papel do Poder Público.

Quando se leva em conta, como agravante, a hegemonia conquistada pelo discurso neoliberal, amplamente veiculado pela mídia (a partir dos anos 1990), segundo o qual não existem mais perspectivas de incorporação, pelo mercado de trabalho (formal), de todo o excedente de mão de obra hoje existente, a ênfase no papel do Estado torna-se mais significativa.

No caso de Londrina, tal atuação se expressa, inclusive, na classificação empregada pelo Poder Público Municipal – “aglomerados subnormais” e “assentamentos urbanos” – conforme se discutirá no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

“AGLOMERADOS SUBNORMAIS” E “ASSENTAMENTOS URBANOS” EM LONDRINA: CLASSIFICAÇÕES DA COHAB-LD

O Jardim Maracanã é classificado pela COHAB-LD como um “assentamento urbano”¹⁴ situado em uma área apta a ser regularizada, já que os lotes ainda pertencem a esta companhia. Assim como o Jardim Maracanã, outros bairros apresentam características semelhantes, principalmente no que se refere à infra-estrutura, formas de ocupação, condições sócio-econômicas de seus moradores, gênese, podendo encontrar-se em condição melhor ou pior que este e caracterizar-se pelas diferentes categorias habitacionais, empregadas pela própria COHAB-LD.

Dessa forma, para identificar tais características, será realizada neste capítulo uma discussão centrada na formação dos chamados “aglomerados subnormais”¹⁵, presentes na cidade de Londrina e na construção de diversas categorias, para expressar as distintas formas de organização e regularização destas áreas, por parte do Poder Público. Nesse contexto, pretende-se avançar na compreensão da área de estudo – o Assentamento Urbano Jardim Maracanã.

Será abordada, também, a gênese desses aglomerados diante do desenvolvimento sócio-econômico de Londrina, desde o surgimento das favelas até a constituição dos chamados “assentamentos urbanos”, apresentando um perfil de cada local em relação ao número de pessoas residentes, da quantidade de unidades habitacionais e da expressividade destes “bairros” na cidade de Londrina, além do nível de intervenção do Poder Público, nos últimos anos.

¹⁴ É necessário observar que a expressão, de uso oficial, tem pouco significado, uma vez que toda cidade é um assentamento urbano.

¹⁵ Categoria utilizada pela COHAB-LD, conforme discussão do próximo item.

2.1. As diferentes categorias de aglomerados subnormais

O termo aglomerados subnormais é utilizado pela COHAB-LD para referir-se aos assentamentos urbanos, favelas e ocupações irregulares de Londrina. Para o IBGE essa categoria foi usada para substituir o termo *favela* no Censo de 2000, designando, assim, um conjunto de favelas e assemelhados constituídos por unidades habitacionais dispostas de forma desordenada e densa, carentes de serviços públicos essenciais (IBGE, 2000).

Quanto à categoria assentamento urbano, optou-se por mantê-la, tal como definida pela COHAB-LD, porque esse órgão público foi uma das principais fontes de informações, uma vez que a ênfase desta pesquisa recai na atuação do Poder Público frente à questão desses tipos de moradias. Desse modo, incorporou-se a definição produzida por Ferreira (2001):

Os assentamentos urbanos representam locais, cujo histórico de vida de seus habitantes, também é marcado pela precariedade social e econômica. Representam a aglomeração de pessoas que se encontram à margem da capacidade de aquisição de uma moradia, seja através da compra direta ou pela forma de financiamento. Muitos assentamentos expressam o segundo estágio do processo de favelização. Tal fato se dá pela regulamentação posterior do processo de ocupação (invasão), bem como por representar, muitas vezes, o local para onde as famílias são transferidas, durante os processos de remoção de favelados. (FERREIRA, 2001, p. 86)

Ao defini-los como uma forma de regularização de ocupações clandestinas e lugar para onde são destinadas famílias sem teto e favelados de outras localidades, relacionados, portanto, a processos de “desfavelização” ou “desfavelamento”, Ferreira (2001) também enfatiza a ação estatal, central na sua definição, que contempla ainda outros aspectos do bairro estudado, em particular, a dinâmica da organização populacional.

Mas a crítica quanto à utilização da categoria *assentamento urbano* não pode ser ignorada e está presente, por exemplo, no recente trabalho de Andrioli (2003), que considera mais coerente o conceito de *ocupações urbanas*, por contemplar o caráter da luta dos sujeitos sociais e das entidades que os defendem. Afirma a autora, que se trata de uma conceituação simplista e carregada de preconceitos, utilizada de forma intencionalmente errônea pelo Poder Público, com o objetivo de

esconder os reais problemas sócio-econômicos presenciados na cidade. Para a mesma, o termo assentamento urbano seria

uma categoria utilizada pelo Estado, dividida em etapas para que ocorra e se dê a posse ou propriedade da terra, o que nos leva a concluir que esta categoria vigora somente num determinado período, ou seja, no tempo necessário para a conclusão das referenciadas etapas, que são elas: levantamento da população, número de famílias que serão beneficiadas, escolha da área e transferência para a mesma, divisão e distribuição dos lotes, implantação da infra-estrutura básica (água, luz e ordenamento) e posteriormente mediante pagamento, a propriedade dos lotes. (ANDRIOLI, 2003, p. 61)

Embora se reconheça a importância das considerações desta pesquisadora, reiteramos que nesta pesquisa optou-se por manter a categoria assentamento urbano, de caráter oficial, em função da ênfase que se pretendeu dar à atuação do Estado frente à realidade estudada, vista como uma solução encontrada pelo Poder Público para amenizar os problemas enfrentados pela população carente que reside em favelas e ocupações irregulares, principalmente no que se refere à questão habitacional e social. Por outro lado, a organização e os mecanismos empregados na luta por melhores condições de vida, pelos moradores do Jardim Maracanã, embora não ignorados, não estão entre os principais objetivos deste trabalho.

Segundo Silva e Melchior (2002), a categoria assentamento urbano foi criada na gestão municipal de Antônio Casemiro Belinati (em seu terceiro mandato, iniciado em 1996), com vistas à propaganda política. Esperava-se que garantisse a conquista de votos da população assentada, mesmo que as famílias fossem apenas removidas das áreas de ocupação ilegal e transferidas para estas áreas cedidas pela Prefeitura, sem qualquer infra-estrutura, assemelhando-se a das favelas.

Talvez essa origem ainda se reflita no caráter preconceituoso da expressão pela imprensa local, como se vê na seguinte reportagem da Folha de Londrina, de 09 de abril de 2003:

VIOLÊNCIA URBANA: MEDO ESVAZIA ESCOLA

Moradores do Jardim Maracanã, na região oeste de Londrina, estão convivendo diariamente com o medo e a violência das quadrilhas que agem no local. No bairro que não passa de um assentamento, a população não tem muros altos nem cerca elétrica. Muitos moradores preferem mudar de região do que conviver com as constantes ameaças. Quatro turmas da Escola Municipal Noêmia Malanga foram fechadas no ano passado por causa do grande número de transferências de alunos. (grifo nosso) (FOLHA DE LONDRINA, 9 de abril de 2003)

Diante dessa diversidade crescente da realidade presenciada em Londrina, os aglomerados subnormais foram divididos em categorias, embora aparentemente, aos olhos de quem chega, a cidade não revele em seu espaço urbano, por exemplo, o que se convencionou classificar de favela, conforme definido pelo IBGE (apud RODRIGUES, 2001, p. 36), como “um aglomerado de pelo menos cinquenta domicílios – na maioria carentes de infra-estrutura – e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores”, conforme é visível em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente.

Assim, buscando compreender as distintas formas de moradias populares e organização espacial das mesmas na cidade de Londrina, faz-se necessário destacar a diferenciação entre ocupação, favela e assentamento urbano, visando também o entendimento da subnormalidade existente nesta cidade, do ponto de vista oficial. De acordo com a COHAB-LD (2002, p. 32), tem-se a seguinte classificação: ocupações irregulares, favelas e assentamentos urbanos.

As **ocupações irregulares** são produto de ocupação de áreas legalmente impróprias de serem regularizadas, insalubres, de risco e de preservação permanente, como as ruas, os lixões, locais com alta declividade, solo instável e fundo de vales, bem como áreas destinadas à implantação de equipamentos comunitários. Podem ser áreas de domínio público ou privado. Um exemplo dessa categoria situa-se no Fundo de Vale do Córrego Bom Retiro na Favela Marizia, que apresenta os primeiros registros de ocupação em 1995 e está localizada próximo à área central da cidade, possuindo 129 barracos e 645 pessoas, em 2002.



Foto 21: Ocupação Irregular - Fundo de Vale do Córrego Bom Retiro na Favela Marisia

Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – janeiro de 2004

Já as **favelas** seriam núcleos de gênese espontânea, sendo produto de ocupação organizada ou desorganizada, gradativa, em áreas públicas ou privadas; mas que já possui infraestrutura básica como demarcação de lotes, arruamento, implantação de sistema de abastecimento de água potável e energia elétrica, executada pela COHAB-LD, visando a futura regularização fundiária. A área onde está instalada pode ser ou não regularizada, conforme a situação legal da mesma. No primeiro caso, torna-se uma favela urbanizada. Os barracos ou similares geralmente não são objetos de intervenção, ocorrendo apenas a realocação dentro da mesma área. Em função do adensamento inicial, quando é feita a demarcação dos lotes, surge um excedente de famílias que podem ser assentadas em outro local, dependendo de negociação entre a população atingida e o Poder Público. Um exemplo é a Favela Marizia II, localizada na Avenida Brasília, que possui 68 barracos e 340 moradores. Os primeiros indícios de ocupação da área ocorreram em 1968, sendo regularizada somente entre 1994 e 1997, como mostra a Foto 22.

Ao enfatizar aspectos como inadequação ou adequação, áreas públicas ou privadas e, sobretudo, ocupação organizada ou desorganizada, a COHAB escamoteia, de maneira deliberada, o

aspecto do desafio à propriedade privada central nas favelas e ocupações irregulares, cujas diferenças tornam-se inclusive, pouco significativas, quando tal aspecto é considerado. O que o discurso oficial, expresso nessas classificações, procura esconder é a relação conflituosa estabelecida, ao menos numa primeira etapa, entre Poder Público e favelados.



Foto 22: Favela Marisia II

Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – janeiro de 2004

Os **assentamentos urbanos** seriam núcleos de gênese planejada pela COHAB-LD em área pública, cuja demanda normalmente é formada por ocupação na própria área, ou em outra. No primeiro caso, as famílias são retiradas para a implantação de infra-estrutura básica, como demarcação de lotes, abertura de ruas, sistema de abastecimento de água e energia elétrica, em alguns casos pavimentação primária ou asfáltica, executada pela COHAB-LD. Na área, as famílias vão sendo assentadas de forma organizada podendo receber excedentes de outros núcleos ou famílias carentes dispersas pela cidade. No segundo caso, as famílias vão sendo remanejadas e assentadas conforme o término das obras. O objetivo ainda é a futura regularização fundiária, como também evitar o agravamento da situação social, ambiental entre outros. A área pode ou não ser regularizada, dependendo da fase do processo legal de regularização. Nesta categoria as habitações são objetos de

intervenção, dependendo da viabilização dos recursos, ou deixando a construção por conta das próprias famílias.

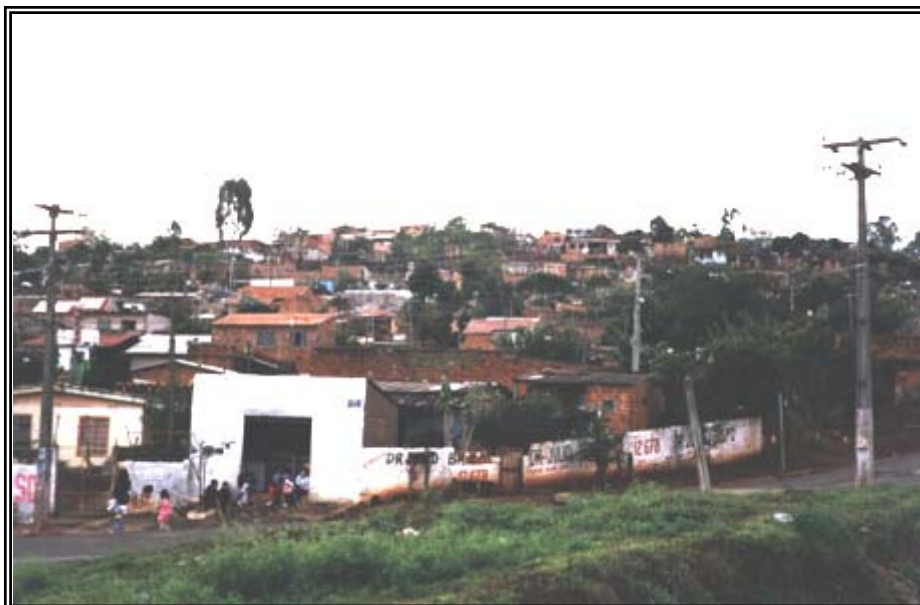


Foto 23: Assentamento Urbano Jardim União da Vitória

Foto: Eduardo J. Marandola Jr. – junho de 2001

Fica claro, portanto, que para o Poder Público londrinense, os assentamentos urbanos, as favelas e as ocupações irregulares não são sinônimos, embora tenham algumas características comuns, como a não regularização fundiária. Mais do que diferenciação entre o primeiro e os dois seguintes, pode-se identificar, sempre do ponto de vista oficial, uma oposição, demarcada exatamente pela intervenção do Poder Público.

Além disso, considera-se que as favelas são caracterizadas pelas construções de barracos em terrenos de propriedade pública ou particular, dispostos, na maioria, de forma desordenada e densa, carente de qualquer serviço público básico. Podem originar e evoluir como pontos excluídos e de modo diferenciado de um lugar para outro. Seu padrão de ocupação pode ser gradual, repentino, organizado, o que influencia em sua evolução, necessidades e carências.

Para o Presidente da COHAB-LD, a partir do momento em que uma ocupação que se encontra em estado de não regularização e sem nenhuma infra-estrutura é regularizada, implantada água e luz e, e não está localizada numa área de degradação ambiental, pode ser considerado um

assentamento urbano. As diferenciações também são dinâmicas, podendo ser superadas, sempre em função da atuação do Poder Público.

Para o assessor de comercialização da COHAB-LD, Heleno Solano Rabello¹⁶, assentamentos urbanos nada mais são que “bairros ordenados, divididos em lotes de aproximadamente 120 m² que são colocados à venda para a população que reside nestes locais ou não, no valor de R\$ 20,00 mensais, com financiamento de 10 anos. São munidos de arruamento, mas apresentam grande déficit na infra-estrutura básica, como péssimas condições de moradia, alimentação, saúde, educação”. São, ainda, construídos em áreas planas ou levemente onduladas, não possuem asfalto, as habitações são de alvenaria na porção mais antiga e os barracos de madeira e lona constituem os mais recentes.

Considerando que as principais diferenças entre favela e assentamento estão no tipo de ocupação, na organização interna dos bairros e no grau de intervenção do Poder Público, foram identificadas na cidade de Londrina, em 2002, de acordo com as conceituações definidas pela COHAB-LD, 57 aglomerados subnormais, divididos em 7 favelas urbanizadas, 22 assentamentos urbanos aptos à regularização, 22 ocupações irregulares em áreas públicas e 6 ocupações irregulares em áreas particulares, o que corresponde a cerca de 9.423 unidades habitacionais, abrigando aproximadamente 47.115 pessoas nestas áreas, o equivalente a mais de 10% da população total e urbana de Londrina, constituindo os bolsões de pobreza.

No caso de Londrina, a expressão *bolsões de pobreza* foi utilizada para indicar um aglomerado de pessoas identificadas como sendo de baixa renda e carentes, levando em conta alguns dos indicadores de pobreza (desnutrição, condições de saúde precária). Com isso, foram registrados em Londrina, em 1995 (FERREIRA, 1999), três grandes bolsões de pobreza (A, B, C).

O Bolsão A é considerado o maior deles e está localizado na Zona Sul-Sudeste da cidade, fazendo divisa com as áreas rurais da mesma. Era constituído por 6 núcleos (Franciscato I, Franciscato II, Novo Perobal, Núcleo Cristal, Núcleo Jardim Itapoã e União da Vitória I, II, III, IV). Este

¹⁶ Entrevista realizada em 26 de setembro de 2001.

último é o maior assentamento urbano em número de população. Em 1995, lá residiam mais de 8.000 pessoas, com um dos mais elevados índices de desemprego em Londrina.

O segundo, Bolsão *B*, localiza-se às margens do Ribeirão Quati, Zona Norte da cidade, destacando-se a Favela Nossa Senhora da Paz e Favela Marisia (em 1995 residiam cerca de 3.700 pessoas nessas duas áreas). O Bolsão *C* está situado na Zona Leste, aglutinando neste local cerca de 3.000 pessoas, em 1995.

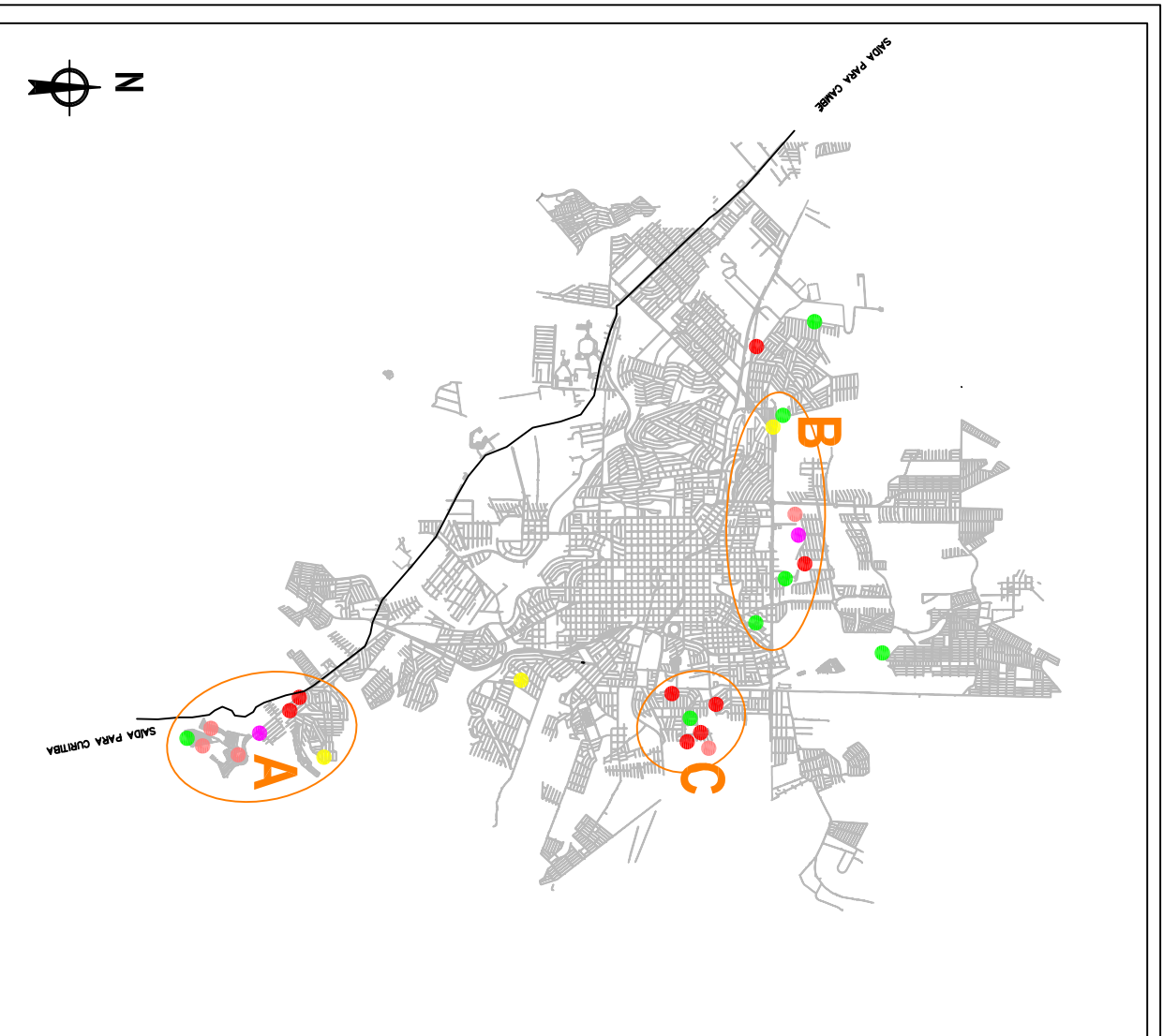
Esses bolsões de pobreza são caracterizados por assentamentos recentes de população, cuja intensificação ocorre na década de 1990. São formados principalmente por famílias migrantes, que buscam na cidade melhores condições de emprego, mas acabam sujeitando-se às condições de carência alimentar, educacional, de renda, profissão, sanitárias, entre outras.

Referente a situação em 1995, destaca Ferreira (1999), que foram identificadas algumas áreas específicas de grande concentração populacional e uma difusão espacial desses bolsões e pontos de pobreza, conforme apresentado no Cartograma 02. Atualmente (considerando a situação em 2002), os bolsões de pobreza continuam evidentes, sendo acrescidos de outros pontos de concentração de pessoas em condições de pobreza, como mostra o Cartograma 03, referente à espacialização dessas áreas no espaço urbano de Londrina.

O Quadro 11 mostra a situação dos aglomerados subnormais (ano base – 2002), destacando o número de famílias e pessoas e a quantidade de aglomerados divididos por zonas da cidade. Ressalta que a Região Oeste, onde está inserido o Jardim Maracanã, embora apresente um número reduzido de aglomerados, concentra o maior número de famílias e pessoas residindo nestes locais, perdendo somente para a Região Sul.

BOLSÕES E PONTOS DE POBREZA

EM LONDRINA - PR SITUAÇÃO 1995



CONVENÇÕES

- Favelas Urbanizadas aptas à regularização
- Favelas Urbanizadas regularizadas
- Assentamentos Urbanos aptos à regularização
- Assentamentos Urbanos regularizados
- Ocupações Irregulares em áreas públicas
- Ocupações Irregulares em áreas particulares
- Bolsões de Pobreza







Título: Bolsões e pontos de pobreza em Londrina - PR Situação 1995	
Escala: 0 1 2 3 km	
Autor: Julia Luciana Pereira das Dores	Orientador: Profa. Dra. Edda Maria Góes
Fonte: FERREIRA, Y. N., 1999, Base Cartográfica: IPPUL	Deseñalista: Julia Luciana Pereira das Dores Denis Richter Carregamento: 02 Página: 78
Modalidade de Pesquisa: Dissertação de Mestrado	Instituição: unesp

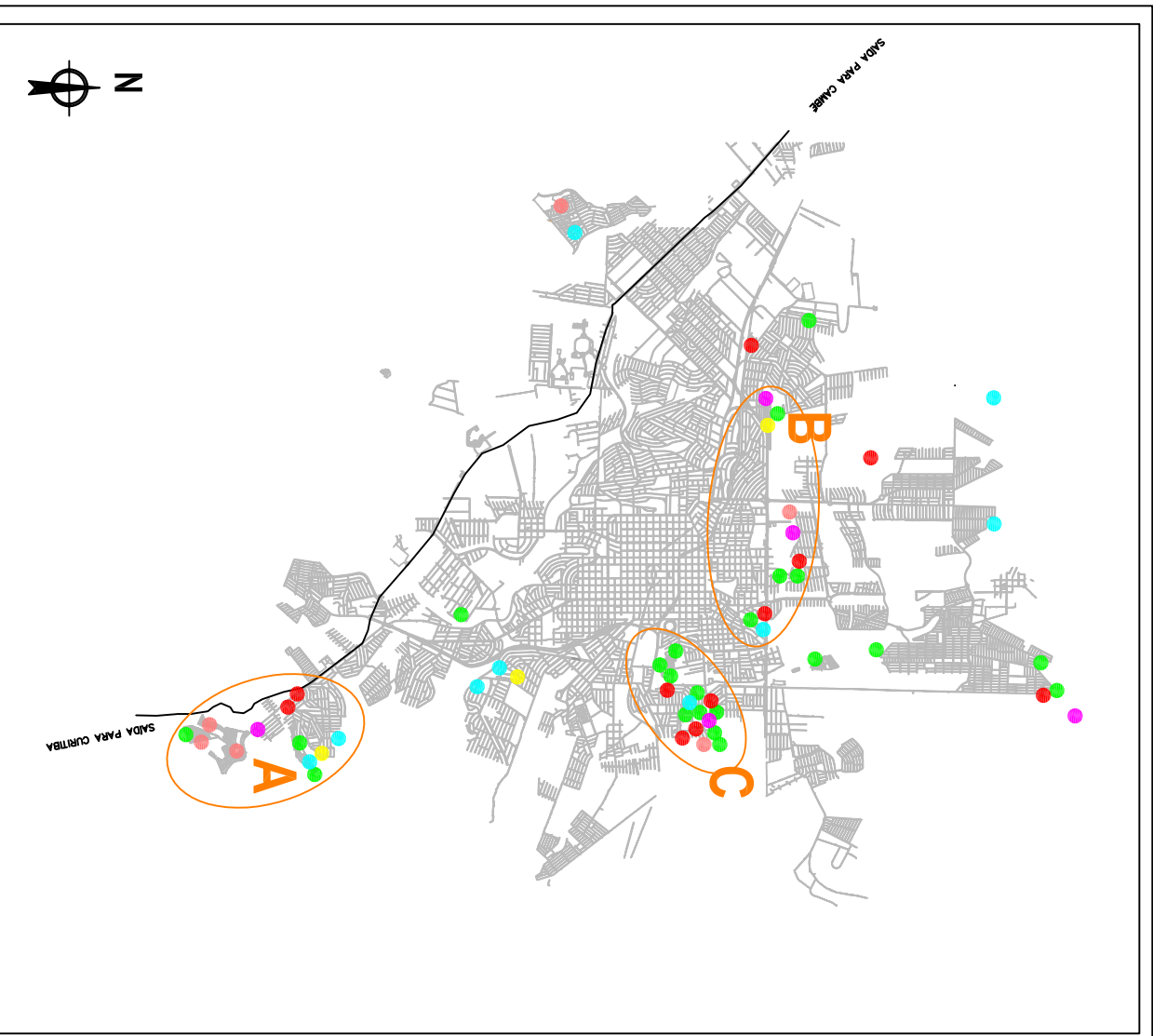
BOLSÕES E PONTOS DE POBREZA

EM LONDRINA - PR

SITUAÇÃO 2002

CONVENÇÕES

-  Favelas Urbanizadas aptas à regularização
-  Favelas Urbanizadas regularizadas
-  Assentamentos Urbanos aptos à regularização
-  Assentamentos Urbanos regularizados
-  Ocupações Irregulares em áreas públicas
-  Ocupações Irregulares em áreas particulares
-  Bolsões de Pobreza



Título: Bolsões e pontos de pobreza em Londrina - PR Situação 2002

Escala: 0 1 2 3 km

Autor: Júlia Luciana Pereira das Dóres **Orientador:** Profa. Dra. Eida Maria Góes

Fonte: COHAB-LD Companhia de Habitação de Londrina Base Cartográfica: IPPUL **Desenhista:** Júlia Luciana Pereira das Dóres Denis Richter **Cartograma:03** **Página:79**

Modalidade de Pesquisa: Dissertação de Mestrado **Instituição:** 

Quadro 11: Aglomerados subnormais em Londrina – PR – situação em 2002

Localização	Assentamentos urbanos aptos a serem regularizados			Assentamentos urbanos e favelas urbanizadas			Ocupações irregulares em áreas particulares			Ocupações irregulares em áreas públicas			Total		
	Nº	Nº de famílias	Nº de pessoas	Nº	Nº de famílias	Nº de pessoas	Nº	Nº de famílias	Nº de pessoas	Nº	Nº de famílias	Nº de pessoas	Nº	Nº de famílias	Nº de pessoas
Zona Oeste	2	803	4015	2	1131	5655	1	80	400	1	62	310	6	2076	10380
Zona Leste	6	276	1380	1	356	1780	1	590	2950	8	301	1505	16	1523	7615
Zona Sul	7	679	3395	3	2355	11775	2	66	330	4	435	2175	16	3535	17675
Zona Norte	4	1051	5255	1	46	230	2	288	1440	8	645	3225	15	2030	10150
Área Central	2	106	530	-	-	-	-	-	-	1	129	645	3	235	1175
Distrito de Guaravera	1	24	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	24	120
Total	22	2939	14695	7	3888	19440	6	1024	5120	22	1588	7955	57	9423	47115

Fonte: Perfil do Município de Londrina – PR – 2003 (Ano base 2002)

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

A partir do exposto, o item seguinte busca analisar a trajetória desses aglomerados subnormais, destacando os aspectos históricos e a situação desses no período de 1972 até 2002, com ênfase nos principais assentamentos urbanos da cidade de Londrina.

2.2. Histórico dos aglomerados subnormais: ênfase para os assentamentos urbanos

O acelerado processo de urbanização, principalmente após a década de 1970, suscitou a discussão sobre o problema habitacional no país como questão social, caracterizado pelo desequilíbrio entre crescimento populacional e oferta de novas moradias acompanhadas de infraestrutura. Essa situação resulta no surgimento desses aglomerados na cidade, na maioria, em áreas irregulares, diante da impossibilidade de pagamento dos aluguéis, da condição de desemprego, da desqualificação profissional de seus moradores, caracterizando o processo de exclusão social e repercutindo numa representação social (negativa) destas áreas para o restante da população, uma vez que se tornam áreas degradadas socialmente, economicamente.

No caso de Londrina, essa situação ainda é mais grave, pois embora a COHAB-LD possua áreas e habitações para atender à população carente, o crescimento populacional diante da demanda habitacional e de serviços de infra-estrutura ainda apresenta crescimento, o que vem a comprometer a qualidade de vida dos moradores destas localidades, uma vez que parte considerável (um pouco mais de 10%) da população urbana da cidade de Londrina encontra-se na faixa de pobreza e um grande número de famílias está vivendo em condições de miserabilidade.

Nesse crescente processo de urbanização presenciado nas cidades de porte médio e/ou médias, principalmente, as aglomerações subnormais, desprovidas de serviços urbanos e infraestrutura básica, emergiram de maneira avassaladora. Assim, as formas de moradia precárias surgem como alternativas a essa parcela da população desempregada, como também no caso de migrantes (provenientes tanto do meio urbano quanto rural), que buscam nas cidades maiores, ou que

apresentam perspectivas de crescimento, melhores condições de emprego e moradia. As aglomerações subnormais acabam, dessa forma, perpetuando as desigualdades sociais no espaço intra-urbano, e Londrina não foge à regra.

Considerando o período posterior à década de 1970, tem-se que as moradias irregulares, principalmente a favela, passou a se constituir em um elemento de preocupação para a administração pública londrinense, dado o valor que os terrenos ocupados adquiriram no mercado imobiliário, diante do crescimento da cidade. Deixando de lado as razões de seu surgimento, que evidenciam as contradições do sistema capitalista, as favelas passam a ser vistas, então, como *disfunção do sistema*, devendo assim ser erradicadas (IPPUL, 1996). Novamente, nota-se no discurso oficial um certo escamoteamento do caráter conflituoso representado pelas favelas, embora, o objetivo a ser atingido acabe sendo revelado – *erradicação*.

Frente a essa situação, cria-se neste período, em Londrina, alguns programas que objetivam o enfrentamento da erradicação, seja *urbanizando* as favelas através da regularização das áreas onde estas se encontram e instalando a infra-estrutura necessária, seja deslocando o problema; isto é, transferindo as famílias para uma outra área, nos casos em que essas não apresentam condições aptas para a regularização, constituindo os chamados conjuntos habitacionais (década de 1970) e, mais recentemente, a formação dos assentamentos urbanos (década de 1990).

Os conjuntos habitacionais inserem-se, num primeiro momento, durante a década de 1970, numa política de erradicação das favelas na cidade de Londrina, bem como de amenização do problema habitacional de grande parcela da população carente, conforme destaca Alves (1991). Os principais conjuntos construídos para abrigar famílias oriundas de favelas, através de projetos de desfavelamento em Londrina, a partir da década de 1970, estão apresentados no Quadro 12.

Quadro 12: Conjuntos habitacionais para desfavelamento, em Londrina

Discriminação	Ano de entrega	Número de unidades	Localização
Pindorama I	1972	116	Vila Fraternidade
Pindorama II	1976	53	Vila Fraternidade
Barra Vento	1971	34	Vila Portuguesa
Paranoá	1983	47	Jd. Nossa Senhora da Paz
José Belinati	1991	90	Entre o CH João Paz e o CH Semiramis
Novo Amparo	1980	369	Atrás da EPESML
Núcleo Provisório do Jardim Paraíso	1976	60 famílias	Jardim Paraíso
Santa Luzia	1985	15	Próximo ao CH Novo Amparo
Santiago I	1986	37	Jardim Garça Real
Vale do Cambezinho	1996	58	Parque Arthur Thomas
Total		878	

Fonte: IPPUL, 1996, p. 15

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

O Poder Público local (município) busca simultaneamente neutralizar os problemas decorrentes da presença de favelas para o restante da cidade e suprir as necessidades dos moradores das favelas com o mínimo de organização (abertura de ruas e divisão dos lotes), implantando infraestrutura básica (água e luz) no mesmo local da ocupação e/ou em outra área, dependendo da situação de legalidade da terra (propriedade). Esse processo envolve a regularização do terreno onde estão localizadas as favelas, ou a remoção das famílias que se encontram em situação de risco, para outras áreas da cidade – os assentamentos urbanos. Áreas estas também pertencentes ao poder público, neste caso, a COHAB-LD.

Segundo informações colhidas na COHAB-LD (2002), pode-se dizer que os assentamentos urbanos seriam uma alternativa para o processo de desfavelização, principalmente quando a população de gêneses diversas (rural/urbana) perde poder aquisitivo, não apresentando condições de pagar as prestações através de financiamento proposto pelo SFH – Sistema Financeiro de Habitação, vindo, então a se aglomerar em áreas com condições subumanas.

No caso de Londrina, cidade planejada na década de 1930, para atender um determinado número de habitantes (cerca de 20 mil), ocorreram inúmeras alterações no espaço urbano por conta da sua condição de pólo regional, apresentando crescimento no setor de comércio e

serviços, exercendo, assim, um poder maior de atração populacional. Porém, foi na década de 1950/1960 que surgiram os primeiros registros de favelas, localizando-se nas áreas periféricas do centro histórico inicial, próximo à linha férrea (atual Avenida Leste-Oeste, próximo às ruas adjacentes do quadrilátero central), que passou a receber considerável contingente populacional decorrente das atividades desenvolvidas para atender a demanda do sistema ferroviário, necessitando, dessa forma, readaptar seu planejamento urbano para conduzir a ordenação de sua ocupação pela população que assim chegava na cidade, provenientes tanto da zona rural como urbana, que via em Londrina a imagem de uma cidade de progresso.

Na década de 1960 desenvolveu-se a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, visando organizar essa ocupação espacial de Londrina, quando esta passa a ser considerada a segunda maior cidade do Estado do Paraná, pelo seu desenvolvimento industrial, comercial e de serviços, e pela significância no crescimento populacional.

Nas décadas subseqüentes, com uma população em torno de 400 mil habitantes, Londrina passa a ser vista como uma cidade que convive com situações urbanas problemáticas, principalmente no âmbito das questões sociais, tornando-se exemplo de rápidas transformações na malha urbana. Tal característica permanece até os dias mais recentes, sendo acrescida de um elevado grau de disparidades sociais associadas à questão da violência, evidenciando um contingente populacional crescente que não consegue sequer atingir o nível de pobreza, sendo considerados como os mais miseráveis e excluídos.

Diante deste quadro, verifica-se que a cidade de Londrina apresentou nestes últimos dez anos um crescimento significativo no número de habitações destinadas a população mais carente, principalmente para atender aquelas famílias que buscavam a cidade como forma de solucionarem seus problemas, e que foram *forçadas* a ocupar terrenos públicos ou privados, por não conseguirem ingressar no mercado de trabalho, evidenciando o fenômeno das aglomerações subnormais.

2.2.1. Gênese histórica dos aglomerados subnormais: favelas em Londrina

O surgimento dos aglomerados subnormais, iniciado com a constituição de favelas e ocupações irregulares, e recentemente caracterizado pela formação dos assentamentos urbanos, deriva da impossibilidade de pagamento de aluguel, do desemprego, da desqualificação profissional, estando também associado aos problemas regionais referentes ao êxodo rural, atrelados à modernização da agricultura e ao processo de industrialização, contribuindo para que esses migrantes, ao chegarem nesta cidade, se deparassem com a problemática habitacional. Frente aos elevados custos dos aluguéis, são forçados a se deslocarem para as zonas periféricas e a instalar-se de forma precária e subumana.

Assim, este item propõe discutir historicamente a formação dos aglomerados subnormais, destacando os principais tipos de habitações populares até a constituição dos assentamentos urbanos, apresentando um perfil de cada local em relação ao número de pessoas residentes e a quantidade de unidades habitacionais pertencentes a cada aglomerado.

As informações apresentadas a seguir referem-se aos aspectos históricos de algumas favelas e assentamentos urbanos de Londrina e foram retiradas de uma pesquisa realizada pelo IPPUL (1996).

As primeiras favelas surgiram em Londrina em meados da década de 1950. Em 1953, a primeira favela, denominada *Pito Aceso*, localizava-se junto ao Córrego Água Fresca, onde hoje se encontra o Cemitério João XXIII (Jardim Higienópolis). Apresentava inicialmente características de um cortiço, com dois proprietários e várias moradias de aluguel. A maioria de seus moradores eram provenientes do nordeste brasileiro, além de receber um contingente populacional decorrente da área rural do Estado do Paraná. Com a extinção desta favela, seus moradores (cerca de 60 famílias) foram transferidos para as áreas remanescentes do Conjunto Habitacional Pindorama.

Em 1959, ocorrem as primeiras ocupações em um terreno pertencente à Caixa Econômica Federal, por famílias procedentes da área rural de Londrina e região. Constituíam-se, assim, a Favela Nossa Senhora da Paz – Zona Oeste, que a partir daí teve um rápido crescimento. No ano de 1982, a área foi doada à COHAB-LD que passou a instalar infra-estrutura e comercializar os lotes no sistema financeiro. Em 1983, ocorreu a remoção de 47 famílias que assumiram o pagamento das prestações para o Conjunto Habitacional Paranoá. Em 1986, já possuía arruamento, loteamento, rede de água e luz, sendo considerada uma favela em área regularizada; mas, atualmente, é vista como foco de violência, criminalidade e narcotráfico. No ano de 1995, possuía cerca de 215 barracos e, em 2002, correspondia a 280 famílias.

Na década de 1960, surgiram mais duas favelas. A primeira, Favela *Vila Rica* (1964) localizada nos fundos do Moinho de Trigo, Zona Oeste, recebeu as primeiras instalações de infra-estrutura somente cinco anos depois. Em 1986, cerca de 42 famílias foram transferidas para o Jardim Santiago e 6 para a Vila Izabel, em decorrência da construção da Avenida Leste-Oeste. Em 1988 sofreu intervenções do Poder Público, com a implantação de melhorias, visando a fixação dos moradores, a garantia da legalidade da propriedade, melhores condições de vida, divisão dos lotes, arruamento e instalação de rede de água e luz. Atualmente (1995), tornou-se um loteamento – Jardim Leste-Oeste – contando com 197 barracos e 896 pessoas.

A segunda, Favela *Marisia* (1968/1969), localizada na BR-369, Zona Central, teve suas primeiras ocupações registradas com famílias procedentes também da área rural de Londrina e de outros municípios paranaense. Sua expansão ocorreu durante a década de 1970, dividindo-se em duas áreas, Marisia I e II, possuindo em 1995 entre 197 e 130 barracos.

Durante a década de 1970, surgiu a Favela OK, localizada no Jardim Nova Conquista, tendo suas primeiras ocupações ocorridas em 1974. Somente em 1977, iniciou a comercialização dos lotes. Um fato relevante ocorreu na década de 1980, com a chegada de famílias oriundas da própria área urbana de Londrina que não conseguiam arcar com as despesas de aluguel.

Em 1996, o local já contava com arruamento, divisão dos lotes, rede de água e luz, estava parcialmente afastado, passando então a ser conhecida como “Nova Conquista”.

A outra favela surgida na década de 1970 foi a Favela Colosso (1975), constituída por famílias provenientes da área rural de Londrina, localizava-se em uma área particular próxima a Indústria Bratac Fiação de Seda, onde se encontram alguns barracos que utilizaram como uma das paredes do mesmo, o muro desta empresa. Em 1996, iniciou-se o processo de transferência de algumas famílias para outras localidades.

A partir das referidas políticas de remoção de famílias de favelados para assentamentos urbanos, principalmente a partir dos anos 1990, novas áreas ganham importância no espaço urbano londrinense, como foi o caso do primeiro e mais expressivo em termos de expansão, organização e número de pessoas, o Assentamento Urbano Jardim União da Vitória, localizado na Zona Sul de Londrina (FERREIRA, 2001).

Cabe lembrar que, segundo Fresca (2002), os assentamentos urbanos são constituídos por grupos sociais excluídos e que proliferam nos anos 90, vinculados, principalmente, ao forte arrefecimento da oferta de moradias pelo Poder Público local, pelas mudanças das regras para comercialização dos imóveis financiados e pelo rebaixamento sucessivo do poder aquisitivo da população.

2.2.2. Principais assentamentos urbanos de Londrina: solução ou problema?

Esses locais representam hoje, para a cidade, áreas de miséria, violência, discriminação, uma vez que seus moradores são vistos pelo restante da população da cidade como elementos marginais que transmitem medo. São discriminados ao andar pelas ruas, ao procurar um emprego, ao fazer compras. Tal situação aponta para a inadequação ou, no mínimo, para a limitação da intervenção estatal materializada nos assentamentos urbanos, sobretudo quando se avalia do ponto

de vista do acesso à cidadania. Assim, estas áreas têm sua importância revelada, como elementos estratégicos nas políticas públicas, mas tendo como objetivo principal *afastar* a pobreza da cidade.

Após a formação do Assentamento Urbano União da Vitória, outros assentamentos foram criados; tanto como forma de legalização de áreas já ocupadas, quanto de loteamento de novas áreas, para onde foram transferidas as famílias residentes em ocupações ilegais, como ressalta Ferreira (2001). Dessa forma, em Londrina, os principais assentamentos urbanos são: União da Vitória (Zona Sul), São Jorge (Zona Norte) e João Turquino (Zona Oeste), além do Jardim Maracanã, já apresentado anteriormente.

Como já foi dito, o Assentamento Urbano Jardim União da Vitória está localizado na Zona Sul da cidade de Londrina, sendo considerado o primeiro assentamento urbano da cidade. Suas primeiras ocupações, ocorridas em meados de agosto de 1985, foram realizadas por quinze famílias provenientes da zona rural da cidade, e por famílias provenientes da Favela OK (atual Nova Conquista), que visavam, também, o acesso à terra para plantar, uma vez que esta área fica próxima da zona rural da cidade.

Após essa ocupação no Jardim União da Vitória, outras ocorreram, sendo uma delas realizada de forma organizada por noventa e sete famílias, com apoio da COHAB-LD, que construiu casas de madeira para abrigá-las. Em períodos posteriores, a COHAB-LD passou a transferir para o local, famílias que ocupavam fundos de vale. O assentamento está dividido em cinco áreas distintas (I, II, III, IV, V) e as famílias são assentadas de acordo com os critérios estabelecidos pela COHAB-LD.

Segundo Perfil do Município de Londrina (PML, 2003, ano base 2002), o Jardim União da Vitória possui uma população de 11.930 habitantes, sem considerar as áreas ocupadas nas encostas (União V), sendo considerado o mais populoso da cidade. Possui asfalto, água, luz, escola, posto de saúde, linhas de ônibus e um pequeno comércio. Mas tais *privilégios* são para os moradores mais antigos (I, II e III), já que os mais recentes constroem seus barracos nos morros ou nas encostas, com declividade acentuada e conseqüente risco para as famílias, ficando distantes dos serviços públicos. Há, portanto, uma diferenciação social visível no interior do próprio bairro, ainda que esta não seja levada em conta pelos outros moradores de Londrina.

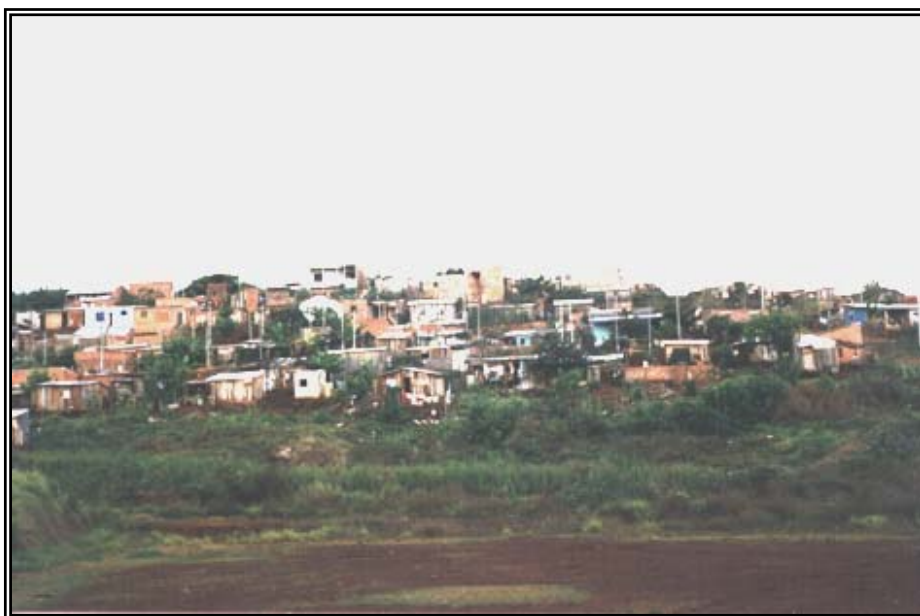


Foto 24: Assentamento Urbano Jardim União da Vitória

Foto: Eduardo J. Marandola Jr. – junho de 2001

Assim como o União da Vitória, os outros assentamentos também estão sofrendo com o crescimento populacional, acarretando na expansão dos mesmos. Esse crescimento, juntamente com a falta de condições mínimas de sobrevivência, com moradias precárias, sem saneamento básico, acaba favorecendo as questões vinculadas à violência e discriminação, que influenciam as relações entre os moradores destas áreas e os demais moradores da cidade.

Entre estes assentamentos, encontra-se o São Jorge, localizado na Zona Norte da cidade de Londrina, que possui uma área de 363.000 m² e é constituído por 748 lotes, contando com uma população de 3.740 habitantes. Seus primeiros moradores são oriundos do fundo de vale do Conjunto José Giordano, que ocuparam a área em 1997. O Assentamento Urbano João Turquino situa-se na Zona Oeste da cidade, possui uma área de 347.157,50 m², contendo um total de 624 lotes e população de 4.255 habitantes, sendo que as primeiras ocupações ocorreram em 1995. Fazendo divisa com o Jardim Maracanã, é também alvo de mesmas intervenções por parte da COHAB-LD.

Estas duas áreas (São Jorge e João Turquino) ainda possuem infra-estrutura deficiente, pois não estão asfaltados, as moradias são precárias, construídas de madeira, alvenaria ou mistas. Com relação ao saneamento básico, a situação não é melhor; o esgoto a céu aberto e o lixo despejado em locais abertos ou em lotes vazios são focos de doenças endêmicas, o que coloca a população numa situação de risco, também do ponto de vista da saúde. Nestas áreas, o processo de exclusão social é mais visível e parece estar se intensificando, pois boa parte da população que busca melhores condições de vida (moradia e emprego) em Londrina, continua se dirigindo para lá¹⁷.

Frente a esse quadro, em que a intervenção do Poder Público, via COHAB-LD, se faz presente, é importante ressaltar que tal atuação é presenciada de maneira paliativa no enfrentamento de problemas sobre os quais não tem controle, como o desemprego e o preconceito, cabe questionar: quais as possibilidades concretas de reversão dos processos de exclusão social sofridos pelos moradores do Jardim Maracanã? Este será o tema em discussão no próximo capítulo.

¹⁷ A situação destes aglomerados, quanto ao número de unidades e de pessoas residentes, pode ser expressa pelos quadros, em anexo C, referentes à evolução histórica dos aglomerados subnormais de Londrina, considerando a situação de 1972 até 2002.

CAPÍTULO 3
POLÍTICAS PÚBLICAS X EXCLUSÃO SOCIAL
NO JARDIM MARACANÃ

3.1. Exclusão social : algumas considerações conceituais

O padrão assumido pelo processo de urbanização que caracterizou a sociedade atual, vem, juntamente com a expansão e as transformações no espaço urbano, contribuir para a baixa qualidade de vida de parcela significativa da população, criando neste espaço formas diferentes de ocupação. O período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990 reflete as consequências das mudanças que aconteceram em épocas anteriores, como o crescimento acelerado das cidades, em particular das médias, intensificando os desequilíbrios sociais, dando visibilidade à problemática e ao aumento do número de pessoas vivendo em áreas excluídas nos grandes e médios centros urbanos, principalmente no que se refere à questão habitacional, uma vez que, mais precisamente na década de 1990, ocorre a proliferação dos aglomerados subnormais, crescendo a ilegalidade e a violência em bairros pobres, o que reforça a exclusão da população residente nestes locais.

É importante evidenciar que a discussão sobre exclusão social aqui realizada não busca definir este conceito, mas sim contribuir com o desenvolvimento do debate sobre o tema, a partir da caracterização da área de estudo, ou seja, da realidade concreta. Supõe-se, portanto, tratar-se de um conceito que se encontra em processo de construção. Além disso, considera-se que sua multidimensionalidade (VERAS, 1999) é um pressuposto importante; mas que traz dificuldades, como no caso da população do bairro analisado, que pode estar excluída de alguns direitos, e não estar de outros.

Segundo Dupas (2000), a preocupação com o processo que se convencionou chamar de exclusão social surge no contexto complexo do fenômeno de globalização e de alteração nas atitudes tomadas pelo Estado. Ressalta, ainda, que esse processo envolve a falta de acesso aos bens e serviços públicos, como moradia, e o direito a segurança, justiça e cidadania, estando relacionada aos desequilíbrios políticos, econômicos, culturais e étnicos enfrentados pelo país em décadas anteriores.

Ao gerarem uma massa de pessoas supérfluas ao sistema, as recentes transformações sócioeconômicas redirecionam o foco das discussões sobre os problemas sociais decorrentes. Se antes a grande preocupação era com as condições de exploração nas quais a inserção se dava, agora ela se transformou na dificuldade de encontrar formas de inserção, quaisquer que sejam elas. (DUPAS, 2000, p. 19)

A exclusão social tornou-se, portanto, uma expressão comum para designar toda e qualquer forma de marginalização, discriminação e desqualificação. No Brasil, a exclusão social está relacionada com a desigualdade social e a pobreza, possuindo uma dimensão histórica particular, de certa forma responsável pelas dificuldades de constituição de um espaço de igualdade, uma vez que se trata da ausência de perspectivas de inclusão de parcelas da população que nunca chegaram de fato a ser incluídas. Essa abordagem incorpora também a questão da cidadania (NASCIMENTO, 2000).

Ao longo da história recente do Brasil, a década de 1980, caracterizada do ponto de vista político pela superação da ditadura militar, socialmente foi marcada não pela redução da desigualdade, mas pela inversão do processo de diminuição do número de pobres, tornando estáveis as áreas consideradas como bolsões de pobreza. Na década de 1990, "o país deixou para trás as discussões em torno das desigualdades regionais ou sociais, e mesmo o interesse pelo estudo dos pobres e seus modos de vida, para se concentrar no entendimento de um fenômeno que parecia novo: o da exclusão social" (NASCIMENTO, 2000, p. 77).

Véras (1999), ao considerar a temática da exclusão social, também ressalta que a mesma não é um fenômeno novo no Brasil; porém, vem apresentando novos contornos no período contemporâneo, no qual as favelas, loteamentos clandestinos, entre outras habitações populares

subnormais, entre elas os assentamentos urbanos, aparecem como testemunhas dessa dinâmica excludente, o que pode gerar as mobilizações intra-urbanas. A exclusão abrangeria uma série de fatores que iriam além da pobreza, como valores culturais (identidade do lugar), abandono, perda de vínculos, entre outros, envolvendo não apenas a questão financeira e habitacional.

Do ponto de vista desta pesquisa, observa-se a grande influência desse conceito recente (década de 1990), o de exclusão social, criado por especialistas franceses, que procura dar conta das novas características inerentes ao desenvolvimento econômico atualmente experimentado em dimensão global, a despeito das enormes diferenças regionais, em seus aspectos mais negativos. Na caracterização do conceito de exclusão social feita por Bursztyn (2000), é necessário enfatizar o caráter permanente da *desnecessidade* apontado, ou seja, a grande novidade que o conceito de exclusão social expressa é a ausência de qualquer perspectiva de reincorporação de contingentes crescentes de população.

Como lembra Singer (1996), não se pode esquecer que o Brasil é considerado o país da desigualdade, devido ao elevado grau de disparidade entre ricos e pobres. Os excluídos, em termos de aquisição de renda, prestígio social ou direitos legais, são exatamente aqueles que obtêm menos desses recursos porque outros obtêm demais. Essa disparidade social é apresentada sob diferentes aspectos: pobreza como fonte de exclusão; área metropolitana – local de perspectiva de vida, ou seja, um ambiente propício para arrumar emprego e ter uma vida melhor, mas ao chegarem nesta área, os migrantes deparam-se com as realidades e dificuldades que terão de enfrentar, na maioria dos casos leva à degradação social de suas famílias, que buscam outras alternativas de sobrevivência, e assim se incorporam ao bloco da exclusão.

As desigualdades sociais assumem dimensões cada vez maiores numa sociedade em que a exclusão sócio-econômica e política não possibilitam a formação de uma base de participação da população nos diversos setores sociais. Diante disso, assiste-se:

[...] à precariedade das condições de habitação, alimentação, saúde, transporte, educação, etc. Ou seja, as demandas sociais não atendidas revelam que o Estado, uma das vertentes básicas desse modelo de acumulação (as outras duas são o

capital estrangeiro e o capital nacional), não está voltado para a aplicação da riqueza social (captada através de impostos, taxas e tarifas diversas) naqueles setores que promoveram o bem-estar da maioria da população. (REZENDE, 1993, p. 116)

Num sentido mais amplo, as discussões realizadas pelo grupo que elaborou o *Atlas da exclusão social no Brasil* (CAMPOS et al, 2003 e POCHMANN; AMORIM, 2003) vêm mostrar que a exclusão se constitui a partir de um amplo processo histórico determinado que acompanha a evolução da humanidade, e pode ser identificada a partir da situação de *não ter*. Não ter acesso à terra para produzir o necessário, não ter trabalho, não ter renda suficiente para atender às necessidades básicas, não ter acesso a determinados equipamentos urbanos, e assim por diante, tornando-se uma população mais vulnerável ao sistema. “Em síntese as raízes da exclusão social encontram-se inseridas nos problemas gerais da sociedade” (CAMPOS et al, 2003, p. 29).

Além disso, entre as décadas de 1980/1990 a sociedade brasileira presenciou o redimensionamento de um fenômeno que ficaria conhecido como violência urbana, sendo o começo de uma escalada de crescimento do número de homicídios. Esse fenômeno vem contribuir para ampliar as noções de exclusão, já que as áreas consideradas violentas são aquelas em que predomina um conjunto de indicadores, como: níveis baixos de renda e escolaridade, maior desemprego, maior número de moradores em favelas, piores condições de moradias (MARICATO, 2000).

A dimensão tomada pela exclusão social tem exigido esforços no sentido de dar conta da complexidade de um processo que assumiu novas características através das representações sociais expressas, por exemplo, nos indicadores sociais que revelam a recente associação entre os homicídios e o tráfico de drogas, envolvendo sobretudo jovens, fato evidente na área estudada – o Jardim Maracanã. Comparando os números de homicídios entre os anos de 2001 a 2003 ocorridos na cidade de Londrina, fornecidos pelo Departamento de Estatística da 10ª Subdivisão Policial de Londrina¹⁸, observou-se um nível elevado no crescimento desde indicativo: em 2001 os índices

¹⁸ Levantamento realizado em junho de 2004.

fecharam em 112 ocorrências, passando para 160 em 2002, e atingindo 192 homicídios em 2003, assustando a população tanto do bairro, como do restante da cidade.

Os locais onde esses casos ocorrem com maior frequência são vistos pela sociedade como áreas extremamente perigosas. Pessoas relatam que têm medo até mesmo de falar sobre esses bairros e do próprio assunto. Essa situação ficou evidente na aplicação dos questionários e em algumas das entrevistas, uma vez que a expressão do entrevistado demonstrava medo quando o assunto estava ligado a violência, polícia, tráfico de drogas, em Londrina e no próprio bairro estudado.

A maioria dos entrevistados em órgãos públicos declarou que o Jardim Maracanã apresenta indícios de exclusão social, conforme registram as declarações abaixo:

O Maracanã, a exemplo do próprio João Turquino, a exemplo do São Jorge (...) E quando você vai arrumar emprego, e eu canso de ouvir isso das pessoas. Onde é que você mora? Então às vezes a pessoa ao falar que mora neste bairro já é um fator de exclusão. Ficou sabendo que o cara mora no Maracanã, acha que é tudo ladrão. Não tem um que presta lá! (Jornalista Policial – 05/07/2003)

É considerado porque não foi colocado toda a expectativa política em administrações anteriores, que geraram essa busca pela cidade de Londrina. (...) o cara sai do campo para vir para a cidade em busca de vida melhor, ou de outras cidades menores que a pessoa está desempregada. Ele vem para cá e cai numa exclusão social. Por quê? Porque ele não conseguiu arrumar emprego, ele não tem um grau de instrução que necessita aonde tem algum tipo de emprego. Então ele acaba caindo nessa faixa de exclusão social. (Presidente da COHAB-LD – 07/05/2003)

O local é considerado como retrato de exclusão social em Londrina, o que se justifica pela precariedade de saneamento básico (água e luz), asfalto, posto de saúde, aumento da violência, roubos e pelas crianças e adolescentes que ficam a mercê dos traficantes. (Assistente Social do Sinal Verde - 11/07/2003)

Em entrevista, o jornalista policial, Carlos Camargo, comenta que alguns moradores do bairro se recusam a utilizar o *disk denúncia* (147/161) para relatarem assuntos voltados à violência e tráfico de drogas. Por medo de serem identificadas pelo sistema de *bina* (identificador de chamadas), recorrem ao programa policial realizado pelo jornalista, através de ligações diretas ao celular do mesmo, que parece proporcionar sigilo e segurança para a população atingida, sugerindo tanto o descrédito de instituições como a polícia, como a adaptação a novos mecanismos, menos institucionais.

Delineiam-se, assim, algumas das características desses novos contornos do processo de exclusão social, que pode ser entendido como “a ampliação de parcelas significativas da população em situação de vulnerabilidade social, e também as diferentes formas de manifestação da exclusão, abarcando as esferas cultural, econômica e política” (CAMPOS, et al, 2003, p. 49). Sob outra perspectiva, os depoimentos colhidos sugerem, ainda, que se trata de expressão de senso comum, ou seja, falar em exclusão social faz sentido, ou sentidos, para a maioria da população.

Segundo a perspectiva proposta por Sposati (1996), que adota o Brasil como referência, analisando e refletindo a situação presenciada pela população que reside em áreas vulneráveis e carentes, destaca-se a seguinte classificação no que se refere à exclusão social:

- exclusão estrutural – decorrente do processo seletivo do mercado que não garante emprego a todos, gerando contínua desigualdade;
- exclusão absoluta – decorrente da condição de pobreza absoluta de um crescente segmento da sociedade brasileira;
- exclusão relativa – sofrida por aqueles que possuem os níveis mais baixos de acesso e apropriação da riqueza social e das oportunidades historicamente acessíveis ao ser humano;
- exclusão da possibilidade de diferenciação – decorrente do grau de normalização e enquadramento que as regras de convívio estabelecem entre os grupos de uma sociedade, não efetivando os direitos de minorias. No caso, o padrão de tolerância/intolerância inclui ou não as heterogeneidades de gênero, etnia, opção sexual, opção religiosa, necessidades especiais, etc.;
- exclusão da representação – grau pelo qual a democracia de uma sociedade possibilita tornar presentes e públicas as necessidades, interesses e opiniões dos vários segmentos, especialmente na relação Estado-sociedade;
- exclusão integrativa – em que a exclusão é perversamente a forma de um segmento da população permanecer precariamente presente na lógica da acumulação, principalmente a de caráter neoliberal, enquanto outro usufrui do desenvolvimento, da riqueza e da cidadania.

Sem desconsiderar as contribuições de Paugam (VÉRAS, 1999) e Dupas (2000), buscando valorizar a multidimensionalidade e dinamicidade inerente ao processo de exclusão social, pretendeu-se centrar a discussão deste trabalho na concepção apresentada por Sposati (1996), a qual salienta que

exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso exclusão social e não só pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas, de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade. (SPOSATI, 1996, p. 13)

A despeito das pequenas diferenças nas visões acerca da exclusão social, ressalta-se, como elemento comum, o caráter de denúncia presente na maioria dos trabalhos que enfatizam as responsabilidades da sociedade e do governo pela inclusão dos considerados excluídos, através de programas sociais específicos, por exemplo.

A crítica ao emprego desse conceito está presente no trabalho de José de Souza Martins (1997) em seu livro *Exclusão social e nova desigualdade*, no qual aponta que não existe uma exclusão e sim uma inclusão tardia do indivíduo na sociedade, ou inclusão marginal. Ademais, observa, corretamente, que ninguém está totalmente excluído da sociedade capitalista, mas sim inserido num processo de inclusão precária, cujo intervalo de tempo entre a exclusão e a (re)inclusão pode ser demorado. Acerca desse *período de passagem*, Martins (1997) destaca que

a sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais de desenvolvimento econômico. Em outras palavras, *o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório* (MARTINS, 1997, p. 33).

Entende-se que tal crítica é pertinente no que se refere à ênfase dada à própria história do capitalismo, ou seja, à identificação de suas características inerentes. Mas quando Martins (1997) reconhece que o *período de passagem* da exclusão para a inclusão está se transformando num

modo de vida, sua abordagem se aproxima das propostas colocadas pelos autores anteriormente discutidos no que se refere à exclusão social, que ele aparentemente critica, a despeito de não fazer referências diretas.

A partir desse debate, é importante enfatizar a necessidade de se insistir em abordar a exclusão social sempre como um processo, em oposição à sua identificação com um estado, que se define como algo definitivo, desligado de fatores anteriores, de desdobramentos posteriores e, sobretudo, frente ao qual nada pode ser feito, tornando-se algo irreversível. Evidencia-se, assim, outros aspectos do conceito de exclusão social - os aspectos ético e político - para os quais outros autores já chamaram atenção, como por exemplo Luciano Oliveira (1997, p.60).

Quando se parte dessas reflexões para compreender a realidade de Londrina e especialmente do Assentamento Urbano Jardim Maracanã, com base nos resultados obtidos nos questionários aplicados junto aos moradores do bairro e nas entrevistas feitas com representantes dos órgãos públicos (COHAB-LD, Secretaria de Ação Social de Londrina, Posto de Saúde), jornalista policial, entre outros, verifica-se que este local apresenta características marcantes da exclusão social, principalmente quando relacionadas à violência, embora muitas das famílias estejam incluídas em programas sociais.

Por outro lado, o aumento do índice de ocupações e moradias subnormais decorre também de ações do Estado (principal agente imobiliário do processo de estruturação urbana). Sua intervenção baseia-se no financiamento concedido às firmas construtoras e órgãos destinados à habitação, buscando ampliar a demanda e viabilizar o processo de acumulação capitalista, através da construção de habitações.

Considerando a favela como reflexo da exclusão social, produzindo o que se convencionou chamar de cidade ilegal, conclui-se que haveria características comuns entre a favela e o assentamento urbano, uma vez que a organização do espaço urbano e a situação em que se encontram as famílias nestes locais são agravadas pelas representações sociais elaboradas sobre

eles. Sobre esse aspecto, a diferença identificada no capítulo anterior, centrada na intervenção do Poder Público, parece não se refletir necessariamente nas representações sociais sobre os moradores desses locais.

Nesse sentido, Singer (1998) observa que uma pessoa é considerada excluída quando não possui as qualificações exigidas pelo mercado de trabalho. Desempregada, ela busca novas alternativas para sobreviver (trabalho informal, moradias precárias, trabalho infantil) e suprir suas necessidades. Assim, o preconceito e a discriminação estão associados ao próprio conteúdo do termo que designa habitações populares como favelas, ocupações e assentamentos urbanos.

Contraditoriamente, mesmo surgindo como mecanismo de defesa da população, as favelas e habitações semelhantes reduzem o custo da reprodução da força de trabalho, aumentando, conseqüentemente, o lucro do capital. Além disso, a despeito de desrespeitarem o princípio central da propriedade privada, geralmente as favelas estão localizadas em áreas desprezadas pelos agentes sociais¹⁹, desvalorizadas, sem acesso (ou com acesso precário) aos serviços públicos.

Em um país em que as desigualdades sociais crescem a cada dia e a concentração de renda aumenta promovendo mais exclusão social é de suma importância estabelecer políticas públicas que tenham como pressuposto a inclusão da parcela da população que se encontra excluída dos benefícios sociais. (BUARQUE, et al, 2001, p. 129)

Conscientes de suas limitações, seus moradores buscam entrar pelas frestas ou zonas potencialmente menos conflituosas, ou seja, em áreas centrais desocupadas, na periferia ou em áreas de risco. Mesmo assim, só têm êxito parcialmente, como se tem procurado mostrar a partir dos problemas enfrentados, mesmo depois de anos, pelos moradores do Jardim Maracanã em relação a representações sociais e à exclusão social.

Diante das dificuldades enfrentadas pelos habitantes pobres, com moradias precárias, discriminação no trabalho (sendo que a maioria tem empregos informais, sem registro, como diaristas, camelôs, etc.), as Políticas Públicas parecem ser a única solução. Em Londrina, estas

¹⁹ Agentes sociais são proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1999).

incluem, por exemplo, a retirada de trabalhadores ambulantes e camelôs das ruas, através da construção de um *shopping popular* no centro da cidade, regularizando os boxes comerciais, melhorando suas condições de trabalho e evitando a degradação do centro da cidade. Outra opção adotada é a *urbanização* das ocupações e favelas irregulares, através de programas habitacionais e sociais que viabilizam a implantação de infra-estrutura no local, ou a transferência das família para outras áreas, como por exemplo para os assentamentos urbanos.

Dessa forma, evidencia-se que é no espaço urbano que o processo de exclusão social tem seus efeitos mais expressivos, materializados na formação de favelas, loteamentos clandestinos e assentamentos urbanos, bem como de outras formas de ilegalidade de ocupação e uso do solo.

3.2. Políticas Públicas

Historicamente, a relação entre comunidade e órgãos públicos tem se pautado na apresentação de reivindicações que não superam o caráter assistencialista, uma vez que o Poder Público não reconhece a capacidade de produção comunitária. Como um avanço importante neste contexto, o Orçamento Participativo (OP), visa preencher o distanciamento que existe entre estes segmentos, na definição e no planejamento das prioridades, visando interferir no sistema de investimentos para a cidade, através das políticas públicas. A responsabilidade também passa a ser compartilhada entre a comunidade e os órgãos governamentais, na realização de obras, implantação de programas, na elaboração de projetos visando melhores condições de vida e o resgate da cidadania (COHAB-LD, 2002).

Baseada nessas experiências é que a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD)²⁰ vem desenvolvendo programas sociais associados à produção e comercialização de

²⁰ A Cohab-Ld foi criada pela Lei Municipal n.º 1008, de 26 de agosto de 1965, sofrendo alterações impostas pela Lei Municipal n.º 3936, de 24 de dezembro de 1986.

unidades habitacionais²¹, implantação de programas de urbanização e/ou reurbanização de áreas, apoiando também outras entidades para execução de programas e projetos de desenvolvimento comunitário (HBB). Entre seus principais objetivos está a inserção de grupos excluídos, resgatando sua condição de cidadãos e sua auto-estima. De acordo com o Presidente da COHAB-LD²² – Carlos Eduardo Afonseca e Silva –, o objetivo primordial dessa Companhia é dar dignidade e cidadania para quem realmente precisa de uma moradia, evitando que esta pessoa ou família venha a ocupar áreas irregulares, fundos de vale e loteamentos do próprio município ou particular.

No âmbito das políticas públicas, identificou-se os programas habitacionais e sociais que foram e estão sendo implantados na cidade de Londrina, em especial no bairro em estudo, como formas de reduzir a disparidade social. Entre esses programas, destaca-se o Programa Habitar Brasil, que conta com recurso (R\$ 6.321.690,67) da União e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e está subdividido em: subprograma de desenvolvimento institucional – DI e subprograma de urbanização de assentamentos subnormais – UAS, através da COHAB-LD.

Desde sua criação, em 1965, a COHAB-LD vem efetivando a construção de conjuntos habitacionais direcionados à parcela mais carente da população londrinense. A política da COHAB-LD não ficou restrita somente à construção de unidades habitacionais, mas também buscou proporcionar a essas localidades a infra-estrutura necessária, através de parcerias com outras instituições. Alguns dos conjuntos construídos por este órgão público tiveram como objetivo abrigar famílias provenientes de favelas, através do processo de desfavelamento e/ou urbanização das favelas. Durante os anos de 1976 a 1996 foram construídas 3342 unidades habitacionais com este fim, segundo dados publicados pelo IPPUL (1996).

Mediante a elaboração do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais – PEMAS/LD, é que esses programas vêm sendo executados pela COHAB-LD, com

²¹ Em Londrina, a questão habitacional está institucionalizada através da Lei Orgânica do município, promulgada em 05 de abril de 1989 (COHAB-LD, 2002), que possui entre os principais objetivos erradicar a pobreza, o analfabetismo e a marginalização e reduzir as demais desigualdades sociais.

²² Entrevista realizada em 07 de maio de 2003.

objetivo declarado de viabilizar a implantação de projetos direcionados ao atendimento da demanda habitacional da população pobre da cidade e a busca da redução dos índices de violência.

Para a implantação do Programa Habitar Brasil - BID foi realizado um levantamento da situação das áreas subnormais urbanas, representadas pelas favelas, assentamentos urbanos e ocupações irregulares. A equipe responsável por estes levantamentos contava com a participação do IPPUL, COHAB-LD e Secretaria de Obras do Município de Londrina.

A partir dos dados obtidos, foi elaborada uma classificação das áreas subnormais, o que permitiu a avaliação das ações do poder público e a implantação de políticas de controle de novas ocupações (PML, 2001). Certos critérios foram levados em conta para a escolha das áreas a serem contempladas com esse projeto, e no processo de seleção foram escolhidos 43 aglomerados subnormais, entre os quais se priorizou a remoção de famílias que se encontram em APP (Área de Preservação Permanente), bem com as que apresentam risco social associado à renda da família.

De acordo com o resultado obtido, o Jardim Maracanã ficou classificado em segundo lugar, mostrando urgência na atuação dos órgãos responsáveis pela implantação dos programas, uma vez que foi caracterizado como um dos bairros mais carentes e que apresenta mais alto índice de criminalidade.

Juntamente com a COHAB-LD, outros órgãos da Prefeitura, como a Secretaria de Ação Social, organizações não governamentais e a Igreja Católica, colaboram para prática de implantação de programas sociais na cidade, em especial nas áreas consideradas de exclusão social, inclusive no Jardim Maracanã. Assim, vários programas sociais já foram implementados neste bairro e outros estão em fase de consolidação, entre os quais os programas de renda mínima²³, que deveriam fortalecer a cidadania.

A partir dos dados coletados no trabalho empírico, realizado entre maio e junho de 2003, no Jardim Maracanã, constatou-se a atuação da Secretaria de Ação Social da Prefeitura

²³ Em Londrina, o Programa Renda Mínima foi criado pela Lei Municipal n.º 9.000, de 19 de dezembro de 2002, com o objetivo de atender famílias/pessoas que se encontram em situação de risco social e pessoal.

Municipal de Londrina em diversos programas sociais, contando com a colaboração de agentes voluntários, igrejas, posto de saúde, bem como com a participação de outras entidades e dos próprios beneficiados, uma vez que cada programa prevê determinadas atividades a serem exercidas pelas comunidades.

Foram identificados seis programas já implantados neste local: o BEM (Bolsa Escola Municipal), no valor de R\$ 100,00 por família/mês, atendendo 50 famílias; o BEF (Bolsa Escola Federal), no valor de R\$ 15,00 por criança/mês (de 6 a 15 anos), atendendo 60 famílias; cestas básicas fornecidas pelo Provopar para os idosos e casos "crônicos", eventuais, totalizando 64 cestas; PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), com atendimento a 13 famílias, no valor de R\$ 45,00. Os programas em fase de implantação, em 2003, eram: expansão do BEM, Bolsa Morador de Rua e Bolsa Idoso.

A distribuição desses benefícios é realizada a partir do cadastro das famílias junto ao Núcleo de Descentralização da Zona Oeste (posto ampliado da Secretaria de Ação Social)²⁴. Esta unidade é responsável pela avaliação e acompanhamento das famílias, através de visitas periódicas às unidades habitacionais, buscando verificar a situação real dos moradores, para posteriormente providenciar a documentação (cartão e senha) necessária para o recebimento do benefício nas agências bancárias e/ou nos postos autorizados.

Os principais objetivos de cada um desses programas podem ser verificados no quadro a seguir:

²⁴ Este Núcleo está localizado no bairro Avelino Vieira, a partir dele as Assistentes Sociais fornecem atendimento aos moradores do Conjunto Antonio Avelino Vieira, Jardim Olímpico, Jardim Maracanã e Jardim João Turquino.

Quadro 13 - Programas implantados no Jardim Maracanã

PROGRAMAS SOCIAIS	OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Bolsa Escola Municipal e Bolsa Escola Federal	Proporcionar condições para a melhoria da qualidade de vida das famílias e inserção de crianças e adolescentes na rede de ensino, visando sua emancipação e autonomia, através de ações integradas das políticas públicas. E contribuir com a renda mensal da família. O valor do benefício é de R\$ 100,00 por família/mês para o Bolsa Escola Municipal, e de R\$ 15,00 por criança/mês (de 6 a 15 anos) para o Bolsa Escola Federal.	Possibilitar o acesso, a permanência e o bom desenvolvimento das crianças e adolescentes na rede educacional; Assessorar a participação das famílias em processos organizativos buscando melhoria nas condições de vida; Assegurar o desenvolvimento de atividades sócio-educativas como forma de integrar as famílias, trabalhando assuntos relevantes da dinâmica familiar (desempenho de papéis, vínculos, cooperação, organização e participação comunitária); Proporcionar acesso a informações sobre valor nutricional dos alimentos como forma de contribuir para uma alimentação balanceada; Promover o retorno familiar, escolar e comunitário de crianças e adolescentes, que se encontram nas ruas, bem como promover ações que possibilitem a prevenção da exploração do trabalho infantil.
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Eliminar o trabalho infantil dos catadores de lixo, na zona urbana e rural do Município de Londrina	Mobilizar a sociedade através da remoção dos fatores que levam ao trabalho precoce; Possibilitar o acesso, permanência da criança e do adolescente na escola, a partir da concessão da Bolsa Criança Cidadã às famílias com filhos de 7 a 14 anos. (Valor da Bolsa: R\$ 40,00); Proporcionar apoio e orientação às famílias beneficiadas por meio da oferta de ações sócio-educativas; Fomentar e incentivar a ampliação de conhecimentos da criança/adolescente através de atividades culturais, desportivas, lazer; Estimular a mudança de hábitos e atitudes das famílias a partir da relação escola/comunidade;
Campanhas Temáticas (Provopar)	Buscar a integração da comunidade nas ações das entidades e participação do encaminhamento das questões sociais	Proporcionar arrecadação de alimentos para as cestas básicas, bem como de roupas, cobertores, móveis, utensílios domésticos, brinquedos, materiais de construção e outros

Fonte: Secretaria de Ação Social de Londrina (PML – 2001)

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Dentre os critérios utilizados para acesso aos benefícios proporcionados por esses programas estão: o critério da vulnerabilidade familiar, quando a renda familiar não ultrapassa meio salário mínimo (base de cálculo: R\$ 240,00); o não acesso aos direitos básicos, como trabalho, educação, habitação, saúde, alimentação, entre outros.

O Programa Bolsa Escola configura-se como uma política pública de garantia de renda mínima articulada à política educacional, fornecendo subsídios financeiros às famílias que estão em situação de extrema pobreza. Os entrevistados contemplados com este programa relatam que o benefício contribui para complementar a alimentação das famílias, ou para comprar material escolar e até mesmo para reformar/ampliar e/ou construir suas moradias.

Para ser incluído nesse programa alguns critérios específicos são considerados, como residir em Londrina há pelo menos três anos consecutivos da data de requerimento, possuir renda familiar inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal, possuir na família crianças e jovens de 6 a 14 anos, regularmente matriculados no Ensino Fundamental.

No Município de Londrina, a Secretaria de Ação Social define determinadas áreas para a operacionalização da Bolsa Escola, levando em conta os seguintes índices: evasão escolar, desnutrição, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, população x renda familiar, além de vagas disponíveis na rede de ensino e condições de saneamento básico. As áreas atendidas pelos programas são, principalmente, favelas, assentamentos urbanos e ocupações.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é uma iniciativa do Governo Federal para a erradicação do trabalho infantil, tendo como público alvo os catadores de lixo com idade entre 7 e 15 anos e 11 meses, que apresentam renda familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. No Município de Londrina, a Secretaria de Ação Social tem como meta atender 295 casos na área urbana e 58 na área rural, sendo o valor do benefício R\$ 40,00 (setor urbano) e R\$ 25,00 (setor rural).

Um dos requisitos para receber a Bolsa Cidadã (PETI) é que a criança ou adolescente frequente a escola no período normal e no outro período realize a jornada ampliada de atividades (contraturno), ou seja, cursos profissionalizantes, desenvolvimento de exercícios teatrais, danças, e suplemento educacional, e, ainda, que não esteja incluído em outros programas sociais, não falte à escola e no contraturno social. Esse controle de frequência dos beneficiados é feito pelas assistentes sociais, que contam com a participação da família ou do responsável pela criança/jovem

em reuniões e cursos oferecidos pelo programa, estes devem, ainda, freqüentar o ambiente escolar e comparecer regularmente ou quando solicitado à escola.

Os demais programas que estão em fase de implantação no bairro seriam o Bolsa Auxílio Morador de Rua, no valor de R\$ 100,00 mensais por pessoa, voltada ao atendimento das pessoas que não possuem vínculos familiares ou que se encontram em situação de abandono, e o Bolsa Auxílio para Idoso, com valor de R\$ 100,00 mensais por pessoa, destinado àquelas que possuem idade acima ou equivalente a 60 anos, conforme Lei Federal n.º 8.842/94, apresentando necessidades de cuidados especiais, ou que tenham sob responsabilidade pessoas nessas condições.

Além desses, no Jardim Maracanã foi constatado à existência de outros benefícios, como: o convênio da Secretaria de Ação Social junto com a Unimed-Ld, direcionado somente a crianças e adolescentes que necessitam de tratamento médico especializado, ou quando o caso é muito urgente e não pode ficar na fila de espera do posto de saúde. A Secretaria de Ação Social, através das assistentes sociais, viabiliza a emissão de documentos, passes, encaminhamentos e consultas médicas, passagens, enxoval de bebê, de acordo com as necessidades da população atingida.

O Quadro 14 mostra os programas implantados no Jardim Maracanã, identificando o número total de beneficiados no bairro e relacionado-o com o número de entrevistados que recebem tais benefícios. Para alguns programas não se obteve informações exatas, uma vez que se trata de benefícios eventuais e/ou doações voluntárias, não cadastradas pela Secretaria da Ação Social.

Quadro 14: Pessoas beneficiadas pelos programas sociais implantados no Jardim Maracanã

PROGRAMAS SOCIAIS	ENTREVISTADOS BENEFICIADOS	NÚMERO DE BENEFICIADOS NO BAIRRO
Cestas básicas mensais/crônicos	18	64 famílias
Cestas básicas eventuais	6	
Cestas básicas idosos	10	
Outras cestas básicas	9	Sem informação
Bolsa Escola Federal – R\$ 15,00	10	60 famílias
Bolsa Escola Municipal – R\$ 100,00	18	50 famílias
Vale Gás - R\$ 15,00	3	Sem informação
Bolsa alimentação – R\$ 15,00	2	Sem informação
PETI – R\$ 45,00	1	13 famílias
Seguro desemprego	1	Sem informação

Fonte: Pesquisa “In loco” Jardim Maracanã e informações cedidas pela Assistente Social - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Base de cálculo: 100 entrevistados

Obs.: Respostas múltiplas

A distribuição dos programas sociais e toda responsabilidade sobre sua implementação ficam por conta da Secretaria da Ação Social, que tem por objetivo desenvolver uma política de atendimento às famílias que vivem em condições de miserabilidade, tendo em vista que o Município de Londrina registra aproximadamente 160.354 pessoas em situação de risco pessoal e social, vivendo abaixo ou na linha de pobreza, possuindo renda de até 2 salários mínimos²⁵ (PML, 2001), dado revelador dos contrastes sociais a que se tem referido.

Com relação ao atendimento médico às famílias do Jardim Maracanã, foi constatada a presença de uma Unidade de Saúde que presta serviços a esta população e aos bairros adjacentes e encontra-se instalada no Conjunto Antonio Avelino Vieira, possuindo uma estrutura física ainda insuficiente. Possui 1 sala de recepção, 1 de coordenação, 1 de atendimento, 3 consultórios, 1 sala de pós-consultas, 1 de odontologia, 1 de curativos, 1 de expurgo e esterilização e 1 cozinha.

Quanto aos serviços oferecidos por esta unidade, Centro de Saúde Municipal “Avelino Vieira” (Posto Panissa), tem-se: clínica médica, ginecologia, pediatria, vacinação, pequenos curativos, injeções, coletas de exames (laboratórios), odontologia e farmácia. Para os casos mais

²⁵ Considerou-se o valor de R\$ 200,00

graves a população é encaminhada para o Hospital Universitário e o Hospital das Clínicas/UEL , que dispõem de atendimento ambulatorial em diversas especialidades. No caso das crianças, estas são encaminhadas para o Pronto Atendimento Infantil (PAI) ou Hospital Infantil. De acordo com essa diversidade, o Quadro a seguir mostra os locais mais procurados pela população do bairro.

Quadro 15: Local de atendimento médico *

Unidades de Saúde	Número de entrevistados
Posto Panissa	79
PAI	13
Conviver – reabilitação	1
Igreja	1
HU	7
Santa Casa	1
Hospital Infantil	1
Centro de Saúde José Belinati	2
Poste de Saúde – Jd. Bandeirantes	2
Hospital Santa Rita – Arapongas	1
Unidade de Saúde Zona Sul	5
Posto Maria Cecília	1
Unidade de Saúde Zona Norte	2
Jd. Leonor	1
HC – UEL	1
Onde atender	2
Não declarou	2

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

* Respostas Múltiplas

Base de cálculo: 100 questionários

A defasagem no sistema de saúde proporcionado pelo Posto de Saúde - Panissa, juntamente com a infra-estrutura do bairro e a rotatividade das famílias dos aglomerados, torna difícil o trabalho e a atuação dos agentes de saúde junto às famílias, principalmente no que se refere aos objetivos do Programa Saúde da Família. Esse fator também influenciou a manifestação dos entrevistados quanto à insatisfação com o atendimento oferecido pela unidade, com destaque para a demora no atendimento, decorrente do número reduzido de profissionais, a espera por consultas que devem ser marcadas com meses de antecedência e quando o caso é mais simples, como curativos, remédios, a longa espera se dá na fila. Assim, os resultados obtidos foram: 40 entrevistados declaram que o serviço é bom, 20 consideraram razoável e 6 disseram que o atendimento é péssimo. É

importante ressaltar que o *bom* está associado à falta de opção dos moradores, ou seja, da impossibilidade de acesso a qualquer outra unidade de saúde.

Por residirem em locais insalubres (falta de asfalto e esgotamento sanitário irregular), as famílias ficam mais sensíveis a certas doenças. Segundo levantamento feito pelo Projeto de Participação Comunitária (PPC), o atendimento anti-rábico, esquistossomose, hepatite, meningite, dengue, alcoolismo, problemas mentais e gravidez na adolescência, são alguns casos ocorridos na região onde está inserido o bairro. Além disso, doenças como hipertensão, diabetes, infecções respiratórias e parasitoses intestinais (verminose) são as que se manifestam com mais frequência no local. A Enfermeira Ana Patrícia²⁶, responsável pelo atendimento à população residente no Jardim Maracanã, relatou as diversas atividades que são realizadas com essa comunidade, visando suprir suas necessidades relacionadas à saúde. As principais modalidades atendidas no Posto estão apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 16: Jardim Maracanã - Atendimento médico

	Cadastro (pessoas)	Cadastro (famílias)	Família não cadastrada	Hipertenso	diabete	Criança menor de 2 anos	gestante	puericultura	acamado
M 1	462	126	5	21	6	13	6	10	1
M 2	341	110	11	13	4	15	4	15	1
M 3	311	109	16	17	3	10	3	15	1
M 4	382	120	12	26	4	21	6	16	0
Total	1496	465	44	77	17	59	19	56	3

Fonte: Pesquisa "In loco" Centro de Saúde Municipal "Avelino Vieira" (Panissa), em junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Obs.: Verificou-se a ausência de casos cadastrados referentes à tuberculose e hanseníase.

O bairro está dividido por área (M1; M2; M3; M4), da qual cada agente comunitário é responsável pelo atendimento e visita domiciliar.

Semanalmente ocorre a visita médica aos domicílios e, semanalmente, o acompanhamento às famílias pelos agentes comunitários, que têm a função de verificar a situação de saúde e as necessidades dos membros das famílias. É feita uma avaliação das condições de saúde de cada membro da família e, se necessário, são encaminhadas ao médico. Existe ainda o grupo de

²⁶ Entrevista realizada em 20 de maio de 2003.

hipertensos e diabéticos, que recebe acompanhamento mensal e quinzenal (se houver necessidade). Nesses grupos as pessoas são orientadas sobre seus problemas de saúde e outras doenças e recebem orientações sobre acesso e uso adequado de medicamentos.

São realizadas, também, as terapias comunitárias, envolvendo atividades físicas, discussões sobre diversos assuntos, músicas, sendo também um espaço de desabafo para algumas pessoas da comunidade. Entre as outras funções desenvolvidas pelos posto de saúde, há a puericultura (acompanhamento no controle do desenvolvimento de crianças até dois anos, como desnutrição, vacinas, peso – realizado uma vez por mês); grupo de gestantes, com a orientação de como fazer os acompanhamentos da gravidez, bem como os medicamentos, entre outras informações úteis.

Uma vez por mês ocorrem as reuniões com as famílias, nas quais recebem orientações relacionadas à prevenção de doenças, acompanhamento de vacinas e outros. No posto de saúde são atendidos ainda muitos casos relacionados à questão da violência e também a verminoses diante da situação sanitária do bairro. Os casos psiquiátricos são encaminhados para a entidade Conviver, os relacionados à violência infantil, são encaminhados para o Conselho Tutelar, devendo receber tratamento e acompanhamento integral.

Por último, existe também um cadastro no posto de saúde, que garante acesso a uma farmácia, onde esta população pode retirar gratuitamente, mediante receita, os medicamentos de que necessita. Das famílias entrevistadas, 51 declararam retirar os remédios no posto, 14 retiram os medicamentos na Vila da Saúde e 28 disseram que às vezes é preciso comprá-los. As demais formas de aquisição de remédios podem ser observadas no quadro seguinte:

Quadro 17: Aquisição de remédios *

Forma de aquisição	Número de entrevistados
Compra	28
Posto Panissa	51
Vila da Saúde	14
Centro de Saúde (José Belinati)	1
Igreja	3
HU	1
PAI	1
Outras formas	6
Não declarou	8

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

* Respostas Múltiplas

Base de cálculo: 100 questionários

Frente ao problema da violência, cujas ocorrências são concentradas, segundo informações policiais, na Poligonal Turquino/Maracanã, a intervenção do Poder Público se dá em duas direções, sugerindo um adequado nível de compreensão da complexidade que o engloba, uma vez que vai além da atuação policial, envolvendo também, uma política social. Trata-se de programas como o Habitar Brasil e o Mapa do Crime. No que se refere ao Habitar Brasil, nessa Poligonal levou-se em conta o estado de vulnerabilidade social dos seus moradores, reconhecido pela Prefeitura, por ocuparem as primeiras classificações nos critérios de subnormalidade do Município, definidos pela COHAB-LD e pela equipe de atuação do Habitar Brasil como áreas de prioridade para planejamento e ações do Governo Municipal.

Segundo o Presidente da COHAB-LD (em entrevista concedida em 07/05/2003), a licitação para o início das obras já foi liberada. O programa visa, além das melhorias de infra-estrutura, um trabalho de cunho social de redução do índice de violência, relacionada ao narcotráfico no local, bem como o desenvolvimento de diversas atividades com a comunidade, entre elas a de geração de renda e emprego, através da construção de um barracão para a realização de cursos de culinária (doces) e artesanatos.

Em 2002 foi realizado um levantamento das condições sócio-econômicas dos moradores da Poligonal, para futuras atuações do Poder Público local. Mas somente em junho de 2003

é que a verba foi liberada para tal intervenção e foi a partir desse momento que a COHAB-LD iniciou o levantamento junto às famílias dos bairros. Porém, somente em junho de 2004 é que as obras começaram a ser executadas no local.

Com a implantação do Programa Habitar Brasil na Poligonal Turquino/Maracanã, uma gama de problemas dos moradores desses dois bairros são enfrentados, incluindo a demanda pela construção da Associação de Moradores e demais equipamentos urbanos que irão atender ambas comunidades.

Trata-se de um Programa que tem como objetivo geral contribuir para melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda (de até 3 salários mínimos) que se encontram em situação de risco pessoal e social, moradoras de favelas, ocupações irregulares, entre outras formas irregulares de loteamentos; ou seja, visa, em última instância, possibilitar a reversão de processos de exclusão social.

Visa, também, fortalecer as condições administrativas e institucionais do município para *dotá-los* de maior capacidade de intervenção no controle e revitalização dessas áreas com a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana, ações de intervenção social e ambiental, bem como na adoção de políticas públicas para evitar novas ocorrências, através do Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI) e do Subprograma de Urbanização²⁷ de Assentamentos Subnormais (UAS); mas em função do caráter muito recente da sua implantação, não é possível, no âmbito desta pesquisa, avaliar os seus resultados efetivos no Jardim Maracanã.

Quanto ao Projeto Mapa do Crime, este consiste em informatizar o banco de dados da Polícia Civil e Militar, implantando os Boletins de Ocorrência *on line* e integrados, com intuito de obter maior precisão das áreas atingidas pela violência urbana, além da análise e localização dos tipos de ocorrências para futuras intervenções nessas áreas. O mapeamento deve possibilitar que os

²⁷ Urbanização entendida como “[...] processo que visa a melhoria das condições de habitação, onde é executado o arruamento, a divisão de lotes e a implantação de infra-estrutura básica: instalação de rede de água potável, rede de energia elétrica, iluminação pública, instalação de esgoto e pavimentação primária – moedamento das ruas” (IPPUL, 1996, p. 123).

policiais tenham maior atuação nesses locais, prevenindo e evitando a intensificação da violência e controlando o narcotráfico.

Este programa ainda está em fase de implantação²⁸, uma vez que falta a padronização do sistema de informações referentes aos BOs e a unificação das áreas de atuação dos policiais, ou seja, a distribuição igual dos atendimentos, não sendo mais necessário o cidadão ter que se dirigir ao distrito e/ou delegacia responsável pela área onde o crime ocorreu, ele poderá registrar a ocorrência em qualquer delegacia de polícia, tanto da Civil quanto da Militar²⁹. Por se encontrar em fase de implantação, assim como o Habitar Brasil, não possui resultados suficientes que possibilitem uma análise de seu desempenho e eficácia para a comunidade estudada; porém, parece ser um caminho para a redução dos crimes violentos e, conseqüente reversão de representações sociais negativas, não apenas em bairros como o Jardim Maracanã, mas na cidade de Londrina como um todo.

3.3. Transformações sócio-econômicas, urbanização e migrações

As transformações sócio-econômicas no Brasil, principalmente o desenvolvimento industrial associado à modernização da agricultura, proporcionaram não apenas o progresso para o país, mas também provocaram o aumento da miséria para os trabalhadores desprovidos de seus meios de produção e que foram obrigados a se deslocar para outras áreas em busca de sobrevivência, contribuindo para a intensa urbanização. Esse fator leva ao crescimento e degradação dos centros urbanos, diante da demanda populacional. Assim, surgem as primeiras expressões da exclusão social, uma vez que esta população torna-se vítima “de um sistema que impede a fixação do homem na terra

²⁸ Inicialmente o Programa está sendo implantando nas cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, uma vez que as ocorrências destes municípios já apresentam banco de dados cujas informações ainda não estão disponíveis (FOLHA DE LONDRINA – 21/11/2003; Projeto Mapa do Crime do Estado do Paraná – Diagnóstico e bases para uma proposta de intervenção na área de segurança pública).

²⁹ A ausência dessa padronização significou um impedimento à sua utilização, como fonte de dados desta pesquisa, tanto pelas dificuldades de consulta sobre o bairro estudado, quanto pelas justificativas da autoridade policial.

e impede que este mesmo homem encontre condições dignas de trabalho, de moradia e de vida na cidade" (CEM, 1986, p. 11).

Mudanças estruturais na economia, presenciadas em anos anteriores, transformando as relações de trabalho, principalmente no setor agrícola, aconteceram de maneira muito repentina, atingindo milhares de pessoas, que tiveram de abandonar suas terras e atividades, e migrar para outras localidades (ALEGRE, 2002). Muitos dos migrantes que não apenas deixaram o campo, ou até outras cidades, e foram para outras áreas rurais tiveram como alternativa dirigir-se para as cidades e sujeitar-se a morar nas periferias, na qualidade de bóia-fria, trabalhador informal e/ou desempregado, tornando-se, assim, marginalizados perante à sociedade em que se insere. A consequência desse deslocamento foi o aumento da dificuldade de integração social, impulsionando as classes menos favorecidas a situações de extrema pobreza. A miséria seria, portanto, um dos resultados dessa nova "civilização moderna industrial" (RAMIRES e SANTOS, 2001).

Considerando que as indústrias passaram a absorver cada vez menos mão-de-obra e que o setor terciário se modernizou de tal forma que passou a exigir empregados qualificados, e a não estabilização de outras atividades, a urbanização brasileira está caminhando lado a lado com o aumento da pobreza e a deterioração crescente das possibilidades de vida digna dos novos cidadãos urbanos.

A intensa urbanização brasileira, vista como consequência do processo migratório, associada a outros fatores como a especulação imobiliária, acaba sendo acompanhada por diversos problemas sociais, entre eles a carência de habitações dignas para a demanda populacional, o que vem multiplicando as habitações subnormais, como as ocupações irregulares, as favelas e os assentamentos urbanos, uma vez que a submoradia passou a ser a alternativa dos que chegam a cidade.

A população recém chegada aloja-se nos centros urbanos, em locais inadequados (fundo de vales, áreas de preservação permanente, propriedades públicas e/ou privadas), buscando

suas próprias soluções de sobrevivência, diante das condições que encontram, já que os governos federal, estadual e municipal não fornecem subsídios necessários para atender toda essa demanda. Também existem casos em que os recursos estão disponíveis mas há grande morosidade na implementação de projetos que significam o enfrentamento de problemas urgentes, como é o caso do Habitar Brasil.

Maricato (1995) destaca que as cidades brasileiras, em especial as médias e os grandes núcleos urbanos, concentram um número elevado de miseráveis, segregados em pontos do seu território ou exilados nas periferias distantes da mesma. Além disso, considera que uma das faces mais centrais da sua experiência é sem dúvida a ilegalidade: ilegalidade, principalmente, na condição de moradia (favela, loteamento ilegal ou aluguel informal de cômodo) e na relação de trabalho.

A década de 1980 é particularmente caracterizada por conseqüências negativas desse modelo de desenvolvimento urbano-industrial, com o agravamento da questão da pobreza nas cidades, que tem como conseqüência a exclusão social. Bursztyn (2000) considera que na medida em que seguimos por uma economia capaz de propiciar um notável incremento da produção, juntamente com uma grande redução do emprego de trabalho humano, nos deparamos com categorias de trabalhadores desempregados, tornando-se, *desnecessários* ao sistema econômico. Trata-se assim da ruptura dos laços de solidariedade e de *pertencimento* a uma mesma sociedade. Neste caso, os excluídos são indivíduos pobres e constituem um *mundo à parte*, compartilhando o mesmo universo espacial e temporal, mas não interagindo socialmente com os demais.

Numa perspectiva diferente da corrente representada por Bursztyn (2000), Maricato (2000) considera que o crescimento urbano sempre se deu juntamente com a exclusão social. No momento em que as cidades passam a ganhar novas dimensões, tem início a problemática habitacional. O modo de vida da maior parte da população que mora nas cidades e que muitas vezes constrói suas próprias casas em áreas irregulares, no período atual, leva a crer que não é possível dissociar esse urbano e essa moradia, dessa sociedade e desse modelo de industrialização,

modernização da agricultura e desenvolvimento econômico implementado no Brasil, que por sua vez, influenciam consideravelmente no deslocamento populacional.

Refletindo as mudanças ocorridas na agricultura brasileira, nota-se que o setor agrícola paranaense, a partir da década de 1970, começa a sofrer consecutivas transformações, como o processo de sua modernização, tida como parcial, conservadora e dolorosa. Segundo Moro (2001), parcial devido à limitação a algumas regiões e a alguns produtos específicos; conservadora por não romper totalmente com a tradicional concentração fundiária, e dolorosa porque implicou a expropriação de milhares de trabalhadores ligados às atividades agropecuárias.

Segundo essa perspectiva, o Paraná passou, então, a sofrer as conseqüências sócioespaciais dessa modernização. Configurou-se, no cenário rural, não apenas os novos ramos industriais inseridos no setor agrícola e o fornecimento de matérias-primas para as mesmas, mas também mudanças qualitativas e quantitativas na forma de produzir, através da especialização da produção e pela constituição das agroindústrias e, posteriormente, da formação dos complexos agroindustriais.

Uma das alterações significativas foi à substituição de culturas perenes como o café pelas culturas temporárias, como soja e trigo, acompanhadas de grandes alterações na base técnica de produção, tornando-se inevitável a redução da mão-de-obra em atividades ligadas ao campo; modificando, dessa forma, a estrutura econômica, política e social do Estado e ocasionando os intensos fluxos migratórios.

A incorporação de novas tecnologias, o uso intensivo de maquinários e o desenvolvimento de pesquisas relacionadas às inovações biológicas e químicas das espécies, que acentuaram as modificações na estrutura econômica e social do Estado (SILVA, 2000; FRANCO, 2001; DELGADO, 1997), vieram a contribuir para a intensificação do processo de migração rural-urbana, uma vez que a integração dos produtores ao complexo agroindustrial, a incorporação de insumos industrializados e a adaptação de seus produtos ao mercado, aceleraram o processo de diferenciação

sócio-econômica entre estes produtores. Os que não conseguiram manter as condições de integração às novas mudanças, possuindo terras para garantir o crédito rural e manter a escala de produção exigida por essa tecnologia e para atender a demanda do mercado, diferenciaram-se dos demais, tornando-se assalariados no campo ou na cidade.

Alegre (2002) observa que o processo migratório no Brasil tem como pano de fundo as transformações da estrutura econômica e do ritmo de desenvolvimento das diferentes regiões do país, uma vez que o grande ápice do êxodo rural teve início nas regiões onde primeiramente ocorreu o processo de capitalização e mecanização do campo e de forma mais intensa, ou seja, na Região Sudeste do país.

Mas, a partir da década de 1970, esta região do país deixou de ser o foco principal do fluxo migratório, dando lugar para as áreas de fronteira agrícola³⁰ recente, como Paraná e Goiás. Assim, a história das migrações internas no Brasil torna-se um fator importante para compreender a formação atual da sociedade brasileira, principalmente no âmbito sócio-econômico.

3.4. Migrações internas e intra-urbanas

Historicamente, no período entre 1930 e 1950, as migrações internas seguiram duas vertentes. A primeira ocorreu entre 1930 e 1940, com destino às fronteiras agrícolas (Paraná, Centro-Oeste e Maranhão). No caso do Paraná, os deslocamentos populacionais estavam ligados à expansão da economia cafeeira paulista, vinculados aos projetos de ocupação, desenvolvidos por empresas colonizadoras, como foi o caso da cidade de Londrina. A segunda vertente apresentava um

³⁰ Áreas novas ainda não desbravadas, cuja ocupação é estimulada pelo governo através de projetos de colonização, oficiais ou particulares (VALIM, 1996).

contingente populacional com destino aos centros industriais da Região Sudeste do país, que tinha como base o modelo de industrialização via substituição de importações³¹.

As décadas de 1940/1950 caracterizaram-se pelas trajetórias voltadas para as áreas urbanas mais capitalizadas do país (eixo industrial Rio-São Paulo). Nos anos 1940, destacam-se, ainda, os deslocamentos internos direcionados para a Região Centro-Oeste (MARTINE, 1994; BECKER, 1997).

Entre 1950 e 1960, os fluxos internos no Brasil apresentavam duas grandes direções: primeiro da Região Nordeste para as fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e Paraná, e para o eixo de desenvolvimento industrial Rio-São Paulo; segundo dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Nas décadas de 1960 e 1970, os fluxos migratórios anteriores tiveram continuidade, porém novos deslocamentos foram acrescentados, como da Região Nordeste para o Distrito Federal e para a Região Sul.

Segundo Deschamps e Kleinke (1999), entre as décadas de 1940 e 1960, o Estado do Paraná, caracterizado como uma das principais fronteiras agrícolas e frente de ocupação do território brasileiro, apresentava seu fator de atração pautado em padrões produtivos concentrados nos espaços, tanto urbanos como rurais, que articulavam as atividades e serviços, retendo o grande contingente populacional proveniente das mais diversas regiões do país.

Durante a década de 1950, o Estado do Paraná caracterizou-se como uma área receptora de grande contingente populacional, com elevadas taxas de crescimento demográfico, devido ao intenso fluxo migratório para as áreas de fronteira agrícola, principalmente ao norte do Estado, por ser considerada uma região que possuía a cafeicultura como principal atividade agrícola. O avanço progressivo das frentes pioneiras que seguiram com maior intensidade nesta região do Paraná,

³¹ O processo de substituição das importações está historicamente ligado à Crise de 1930 e pode ser entendido como: "um processo de desenvolvimento 'parcial' e 'fechado' que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. [...] processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial" (TAVARES, 1975, p. 35). De forma geral seria: "o processo de expansão e diversificação da atividade produtiva interna, sobretudo a industrial, face às limitações de capacidade para importar" (TAVARES, 1975, p. 74).

contribuiu para que o fluxo migratório se tornasse contínuo, destacando a intensidade dos deslocamentos oriundos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e outros da Região Nordeste, como também do próprio Estado do Paraná (FRESCA, 2000).

Ocorreu, ainda neste momento, uma forte migração interna na Região Sul do país, com destino principalmente às áreas metropolitanas (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre), às cidades médias do interior dos Estados desta região, como Londrina, Cascavel e Caxias do Sul. Ainda nas décadas de 1950/1960, ocorreram intensos fluxos migratórios interestaduais de longa distância.

No entanto, durante os anos de 1970 nota-se, no Paraná, a redução do número de migrantes para as regiões Norte e Sudoeste do Estado, devido à expansão das monoculturas (soja), da agroindústria e de outras atividades decorrentes da modernização no campo. Trata-se, portanto, da reversão do crescimento demográfico, uma vez que o Estado passou de receptor a expulsor³² de contingente populacional. As profundas modificações ocorridas na estrutura produtiva agrícola e as oportunidades em outras regiões do país foram os principais motivos que provocaram a saída maciça de grande contingente populacional do Estado.

A década de 1970 foi marcada, ainda, pelos deslocamentos da Região Nordeste para o eixo Rio/São Paulo e do Sul para as áreas do Centro-Oeste e Norte. Além do Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul deixaram de atrair a população e passaram a expulsar seus migrantes, que se destinaram às fronteiras agrícolas da Região Norte (Amazônia) e às áreas metropolitanas como São Paulo, áreas estas responsáveis pela expansão e consolidação do mercado de trabalho em nível nacional. Intensificou-se a mobilidade tanto intermunicipal quanto intramunicipal, seja rural-urbana ou rural-rural, em decorrência da progressiva escassez do fator terra, levando à eclosão de movimentos sociais de resistência como MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), entre outros (BECKER, 1997).

³² Expulsor no sentido de não absorver a mão-de-obra em suas atividades, fazendo com que esta fosse obrigada a buscar novas possibilidades de sobrevivência.

Um fator importante que proporcionou o direcionamento dos fluxos migratórios a partir da década de 1970 foi à influência de políticas governamentais fiscais e creditícias, que propiciaram a implementação de um sistema de infra-estrutura viária e energética na Amazônia, tendo como expressão do Programa de Integração Nacional (PIN), abertura de rodovias (Transamazônica, Belém-Brasília e Cuiabá), com o objetivo de interligar as novas áreas de fronteira agrícola e demográfica com outras regiões do país (BECKER, 1997).

No período entre 1960 e 1980³³, o Governo Federal adotou diversas medidas buscando ordenar, ainda mais, os fluxos migratórios sobre o território brasileiro. Essas ações abrangiam as áreas de desenvolvimento regional, planejamento urbano, colonização dirigida e políticas migratórias, como foi o caso, por exemplo, da proposta apresentada pelo Programa de Apoio às Migrações Internas (1980)³⁴, que buscava orientar as migrações internas no período entre 1980 e 1985. Esse programa apresentava as seguintes diretrizes:

- influenciar as decisões quanto à alocação de investimentos públicos e privados, para reorientar a distribuição de atividades econômicas e promover melhor organização espacial da população;
- promover medidas buscando a criação de empregos, com destaque para as atividades econômicas de absorção intensiva de mão-de-obra;
- minimizar os custos sociais ocasionados pelas migrações à população migrante de baixa renda;
- elaborar e manter atualizada uma estratégia global de distribuição espacial da população, explicitando as alternativas de ocupação territorial e de remanejamento populacional, dentro de uma preocupação sistemática com a maximização das oportunidades de emprego.

Com base em análise das migrações internas no Brasil, que abrange o estudo de seus diversos fatores, como as características da população que migra, as condições e os motivos dos deslocamentos e a sociedade na qual será inserida, o Programa Nacional de Apoio às Migrações

³³ Período marcado pela Ditadura Militar (1964/1985), o que implicou, no âmbito das migrações internas, na criação de vários organismos de planejamento regional e estratégias de pólos regionais de integração nacional por parte do governo militar (MARTINE, 1994). Além disso, esses deslocamentos gerados a partir da situação econômica que o país estava passando (recessão e conseqüentemente o desemprego), favoreceram a violência urbana em todos seus aspectos.

³⁴ Documento que traça as diretrizes oficiais de ação quanto à problemática das migrações internas do país (BRASIL, 1980).

Internas apresentava como principal objetivo a criação de estímulos orientados para melhorar o nível de renda da camada da população carente, através do aumento das oportunidades sócio-econômicas em espaços diferenciados.

A migração interna, tanto pela busca de terras novas, quanto em direção aos centros urbanos, tem relação com aspectos econômicos importantes na História do Brasil: expansão da fronteira agrícola e industrialização. Na década de 1970, observa-se que esses movimentos sofrem um acréscimo, com a inserção da migração sazonal, decorrente da proletarização do homem no campo, ou seja, o trabalhador vê-se obrigado a migrar periodicamente em busca de safras agrícolas (VALIM, 1996).

A década de 70 apresentou o maior êxodo rural já presenciado no país, devido ao descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e o crescimento da oferta de emprego no campo. Seriam aproximadamente 16 milhões de pessoas que deixaram o campo e destinaram-se aos centros urbanos.

Dessa forma, o êxodo rural afeta o crescimento da população do Paraná, uma vez que a consolidação da modernização da agricultura paranaense proporcionou profundas mudanças na estrutura agrária, na distribuição espacial de sua população, intensificando o processo de urbanização e elevando o grau de disparidade social e degradação das condições de vida e sobrevivência dessa população. No tocante aos deslocamentos internos dos migrantes no Estado do Paraná, parte significativa dos trabalhadores que saíram do campo deslocou-se para cidades como Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana e Ponta Grossa, apresentando também grande fluxo para a região metropolitana de Curitiba.

No Estado do Paraná, verificou-se, segundo Deschamps e Kleinke (1999), que o processo de migração tem se constituído em um fator de preocupação, tornando-se objeto de análise na área de Estudos Populacionais do Iparde, devido a sua forte influência na dinâmica da população do Estado. A distribuição espacial que configura extensas áreas de esvaziamento, em oposição à

acentuada e crescente concentração populacional, evidencia a consolidação de centros urbanos em determinados pontos do Estado, como Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel.

Nas duas últimas décadas do século XX, os deslocamentos populacionais no Brasil apresentaram novas características. Durante a década de 1980, frente à crise (estagnação) econômica, multiplicaram-se os contingentes de trabalhadores desempregados e subempregados (deslocamentos intra-estadual, intramesorregional e interestadual), com declínio para as migrações inter-regionais. Neste momento, iniciou-se a migração de retorno para a Região Nordeste (KLEINKE et al, 1999).

No que se refere às trocas interestaduais realizadas no período correspondente à 1986/1991, o Paraná apresenta um movimento intenso com os Estados de São Paulo e Santa Catarina, compreendendo 63% dos emigrantes e 54% dos imigrantes desse período. Alguns dos fluxos de longa distância são expressivos, embora em menor quantidade, como as áreas de fronteira agropecuária recentes (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia) e com frentes tradicionais (Rio Grande do Sul e Minas Gerais), integrando no conjunto 31% dos emigrantes e 34% dos imigrantes (KLEINKE et al, 1999).

Em período mais recente (1999), as preocupações das análises populacionais do Paraná têm se voltado para a intensidade da migração interna no Estado. No movimento intra-regional, entre 1986/91, sobressaem os fluxos migratórios de origem e destino urbano, representando 54,4% da trajetória dos migrantes. Esses deslocamentos convergem para as três mesorregiões mais urbanizadas do Estado (Metropolitana, Norte Central e Oeste Paranaense) que juntas recebem 70% dos imigrantes.

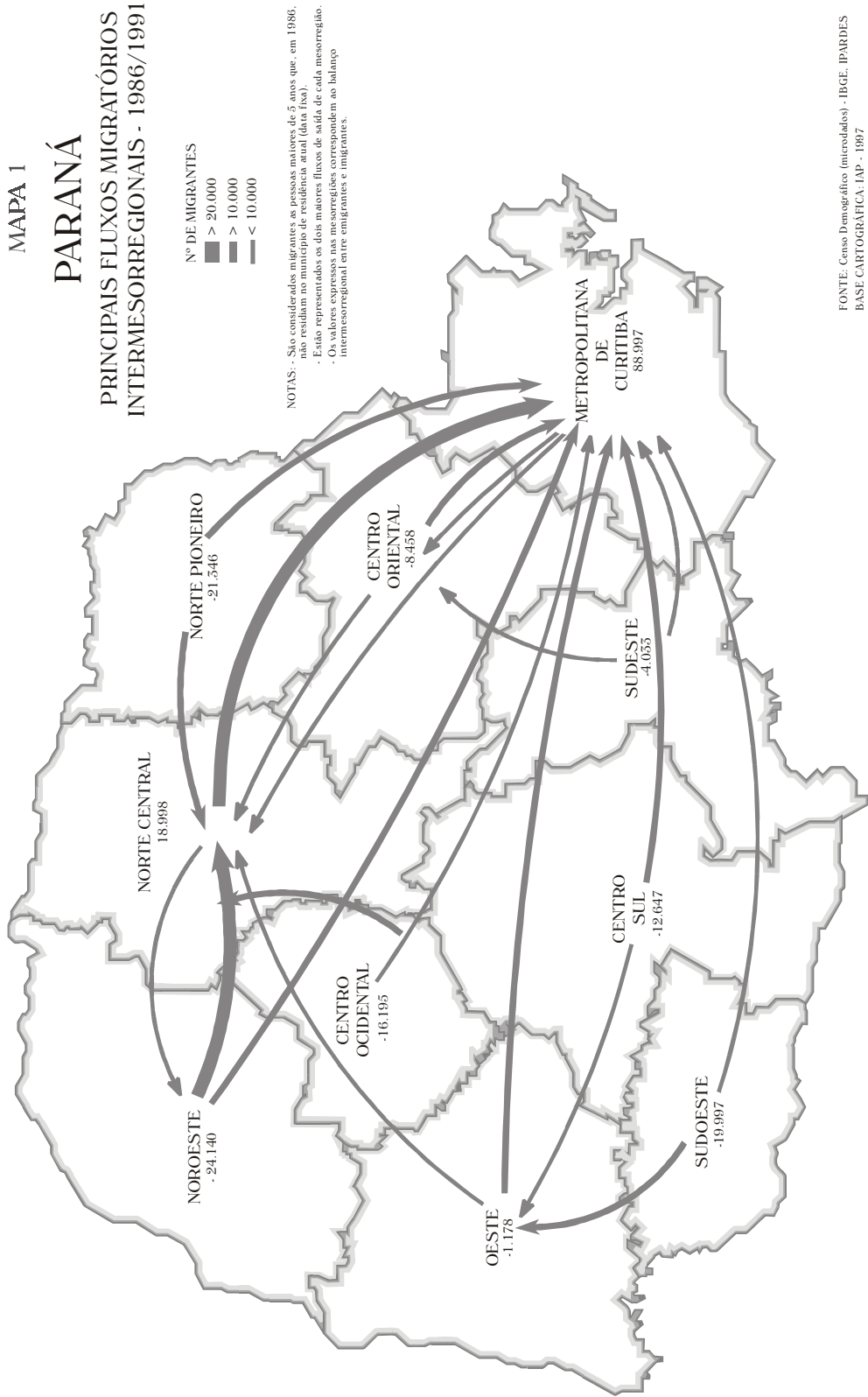
Quanto aos fluxos de origem rural e destino urbano, neste mesmo período, prevalecem as saídas das áreas rurais com destino às cidades, representando 24,7% dos deslocamentos. Os fluxos com destino às áreas rurais representam a menor parcela (19,9%) e são mais expressivos nas mesorregiões menos urbanizadas³⁵, com ênfase para as menores distâncias.

³⁵ Noroeste Paranaense, Centro-Occidental, Norte Pioneiro, Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste do Estado.

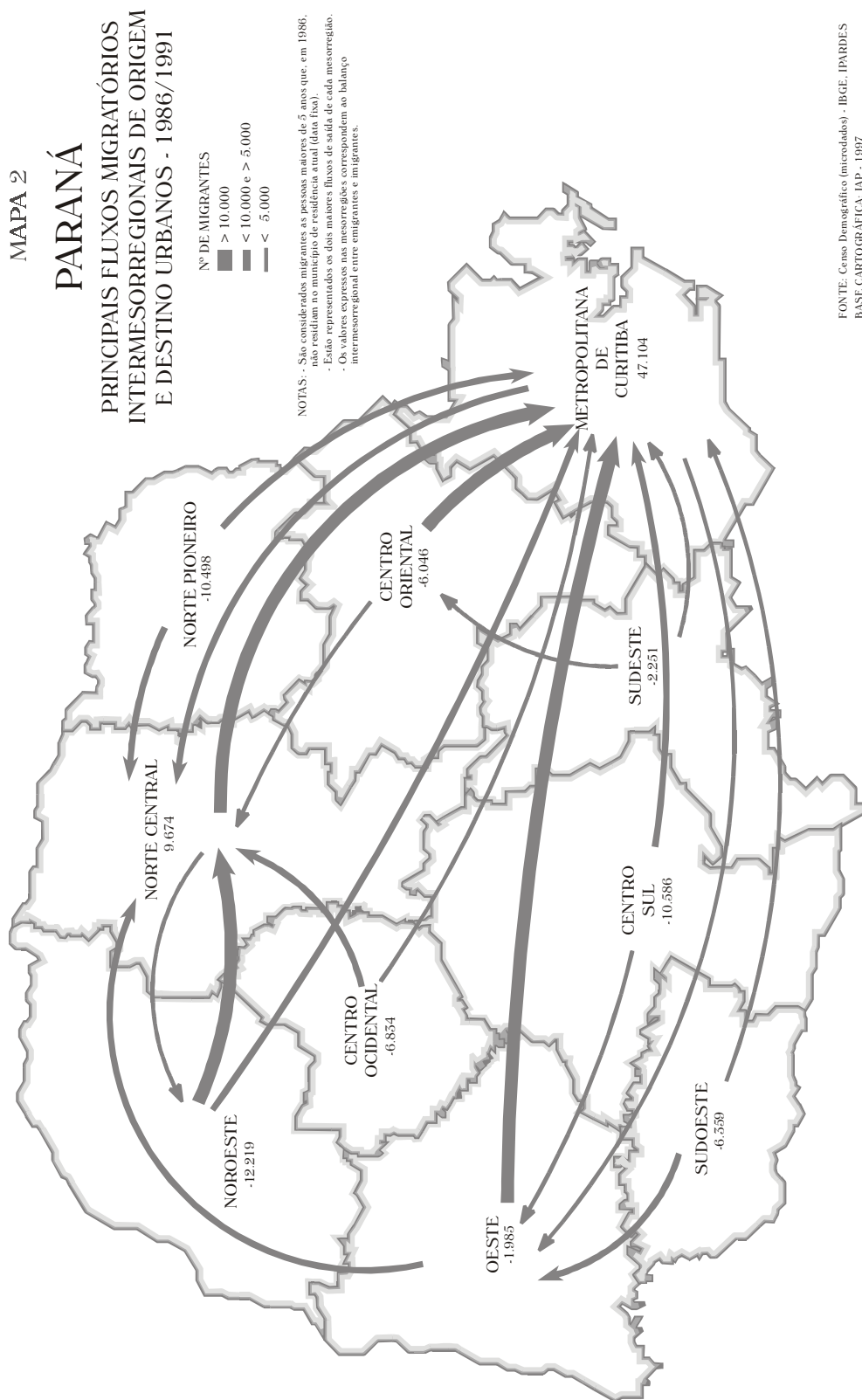
Com relação aos movimentos migratórios no Paraná, entre 1986 a 1991 verificou-se um intenso fluxo migratório intermesorregional, tendo como principais destinos à área metropolitana de Curitiba e a mesorregião Norte Central Paranaense, da qual está inserida a cidade de Londrina, recebendo quantidade significativa de população, como afirma KLEINKE (1999) e DESCHAMPS (2001). Estes deslocamentos podem ser verificados nos Cartogramas a seguir, que são apresentados no trabalho realizado por KLEINKE; DESCHAMPS e MOURA (1999).³⁶

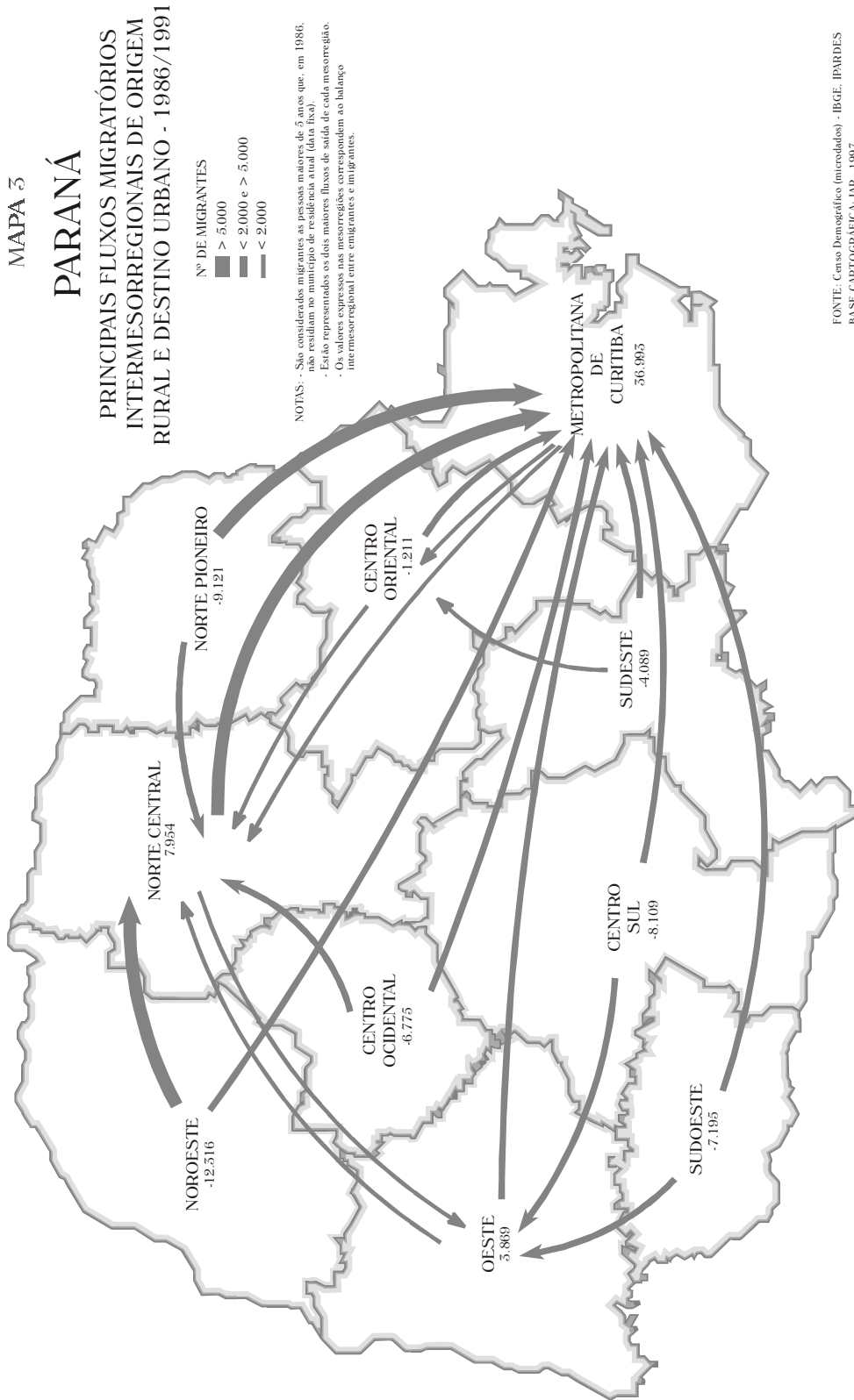
³⁶ Cartogramas retirados de: KLEINKE, Maria de Lurdes U; DESCHAMPS, Marley; MOURA, Rosa. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 1999

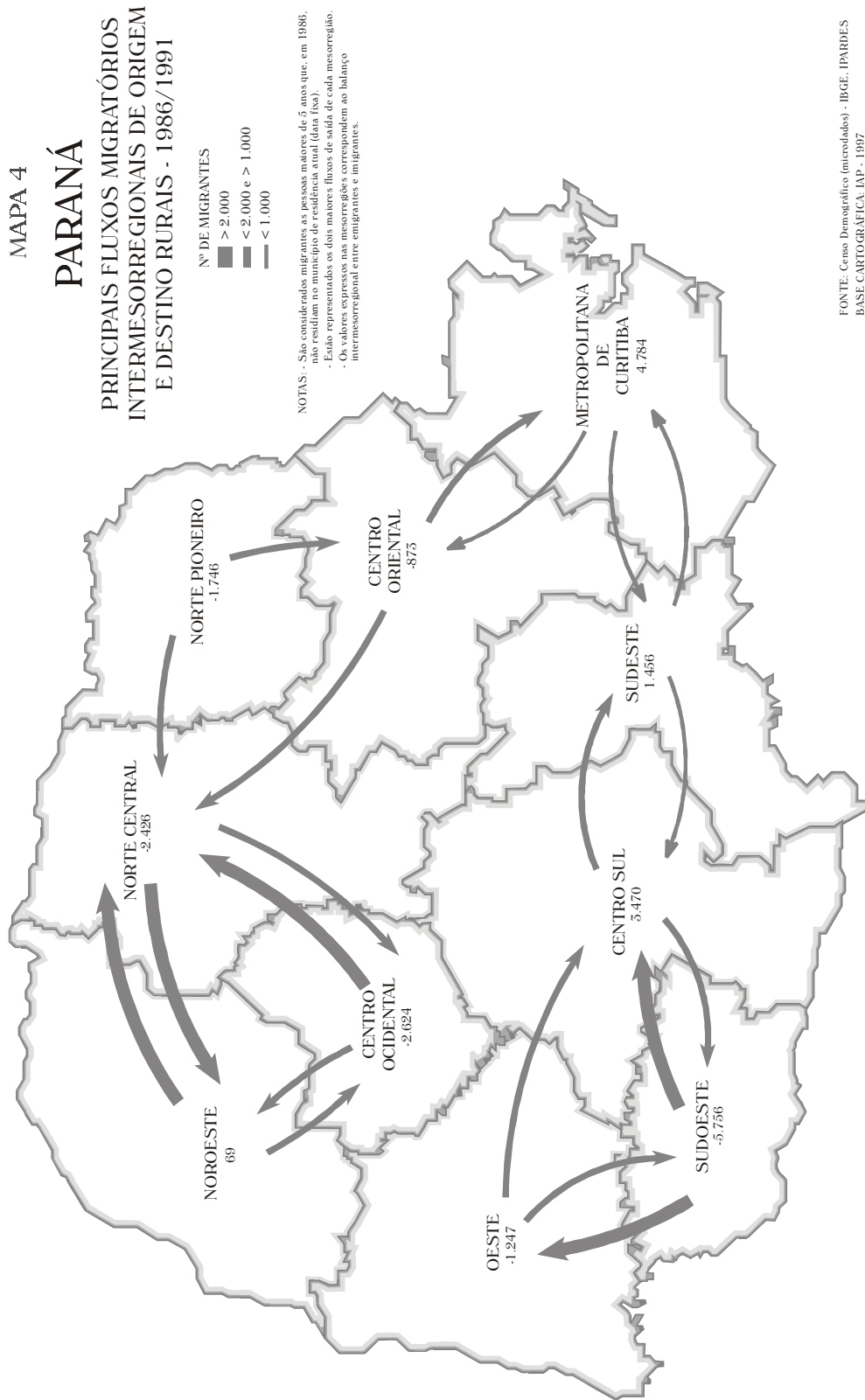
MAPA 1
PARANÁ
 PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS
 INTERMESORREGIONAIS - 1986/1991

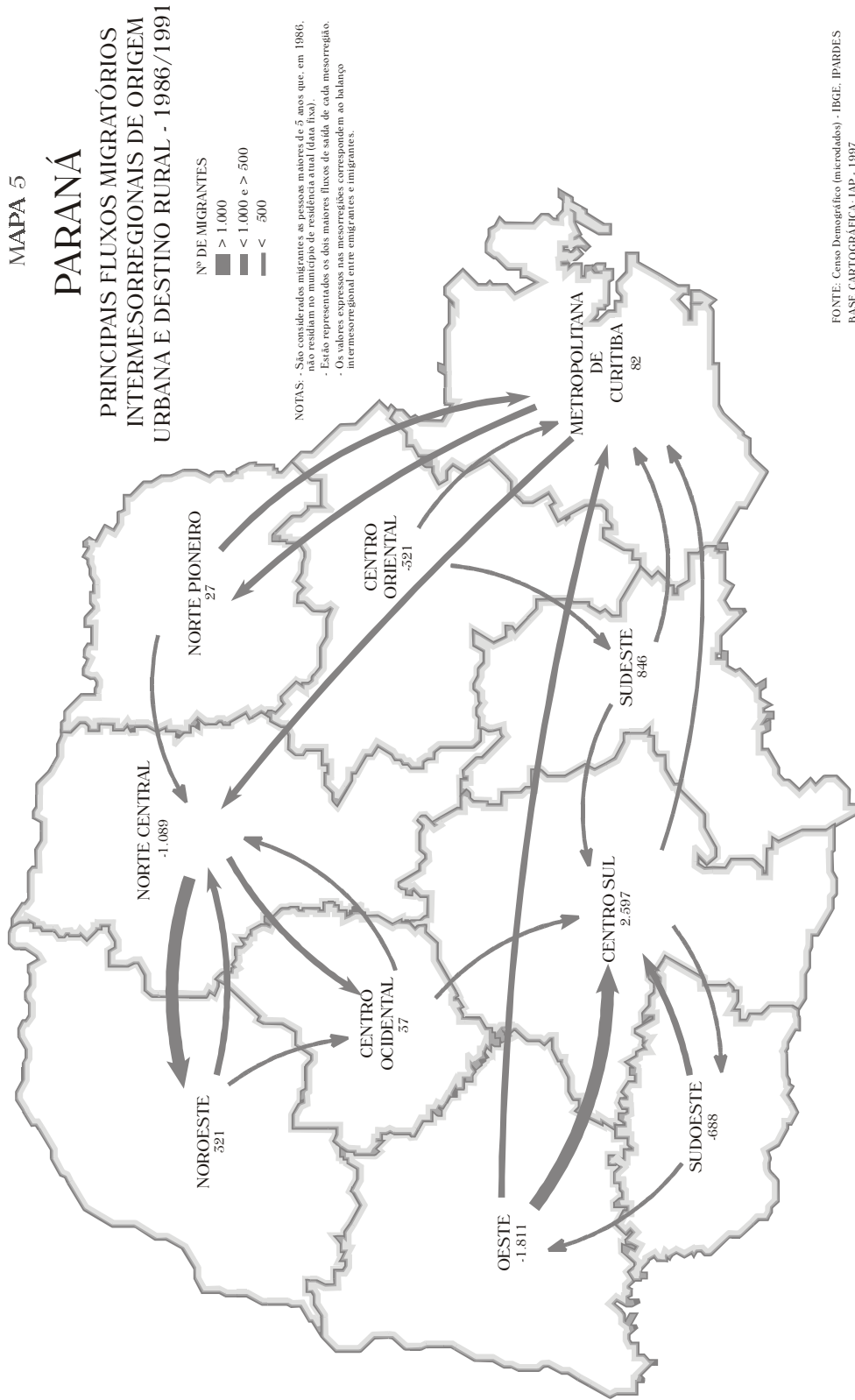


FONTE: Censo Demográfico (intercensitários) - IBGE, IPARDES
 BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 1997









FORNTE: Censo Demográfico (microdados) - IBGE, IPARDES
BASE CARTOGRAFICA: IAP - 1997

Outro dado relevante é que a mesorregião Norte Central do Paraná, na qual se encontra a cidade de Londrina, é considerada uma das mais dinâmicas do Estado, devido a sua hegemonia de base agroindustrial, sustentando intensos movimentos de circularidade com saldos positivos. Em relação às trocas intermunicipais, esta região, com destaque para os municípios periféricos em relação à Londrina (Cambé e Ibiporã) e à Maringá (Sarandi e Paiçandu), concentram 48% dos imigrantes da própria mesorregião e 67% das demais (KLEINKE, et al,1999).

Estes dados podem ser comprovados através das informações contidas na Tabela 12, que registra o aumento da concentração da população nas áreas urbanas. Comparando os números, tem-se que em 1970 a população urbana no Estado do Paraná era de dois milhões quinhentos e quarenta e sete mil habitantes e em 2000 este número atingiu sete milhões setecentos e oitenta e seis mil habitantes.

Tabela 12: População total, urbana e rural e grau de urbanização no Estado do Paraná - 1970 a 2000

Ano	População (em milhares)			Grau de urbanização %
	Total	Urbana	Rural	
1970	6.997	2.547	4.450	36,4
1980	7.749	4.566	3.183	58,9
1991	8.443	6.193	2.250	73,3
1996	9.003	7.011	1.992	77,8
2000	9.563	7.786	1.777	81,4

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000; Moro, 2001

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Essa situação também pode ser presenciada em Londrina, que apresenta quantidade significativa da população concentrada na área urbana (cerca de 80%), e subsidia a análise dos deslocamentos realizados pelos moradores entrevistados do Jardim Maracanã, com destino à Londrina.

Observou-se que 82 % dos entrevistados eram provenientes da zona urbana e 17% da zona rural (1% não declarou seu local de origem), confirmando que o processo de urbanização brasileira ainda é marcado pela intensidade dos fluxos migratórios, que não estão restritos apenas ao deslocamento rural-urbano, mas também à migração urbana-urbana, uma vez que

ao lado dos tradicionais fluxos migratórios passam também a se sobressair outras direções – movimentos de curta distância, movimentos de retorno, movimentos intra-regionais – onde novas dimensões da migração, em particular a espacial, passam a constituir elemento explicativo e determinante do fenômeno migratório. Ou seja, o fenômeno migratório adquire características particulares dependendo dos espaços onde se processa. (SALES, 2000, p. 38-39)

Ao analisar a trajetória da população entrevistada no interior do Estado do Paraná, e de acordo com dados coletados no trabalho empírico junto aos moradores do Jardim Maracanã, verificou-se que, em relação à procedência dos entrevistados³⁷, 83 são originários do Estado do Paraná e 16 de outros Estados. Desses 83 entrevistados, 45 são da cidade de Londrina, 1 da região metropolitana de Curitiba (Colombo), 2 da porção sul do Estado (União da Vitória e Clevelândia) e os demais são provenientes das regiões noroeste, norte e centro do Estado.

Conforme apresentado na Tabela 13 e no Cartograma 09, os dados referentes aos entrevistados provenientes de outros Estados revelam a existência de um fluxo proveniente do Estado de São Paulo, correspondendo a 8 entrevistados, seguido dos Estados do Mato Grosso e Santa Catarina, com 2 entrevistados cada um. Os Estados de Sergipe, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Bahia também foram mencionados, com um 1 entrevistado para cada Estado.

³⁷ Considerou-se como procedência dos entrevistados o último local de moradia do mesmo antes de vir a morar em Londrina e não o local de nascimento.

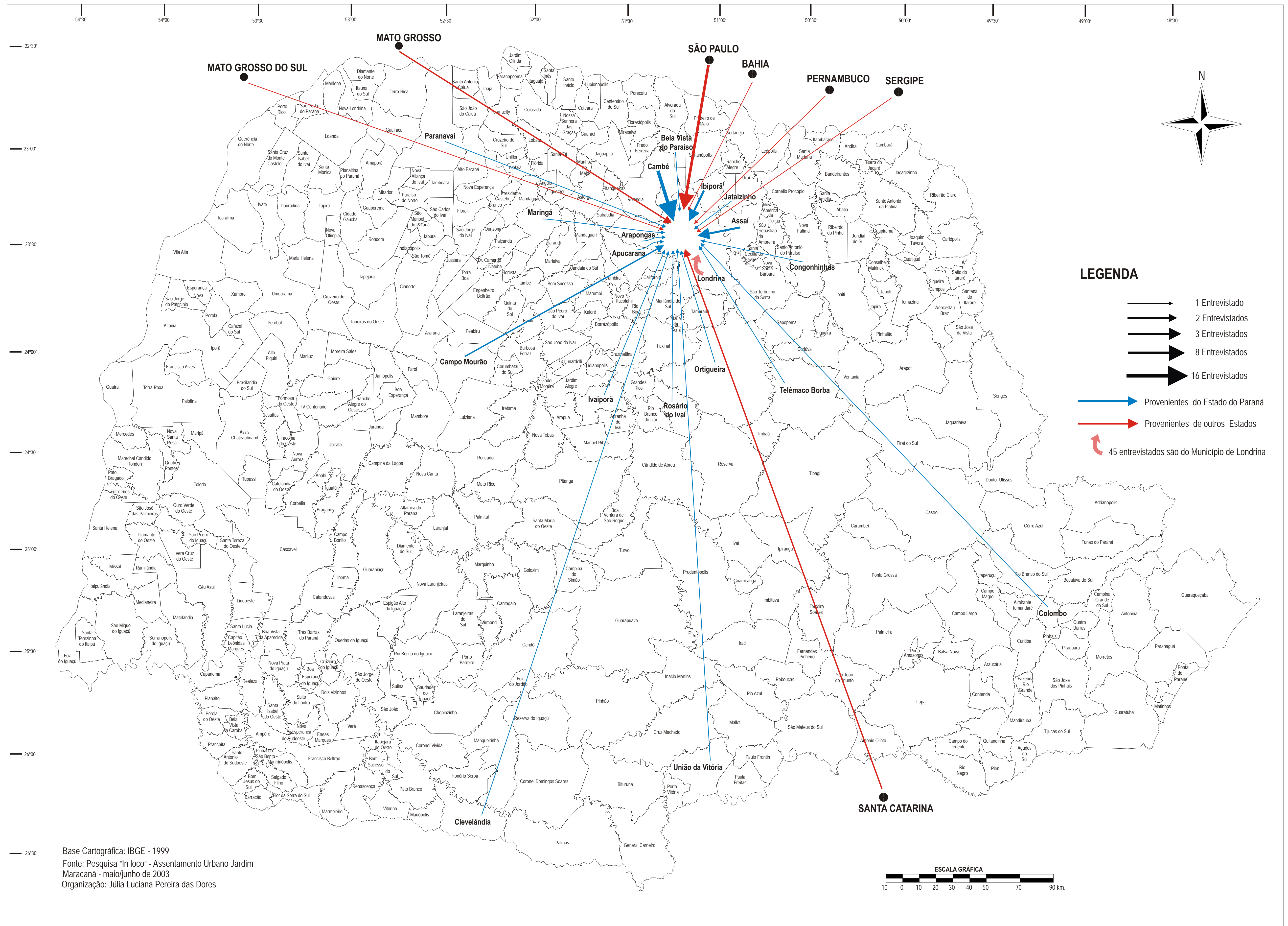
Tabela 13: Procedência dos entrevistados

Procedência	Número de entrevistados %
PARANÁ	
Londrina	45
Cambé	16
Assai	3
Campo Mourão	2
Ibiporã	3
Arapongas	1
Telemaco Borba	1
Paranavaí	1
Maringá	1
Jataizinho	1
Ortigueira	1
Ivaiporã	1
Apucarana	1
Colombo	1
Rosário do Ivaí	1
Clevelândia	1
União da Vitória	1
Congonhinhas	1
Bela Vista do Paraíso	1
SUBTOTAL	83
OUTROS ESTADOS	
Mato Grosso	2
Sergipe	1
São Paulo	8
Mato Grosso do Sul	1
Santa Catarina	2
Pernambuco	1
Bahia	1
SUBTOTAL	16
Não respondeu	1
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Cartograma 09: Jardim Maracanã - Procedência dos entrevistados



Os fluxos migratórios ocorreram também no espaço interno da cidade, o que se convencionou chamar de migração intra-urbana, considerada aqui como sendo o deslocamento da população de um bairro para outro. Essa migração é movida pela esperança que os migrantes carregam em si de encontrar em outro local, mesmo que outro bairro apenas, a solução para seus problemas sócio-econômicos.

Para apresentar tal situação, dividiu-se os dados referentes as mudanças de bairro realizadas pelos entrevistados no espaço intra-urbano de Londrina, de acordo com a junção dos bairros por zonas (Norte, Sul, Leste, Oeste, Área Central, e Área Rural), em relação ao número de deslocamentos realizados (1 ou 2). Conforme apresentado no Quadro 18 e no Cartograma 10, os entrevistados que realizaram 1 deslocamento, tendo como destino final o Jardim Maracanã, estão concentrados na Zona Oeste (10 famílias), seguida da Zona Sul, com 7 famílias. As zonas Norte, Leste e área central apresentaram 2 famílias cada uma e apenas 1 família é proveniente da Zona Rural de Londrina. Já os que realizaram 2 deslocamentos são mais expressivos, como também os provenientes da Zona Oeste (9 entrevistados), seguidos de 4 famílias vindas da Zona Norte, sendo que da área central e da rural provêm 2 e 1 entrevistados, respectivamente. As demais zonas (Sul e Leste) não foram mencionadas.

Quadro 18: Deslocamentos realizados pelos entrevistados do Jardim Maracanã – dividido por zonas (área de origem)

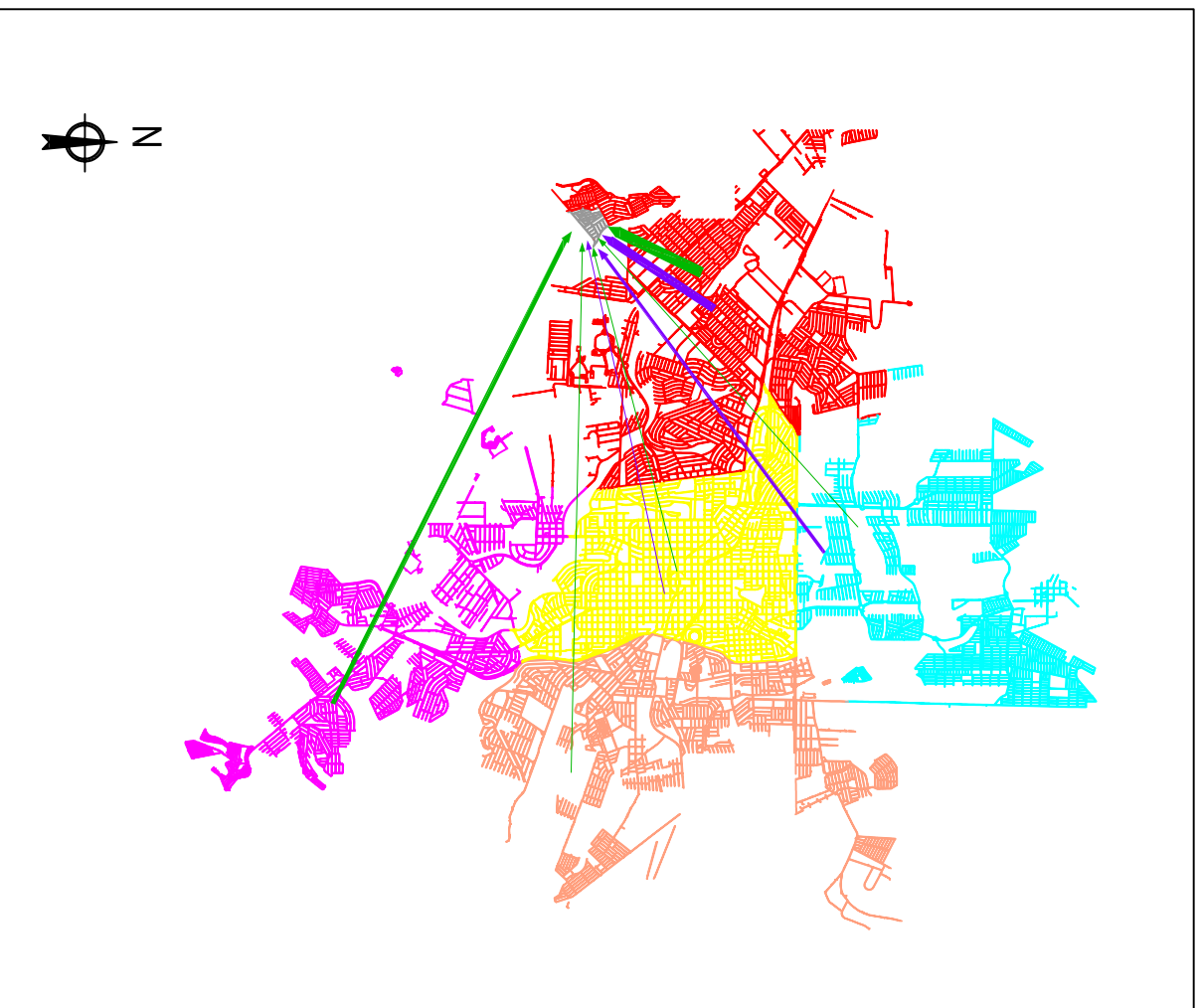
Origem	1 deslocamento	2 deslocamentos
Zona Norte	2	4
Zona Sul	7	-
Zona Oeste	10	9
Zona Leste	2	-
Área Central	2	2
Área Rural	1	1
Outro – Vila Regina	1	-
Total	25	16

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Obs.: Os dados foram agrupados de acordo com a o local de origem e local de destino, não levando em conta os deslocamentos intermediários.

Deslocamentos realizados pelos entrevistados do Jardim Maracanã divisão por zonas (área de origem)



CONVENÇÕES

- ZONA NORTE
- ZONA SUL
- ZONA LESTE
- ZONA OESTE
- ÁREA CENTRAL
- JARDIM MARACANÃ

- 2 famílias
- 4 famílias
- 7 famílias
- 9 famílias
- 10 famílias

- 1 deslocamento
- 2 deslocamentos

1 família realizou 1 deslocamento tendo como local de origem a área rural de Londrina, e 1 família realizou 2 deslocamentos também de origem rural.

Obs.: Os dados foram agrupados de acordo com local de origem e destino, não considerando os deslocamentos intermediários.

Título:
Deslocamentos realizados pelos entrevistados do Jardim Maracanã - divisão por zonas - (área de origem)

Escala:
0 1 2 3 km

Autor: Júlia Luciana Pereira das Dores

Orientador: Prof^{da}. Dra. Eda Maria Celas

Fonte: Pesquisa "In loco" - Assentamento Urbano Jardim Maracanã - maio/ Junho - 2003; SILVA, 2001

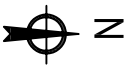
Base Cartográfica: IPPUL

Cartagem: 10

Página: 134

Modalidade de produção: Dissertação de Mestrado

unesp



Embora a busca da cidade ainda reflita a *ilusão* de muitos migrantes de conseguir melhores condições de vida, principalmente de emprego, na realidade, sem qualquer grau de qualificação e deparando-se com uma situação de desemprego, acabam submetendo-se a subempregos ou vivendo de *bicos*³⁸ e, conseqüentemente, transformam suas habitações provisórias em uma condição definitiva.

Fatores como a esperança de transformar tempos difíceis em *trampolins* para situações melhores na cidade vão se perdendo, ao mesmo tempo em que a provisoriidade vai deixando de ser um consolo, ao se revelar definitiva, delineando-se, assim, mudanças na subjetividade do trabalho e da própria cidade, que absorve esta população.

Frente a tal situação, estes deslocamentos populacionais podem contribuir para a formação *marginal* dos locais de destino, tornando este migrante um indivíduo não integrado social e economicamente, um não-cidadão, a despeito de viver na cidade. Para verticalizar esta análise no contexto das migrações intra-urbanas na cidade de Londrina, optou-se por ressaltar dois casos mais significativos dos deslocamentos realizados pelos moradores do Jardim Maracanã, espacializados no Cartograma 11, enquanto o Quadro 19 mostra os demais deslocamentos intra-urbanos realizados pelos moradores desse bairro.

Quadro 19: Deslocamentos intra-urbanos realizados pelos entrevistados do Jardim Maracanã – casos significativos

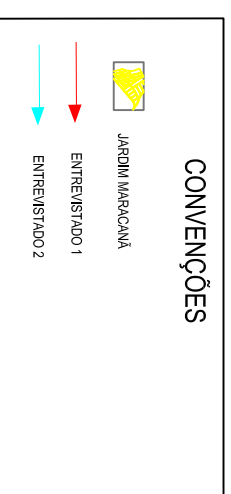
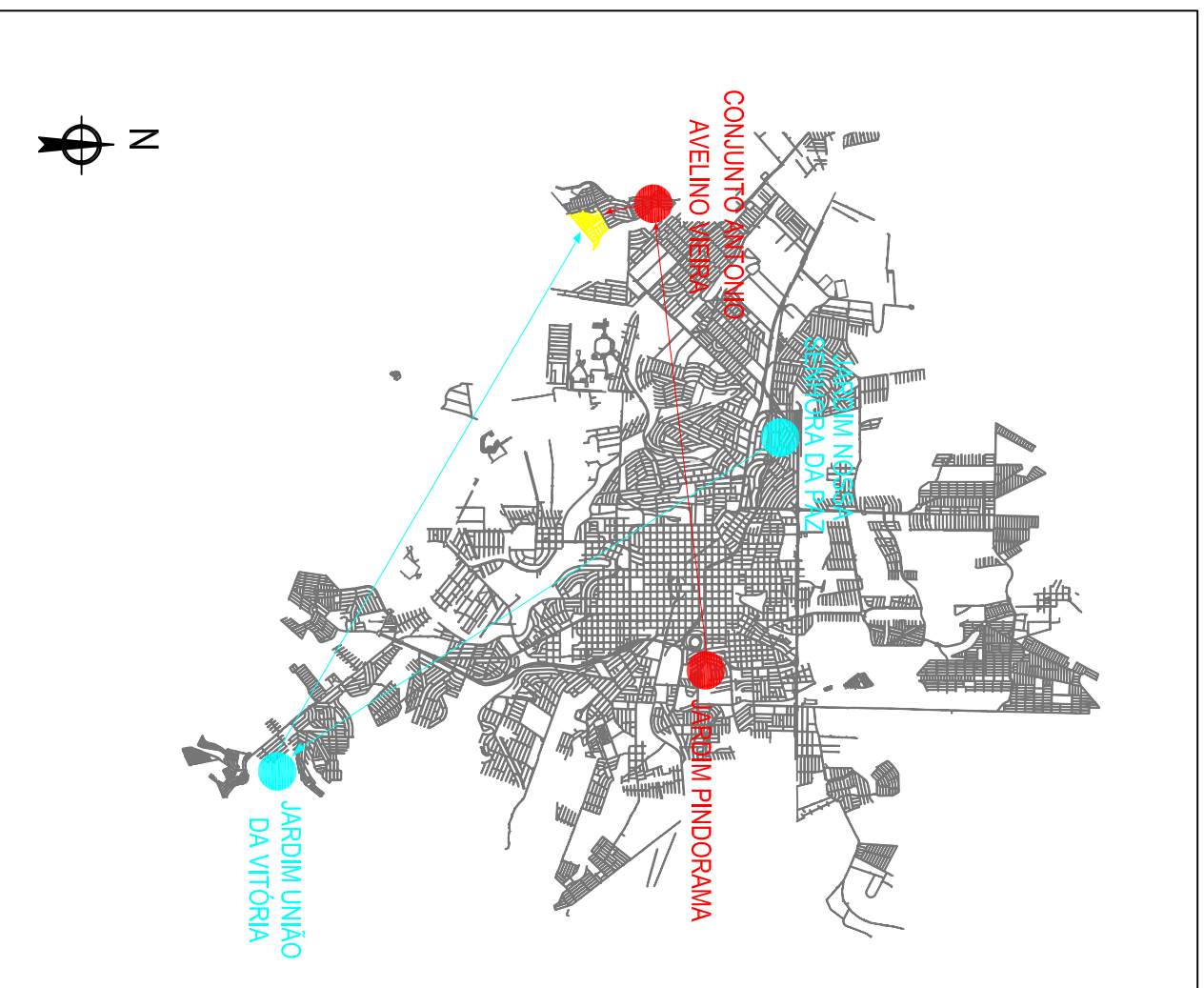
Casos	Local de origem	1º. Deslocamento	Local de destino
1	Jardim Pindorama	Conjunto Antônio A. Vieira	Jardim Maracanã
2	Jardim Nossa Senhora da Paz	Jardim União da Vitória	Jardim Maracanã
3	Jardim Leonor	Jardim João Turquino	Jardim Maracanã
4	Jardim Paraíso	Jardim João Turquino	Jardim Maracanã
5	Parque Ouro Verde	Jardim Nossa Senhora da Paz	Jardim Maracanã
6	Jardim João Turquino	Jardim Olímpico	Jardim Maracanã

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã – maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

³⁸ Termo utilizado pelos entrevistados ao referir-se a trabalhos temporários ou esporádicos.

DESLOCAMENTOS INTRA-URBANOS REALIZADOS PELOS ENTREVISTADOS DO ASSENTAMENTO URBANO JARDIM MARACANÃ - CASOS SIGNIFICATIVOS -



Título:
Deslocamentos intra-urbanos realizados pelos entrevistados do Assentamento Urbano Jardim Maracanã - casos significativos -

Escala:
0 1 2 3 km

Autor: Julia Ludiana Pereira das Dores	Orientador: Prof ^a . Dra. Eda Maria Goês
Fonte: Pesquisa "In loco" - Assentamento Urbano Jardim Maracanã - maio/ junho - 2003	Desenhistas: Julia Ludiana Pereira das Dores
Base Cartográfica: IPPUL	Cartograma: 1:1
Modalidade de Pesquisa: Dissertação de Mestrado	Instituição: 
	Página: 136

Observando ainda o Cartograma 11, no caso 1, o entrevistado menciona como local de origem o Jardim Pindorama, localizado próximo à área central de Londrina. Trata-se, porém, de uma ocupação de fundo de vale no Conjunto Habitacional Pindorama, segundo informações fornecidas pela COHAB-LD (2002). Desta área, deslocou-se para o Conjunto Habitacional Antônio Avelino Vieira, situado na Zona Oeste, que faz divisa com o Município de Cambé. Deste, passou então a residir no Jardim Maracanã, também na Zona Oeste. O motivo principal de tantos deslocamentos, relatado pelo entrevistado, seria a impossibilidade de pagar aluguel.

No caso 2, o entrevistado que residia no Jardim Nossa Senhora da Paz (Zona Oeste), favela urbanizada (regularizada), localizada próximo ao Conjunto Habitacional Paranoá, deslocou-se para a Zona Sul, no complexo formado pelo Assentamento Urbano União da Vitória (I, II, III, IV), para depois chegar ao Jardim Maracanã, declarando como motivo das mudanças de bairro o incômodo de morar com outros membros da família *de favor*, como relata: *morava de favor e isso estava incomodando*.

Em outra perspectiva, a Tabela 14 mostra o tempo de permanência desses moradores entrevistados no Jardim Maracanã. Constata-se que existe grande mobilidade, o que dificulta uma análise mais precisa da permanência dos mesmos no bairro. Mesmo assim, sabe-se que a maioria dos entrevistados está morando no local num período de 1 a 5 anos, sendo que 36 entrevistados estão no local há 3 anos, e 33, há 5 anos. Apenas 8 famílias declararam ter chegado no bairro recentemente (há menos de 1 ano), enquanto 22 famílias estão no local desde o início de sua formação, em 1997³⁹.

³⁹ Considera-se aqui o ano de chegada dos primeiros moradores (1997) e não o ano de cadastro das famílias pela Cohab-Ld, em 1999.

Tabela 14: Permanência dos entrevistados no Jardim Maracanã

Período	Número de entrevistados
Menos de 1 ano	8
De 1 a 3 anos	36
De 3 a 5 anos	33
De 5 anos em diante	22
Não declarou	1
Total	100

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã - maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

A partir destes dados, nota-se que o fluxo de entrada e saída de famílias no local é bastante elevado. Isso se deve ao fato do Jardim Maracanã ainda dispor de áreas desocupadas, destinadas a novas remoções de famílias dentro da cidade de Londrina, embora tais espaços já tenham sido estabelecidos pela COHAB-LD, para possíveis loteamentos e obras públicas.

Outra constatação é a influência da COHAB-LD no direcionamento dos moradores de bairros dessa categoria, bem como nos deslocamentos internos dessas famílias na cidade de Londrina, como forma de estar, como relatado pelo Presidente da COHAB-LD (maio de 2003), *arrumando a casa*. A responsabilidade inicial da COHAB-LD limita-se à transferência de famílias, que passam, pois, a arcar com as demais funções e atividades de construção das unidades habitacionais. Assim, sem condições para isso, ficam alojadas em barracos improvisados, até que se resolva onde irão morar. Mas o problema persiste em alguns casos e esta provisoriedade pode vir a se tornar definitiva.

Nesse contexto, a questão da migração interna e intra-urbana e de suas motivações, conforme relato dos entrevistados do Jardim Maracanã, pode ser reveladora das causas da exclusão social, pois estas derivam "de um sonho da cidade grande, de ter acesso à riqueza e à vida diversificada que ela promete. O cidadão abandona sua família e sua comunidade, vem pra a cidade e acaba enredado num ciclo de marginalidade" (SPOSATI, 1996, p. 115), o que pode ocorrer não apenas com um indivíduo, mas com toda uma família.

Quanto aos motivos que levaram os entrevistados a se deslocarem, destaca-se a identificação da cidade de Londrina com perspectivas de melhor situação sócio-econômica. Conforme o Quadro 20, mais da metade da população analisada (52) não soube e/ou não quis responder; mas 17 pessoas declararam que se deslocaram para Londrina pela busca de melhores condições de vida (maior oportunidade de arrumar emprego, melhores recursos médicos e hospitalares); 11 disseram que era devido aos problemas de moradia, ou seja, não agüentavam pagar aluguel, buscavam a casa própria, ou porque moravam *de favor*; 7 pessoas disseram que se deslocaram para Londrina devido a problemas relacionados com a família.

Quadro 20: Motivos que levaram os entrevistados a buscarem Londrina – Pr*

Motivos	Número de entrevistados
Problemas de saúde	5
Melhores condições de vida – falta de emprego, médico	17
Problemas de família	7
Problemas de moradia	11
Parentes de Londrina	6
Violência e droga	2
Não responderam**	52
Outros	3

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã – maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Base de cálculo: 100 entrevistados

* Respostas múltiplas

** Estão inseridos os entrevistados com origem em Londrina – Pr, que não responderam a questão.

No caso de menção aos problemas familiares, foram registradas referências a brigas e separações entre casais, além de pessoas que não agüentavam mais morar com os filhos. Desses casos, 5 ainda declararam a impossibilidade de morar em outra cidade e de ter um emprego por motivo de saúde e pela impossível condição de sobrevivência em outro local; 6 entrevistados escolheram Londrina estimulados por parentes que já residiam na cidade; 2 disseram que era para se livrar da violência e das drogas.

Para estes últimos, o bairro é representado como um lugar tranquilo em relação ao local de origem (não revelado, num primeiro momento), principalmente para os filhos, pois os mesmos

estavam envolvidos com drogas e participando de *gangues* do narcotráfico; além disso, enfrentavam problemas referentes à violência crescente na cidade, o que sugere que a representação do bairro como lugar violento é dinâmica e pode ser relativizada, de acordo com o referencial, ou seja, com a experiência anterior de cada novo morador. Verificou-se que uma destas famílias era proveniente do Assentamento Urbano União da Vitória (Zona Sul de Londrina) e o outro caso da Grande São Paulo (Diadema).

Mas outras questões relacionadas à escolha do Jardim Maracanã revelaram a predominância de problemas associados à moradia. De acordo com o Quadro 21, dos 100 entrevistados, 41 disseram que não estavam conseguindo pagar o aluguel e sofrendo com a falta de opção para se abrigar devido às condições financeiras que permeiam suas vidas. Outros 10 entrevistados mostraram-se esperançosos em conseguir uma casa para morar – a casa própria. O significado da casa própria adquire, neste caso, sentido diferenciado, uma vez que para eles esse elemento significa liberdade e sobrevivência. Vontade de ter um *cantinho* (proteção) somente para eles, não importa se o imóvel é comprado, alugado ou ocupado.

Para a maioria da população a casa própria apresenta significado de posse, a propriedade, e seu acesso é possibilitado apenas através da compra do imóvel (aquisição de propriedade); mas os entrevistados, acostumados ao cenário das desigualdades sociais e às dificuldades do seu dia-a-dia, parecem por vezes contentar-se com um simples barraco de madeira, coberto com pedaços de Eternit e lona, piso de terra batida, coberta com plástico em dias de chuva. Tudo isso revela uma adequação do *sonho da casa própria* à dura realidade.

Quadro 21: Motivos dos entrevistados estarem morando no Jardim Maracanã*

Motivos	Número de entrevistados
Problemas de moradia – aluguel e falta de opção para morar	41
Problemas de família	14
Busca da casa própria	10
Parentes que moram no bairro	3
Violência e droga	2
Não responderam	16
Outros	17

Fonte: Pesquisa "In loco" Jardim Maracanã – maio/junho de 2003

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Base de cálculo: 100 entrevistados

* Respostas múltiplas

Os problemas de moradia estão associados à impossibilidade dos entrevistados de pagar aluguel. Os problemas de família (abandono, brigas) também compareceram como motivos relevantes, em 14 casos. Somente 3 entrevistados declararam ter ido para o bairro, ora por conhecer o local, ora por indicação de parentes ou amigos.

As referências aos problemas relacionados com violência e envolvimento de membros da família com drogas foram significativas entre os motivos da ida para Londrina e conseqüentemente para o Jardim Maracanã. Observou-se que, frente a tais problemas, as respostas eram sempre pontuadas por declarações do tipo *eu não sei de nada, não vi*, restando a evidência do medo que influencia os moradores do bairro, a exemplo do que ocorre em outros bairros semelhantes a este.

Verificou-se, portanto, que a maioria dos bairros de origem dos deslocamentos internos realizados pelos entrevistados também apresentavam características semelhantes ou piores que o Jardim Maracanã, ou seja, são bairros pobres, localizados em fundo de vale, favelas, ocupações e outros assentamentos urbanos situados, em sua maioria, na periferia da cidade. Considera-se ainda, diante desta caracterização que, a despeito da carência parecer a mesma, em diversas áreas do espaço urbano de Londrina, para os moradores de cada bairro existem particularidades que os distinguem, tornando-os focos de atração ou de expulsão.

CAPÍTULO 4

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O JARDIM MARACANÃ

Diante das linhas teóricas referentes às representações sociais, optou-se por utilizar as concepções baseadas na Psicologia Social, visando compreender as representações produzidas coletivamente pelos moradores que partilham da experiência de morar no bairro estudado e os comportamentos delas decorrentes, inclusive relacionados à exclusão social, bem como as representações de alguns outros moradores da cidade de Londrina, incluindo um jornalista policial, o presidente da COHAB-LD, uma assistente social, entre outros.

É importante ressaltar, neste momento, a relação da Geografia com a Psicologia Social para entender o porquê da escolha desta corrente para a análise das representações sociais nesta pesquisa. Assim, baseou-se no trabalho de Joseli Maria Silva (2002) para demonstrar claramente essa relação.

Há uma vasta possibilidade de diálogo entre a geografia e a psicologia social, a partir do conceito de representações sociais. Contudo, o estudo das representações sociais tem negligenciado a dimensão espacial da sociedade que com certeza enriqueceria a pesquisa neste campo de conhecimento. Pode-se argumentar que a própria formação da representação social que envolve os processos de ancoragem e objetivação, as quais estão atreladas às estruturas históricas e sociais, estão também atreladas ao espaço. Como conhecimento construído por leigos em seu cotidiano, estão intrincados no espaço, pois os homens trabalham, moram, caminham, compram, enfim realizam uma série de ações na vida diária. Assim, é a partir do espaço concebido como uma criação humana que condiciona seus criadores, que se pode desenvolver as percepções, a comunicação entre os indivíduos. Além disso, o cotidiano dos indivíduos é afetado por muitos processos espaciais como o crescimento urbano, a diferenciação de áreas, a segregação e a mobilidade. Todos esses processos são elementos constitutivos das representações sociais que, por sua vez, vão ser também constitutivas do espaço. (SILVA, 2002, p.199/200)

Quanto ao campo de análise das representações sociais, este se configurou nos últimos anos como um dos mais produtivos no âmbito da Psicologia Social⁴⁰ de origem europeia, tanto em termos de pesquisa empírica quanto de elaboração teórica (SÁ, 1996). A inauguração desse campo de análise se deu através do estudo realizado sobre representações da psicanálise na França, pelo psicólogo social francês Serge Moscovici⁴¹, que considera que as representações sociais podem ser compreendidas a partir de um processo de renovação temática, teórica e metodológica da psicologia social. Ainda com base nas concepções de Moscovici, Sá (1993) considera que as “representações sociais deveriam ser reduzidas a ‘uma modalidade específica de conhecimento que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos’, no quadro da vida cotidiana” (SÁ, 1993, p. 23).

Com base nos trabalhos desenvolvidos por Jovchelovitch (2000), Sá (1993 e 1996), e Leme (1993), tem-se que as representações sociais podem ser consideradas como teorias do senso comum⁴², uma vez que se encontram na vida cotidiana de uma sociedade. Essas representações devem ser tratadas não somente como sistemas econômicos e políticos, mas também como um sistema de pensamento, ou seja, a sociedade adquire informações e idéias externas e as processa para transformá-las em julgamento e opiniões, designando uma forma de pensamento social (SÁ, 1993). Dessa forma,

as representações sociais indicariam um conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originam na vida diária no curso de comunicações interindividuais. São o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; poder-se-ia dizer que são a versão contemporânea do senso comum. (Moscovici, 1981, p. 181 apud LEME, 1993, p. 47)

⁴⁰ A Psicologia Social veio contribuir para compreender e explicar como o pensamento, o sentimento e o conhecimento de indivíduos são influenciados por um elemento tão vago e abstratamente social, quanto a presença real, imaginária ou implícita de outros indivíduos e lugares (SÁ, 1996).

⁴¹ É importante ressaltar que Moscovici reelaborou o conceito de representações coletivas de Durkheim, aplicando-o à Psicologia Social, uma vez que ambos os conceitos nasceram na Sociologia (Durkheim) e na Antropologia (Lévi-Bruhl).

⁴² Considera como senso comum o “conhecimento adquirido por tradição, herdado dos antepassados e ao qual acrescentamos os resultados da experiência vivida na coletividade a que pertencemos. Trata-se de um conjunto de *idéias* que nos permite interpretar a realidade, bem como de um corpo de *valores* que nos ajuda a avaliar, julgar e portanto agir” (ARANHA; MARTINS, s/d).

Leme (1993) enfatiza que as representações sociais são concebidas como teorias que os indivíduos possuem sobre a natureza dos eventos, objetos e situações em seu convívio social. Elas guiam e facilitam, portanto, o processamento da informação social, direcionando a ação (LEME, 1993). Spink (1995) destaca que as representações seriam “conhecimentos sociais que situam o indivíduo no mundo e, situando-o, definem sua identidade social – o seu modo de ser particular, produto de seu ser social” (SPINK, 1995, p. 8).

Sendo a identidade um dos aspectos das representações sociais, conforme ressalta Silva (2002), tem-se que estas são “construídas a partir de diferentes posicionamentos do sujeito social e isso diz respeito diretamente ao processo de construção identitária. Assim, ao interpretar uma realidade, o indivíduo social também está sujeito a uma identidade” (SILVA, 2002, p. 197). Essa autora atesta que é na diferença entre o *eu* e o *outro* que surgem as representações e as identidades, podendo contribuir para a construção de diferentes representações sociais de um mesmo objeto por diferentes grupos e acabam estabelecendo uma alteração na linguagem expressada.

Levando em conta que o lugar é considerado como um componente da identidade dos sujeitos, centro de significados, condição da própria existência e foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para as ações, ele acaba concentrando significados, pensamentos e sentimentos dos seres humanos (VIEIRA NETO, 2001), tornando uma referência para a expressividade das representações sociais.

Estas são consideradas para Jovchelovitch (2000) como saberes construídos em relação a um determinado objeto social (indivíduo, bairro, etc.), que elas mesmas ajudam a constituir, sendo formadas a partir de um espaço simbólico produzido na esfera pública (espaço social) e do encontro público de atores sociais, nas distintas mediações da vida pública, nos espaços em que sujeitos sociais reúnem-se para discutir e dar sentido à vida cotidiana. Assim,

na vida cotidiana o sujeito é exigido a pensar e a estabelecer pronunciamentos a respeito de uma série de fatos diários, em que as explicações são elaboradas a partir de uma série de informações e valores colhidos de fontes e experiências múltiplas, sejam elas individuais ou grupais. (SILVA, 2002, p. 192)

Enquanto fenômenos, as representações sociais expressam permanência e diversidade em sua estrutura interna, contendo também resistência e perspectiva de mudança. Essa resistência é expressa pelo peso da história e pela tradição, e as mudanças pelo processo contínuo de diálogo, sendo assim “móveis, versáteis e estando em constante transformação” (JOVCHELOVITCH, 2000).

No trabalho de Lane (1986) as representações sociais são apresentadas como sendo a verbalização das concepções que o indivíduo tem do mundo que o cerca. Nelas pode-se detectar os aspectos fundamentais para a compreensão do comportamento social, podendo ser caracterizada como um comportamento observável e registrável.

Mesmo sem trabalhar diretamente com o conceito de representação social, já nos anos 1970, Kowarick mostrava que as áreas pobres de São Paulo eram vistas como locais perigosos, “coisas de outro mundo”⁴³, ou ainda, “como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública” (PARISSE apud KOWARICK, 1979, p. 93). Evidenciava-se, assim, uma relação entre ricos e pobres, materializada numa prática de *evitação* social por parte dos primeiros, avessa à mistura, que seria radicalizada ao longo das últimas décadas. Ao mesmo tempo, começava a descortinar-se a necessidade de desenvolvimento de novas abordagens que levassem em conta dimensões menos concretas, mas não menos importantes, como aquelas contidas no conceito de representações sociais.

Atualmente, as relações entre o real e o representado têm tido sua complexidade desvendada, como se percebe, por exemplo, no caso da temática pesquisada. Quando a COHAB-LD tem o propósito de implantar programas sociais e habitacionais em áreas socialmente excluídas, procura enfrentar seus índices elevados de violência e a presença do tráfico de drogas; porém, mesmo que esse objetivo seja alcançado, as percepções dos outros atores que configuram o espaço urbano de Londrina sobre essas áreas e seus moradores não parecem mudar logo após a intervenção do poder

⁴³ Comentário feito por um dos 20 entrevistados que compõem a análise das representações sociais nesta pesquisa (julho de 2003).

público, como sugere o breve levantamento feito em dois dos principais jornais da cidade durante o ano de 2003 (ver anexo B).

Em contato com passageiros do ônibus circular da Linha 314 – Jardim Olímpico, que realiza o percurso do terminal urbano até a área de estudo – e no próprio terminal, de onde partem ônibus para outros bairros e aglomerados subnormais, muitos indícios de discriminação também foram encontrados, como por exemplo pessoas referindo-se a população do bairro como favelados, indivíduos perigosos, bem como atitudes de medo, como esconder a bolsa, permanecer com expressões físicas tensas, entre outras.

Ao trabalhar com as representações sociais optou-se por enfatizar a associação com a violência⁴⁴ por ser aspecto presente no Jardim Maracanã desde sua origem, uma vez que o mesmo é visto como ponto de referência para assuntos relacionados à violência, drogas, assaltos e seus moradores são rotulados como favelados, marginais e perigosos.

Para fundamentar essa discussão e apresentar, dentro desse contexto, a situação do Jardim Maracanã, recorreu-se a aplicação de um questionário (ver anexo) a vinte pessoas que foram escolhidas aleatoriamente⁴⁵, em locais públicos de Londrina. As duas primeiras questões, de caráter indutor, apresentavam como objetivo o reconhecimento do local por parte dos entrevistados. A terceira questão buscou apreender a opinião do entrevistado, ou melhor, a representação do bairro produzida por ele. As duas últimas questões contribuíram para a análise e compreensão do significado das questões anteriores, ou seja, eram complementares. O quadro a seguir mostra o resultado destas entrevistas.

⁴⁴ A violência tem origens diferentes e entendemos que ela está em tudo que provoca sofrimento ou destruição ao ser humano, como também, a violência pode degradar ou causar transtornos à integridade física e psíquica do homem. Neste caso, considero como formas de violência os roubos, os furtos, os homicídios, os suicídios, os estupros, as vias de fato e as agressões diversas, com base em VIEIRA NETO (2001, p. 90).

⁴⁵ Esta entrevista foi realizada em locais públicos como terminal urbano de Londrina, Projeto Sinal Verde, funcionários da UEL, entre outros.

Quadro 22: Resultado da entrevista sobre Representações Sociais

	Ouviu falar	Conhece	Opinião	Tirou informação	Local onde mora
1	Sim	Sim	Acho um bairro muito violento, e que as pessoas são muito simples	conversas	Jardim Itapoa
2	Sim	Sim	Acho que são gente muito pobres e simples	Outros	Jardim Silvino
3	Sim	Não	muito violento, sempre tem os bons, mas os ruins tb	rádio e TV	Jardim Silvino
4	Sim	Sim	violento, e a população é que faz o bairro	conversas	Jardim Leonor
5	Sim	Sim	é um favela, tem os bons e os ruins	filha mora no bairro	Jardim perto do HU
6	Sim	Não	tem muita matança. É um bairro ruim. Coisa de outro mundo. Existe pessoas boas e ruins	TV	Jardim Silvino
7	Sim	Sim	regular, alguns são bons e outros +/-	conversas	Jardim Silvino
8	Sim	Não	não sei. Parece que tem loteamento	rádio e cartaz	não respondeu
9	Sim	Não	muito violento, tem muita pobreza e precisa de um atendimento da Pref. Tem gente boa, ruim e as pessoas tem preconceito com o pessoal do bairro	rádio, TV, jornal, conversas	Jardim Delta
10	sim muito	Sim, morei lá +/- 1 ano e ½	Acho que é um bairro muito pobre. Mas é muito violento e tem muitas pessoas humildes e honestas	conversas	Jardim Silvino
11	Sim	Não	como os outros	jornal e TV	Jardim Pinheiros
12	Sim	Sim	tem gente importante (boa), mas tem gente perigosa	conversas	Jardim Tóquio
13	Sim	Não	tem muita gente boa	conversas	Jardim Novo Bandeirantes
14	Sim	Não	não conhece	TV	Jardim Sabará
15	Sim	Sim	o bairro é Topograficamente bonito	visitou o local	Conjunto Morumbi - Cambé
16	Sim	Não	como todo bairro - comum - normal	rádio	Jardim Limoeiro III
17	Sim	Não	não respondeu	TV	Vila Cazon
18	Sim	Não	não sabe	conversas	Jardim Acapulco
19	Sim	Não	não conhece	conversas	Jardim Delta
20	Sim	Sim, já passei lá de ônibus	precisa de uma urbanização, e os moradores precisam de tudo grátis	conversas	Jardim Delta

FONTE: Pesquisa realizada com 20 entrevistados que não residiam no bairro estudado., em julho de 2003
 ORG.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Um elemento evidente durante a realização dessas entrevistas foi a expressão dos entrevistados ao referir-se ao bairro. Algumas pessoas mostraram-se inseguras em suas respostas e demonstraram certo receio em falar sobre o local. Percebeu-se em alguns momentos que a pessoa sabia de algo a mais sobre o bairro, mas não quis revelar, mesmo esclarecendo que sua identificação

não seria mostrada. Por isso obteve-se como resultado respostas um tanto vagas, mas expressivas, principalmente relacionada às questões *O que você acha (sua opinião) desse bairro? E dos moradores desse bairro?*, como se verifica nas seguintes declarações:

Tem muita matança. É um bairro ruim. Coisa de outro mundo. Existem pessoas boas e ruins. (Jardim Silvino II – Cambé – julho de 2003)

Tem gente importante (boa), mas tem gente perigosa. (Jardim Tóquio – Londrina – julho de 2003)

Acho um bairro muito violento, e que as pessoas são muito simples. (Jardim Itapoa – Londrina – julho de 2003)

Além da visão maniqueísta que contrapõe o bem e o mal, freqüente no senso comum e, portanto, nas representações sociais, uma das relações estabelecidas nessas falas remete à questão da identificação entre violência e pobreza. Como ressalta Nascimento (2000), nas diversas hierarquias das camadas sociais existe a formação de “uma imaginária relação de causa e efeito entre a pobreza e violência, ainda mais quando a violência urbana ganha espaço e visibilidade, com muito ‘sucesso’, na mídia. [...] Pobre e bandido juntam-se, numa única imagem, para produzir o novo excluído” (NASCIMENTO, 2000, p. 80/81). Assim, os pobres são vistos como transmissores de insegurança pessoal e de ameaça aos bens das camadas favorecidas, reproduzindo-se a velha máxima de que, no Brasil, a questão social é um caso de polícia. No mesmo sentido, também são significativas às referências ao rádio e à TV, como fonte de informação dos entrevistados.

Como ressaltam Ribeiro e Lago (2001), em suas pesquisas sobre as favelas do Rio de Janeiro, a mídia tem importante papel na construção dessas representações sociais, como ocorre, por exemplo, quando a mesma recorre ao uso de metáforas como “desordem urbana” para legitimar uma concepção dualista das favelas. A partir da ênfase na presença do narcotráfico e da violência a ele associado, assiste-se “à produção intensas de imagens, idéias e práticas que reeditam o antigo mito da favela como um outro mundo social à parte da cidade, diferente, identificado por carência e desorganização” (RIBEIRO e LAGO, 2001, p. 145).

Refletindo sobre estas análises e relacionando-as à Londrina e, especificamente, ao caso do Jardim Maracanã, com base no Projeto Participativo Comunitário - PPC (2002) nota-se que a população deste local tem convivido com problemas sérios de falta de segurança, atrelados ao tráfico de drogas, assaltos e homicídios. É a partir da *lei do silêncio* que as gangues formadas por traficantes conseguem agir e influenciar na organização do bairro, acabando também por impor restrições diretas ou indiretas ao cotidiano desses moradores, que são *obrigados* a seguir suas cartilhas para preservar a sua vida e de seus familiares, ficando, assim, a mercê dos traficantes.

Reportagens têm sido veiculadas constantemente nos jornais da cidade, Folha de Londrina e Jornal de Londrina, sobre esse assunto, permitindo constatar que este bairro, além de outros da mesma categoria, é mostrado para o restante da cidade a partir de suas características negativas, como comprovam as seguintes manchetes publicadas:

Violência - Mulher é executada com 12 tiros durante o banho. (JORNAL DE LONDRINA – 23/01/2003)

Mecânico é morto em frente de casa – Carlos Renak, 36 anos, estava com a filha de cinco anos quando foi assassinado a tiros no Jardim Maracanã. (FOLHA DE LONDRINA – 01/04/2003)

Medo expulsa moradores do Maracanã. (FOLHA DE LONDRINA – 09/04/2003).

Uma outra reportagem publicada pela Folha de Londrina aponta as conseqüências da *lei do silêncio* no bairro, experimentada por uma família. Mantida refém na sua própria casa, da qual acaba expulsa por traficantes de drogas, uma moradora que registrou queixa na polícia teve seu barraco incendiado (ver Foto 19). Tudo que conseguiu adquirir – móveis, roupas, uma vida – resumiu-se a cinzas:

Mulher é mantida refém na própria casa - Dona de casa registrou queixa e teve barraco incendiado – A única lei que vigora no Jardim Maracanã, um assentamento da zona oeste de Londrina, é a lei do silêncio. Os moradores, que já sofrem com os problemas de infra-estrutura do bairro, são obrigados a acatar os desmandos dos marginais e se calarem se não quiserem se indispor com os verdadeiros donos do lugar. A última vítima foi uma mulher de 49 anos. M.G. declarou à polícia que teria sido mantida refém dentro da própria casa por cerca de uma semana. Depois de ser expulsa de casa na noite do último domingo, ela deu queixa da agressão e, por isso, o barraco onde morava foi incendiado na tarde de ontem. A casa, localizada na rua 13, foi completamente destruída. Móveis, utensílios domésticos, roupas ... tudo foi destruído pelo fogo. Um fusca estacionado ao lado da casa também foi atingido

pelas chamas. Na vizinhança 'ninguém viu nada'. Até o homem que se disse proprietário do veículo destruído não tinha nada a dizer. (...) A dona de casa disse ao delegado de plantão, Fátimo Siqueira, que os marginais a obrigaram a cozinhar, lavar e passar para eles durante uma semana. O grupo também teria usado o local para consumir drogas. A mulher decidiu denunciar o caso depois que um dos suspeitos disparou um tiro próximo à cabeça dela. A denúncia feita pela dona de casa confere com as informações de que um grupo originário do Jardim Campos Verdes, na divisa entre Londrina e Cambé, estaria forçando moradores a abandonar suas casas. (FOLHA DE LONDRINA, 08/04/2003)



Foto 25: Local do barraco incendiado por traficantes
Foto: Júlia Luciana Pereira das Dores – maio/junho de 2003

Não apenas o Jardim Maracanã, mas a quase totalidade dos aglomerados subnormais possuem uma representação negativa, conforme observado no levantamento das notícias publicadas pela Folha de Londrina e pelo Jornal de Londrina. 80% das reportagens locais referem-se a algum tipo de violência, com destaque para os crimes de causas externas (homicídios⁴⁶).

Muitas outras manchetes retratam essa imagem do bairro e chegam a declarar que Londrina segue o caminho do crime carioca. De comum a todas essas matérias, como sugerem suas manchetes, está a transformação sutil de denúncias sobre os problemas vividos cotidianamente pelos

⁴⁶ Classificado como um crime contra a pessoa, é o fim de um ato de violência, ou seja, o réu chegou ao seu extremo e conseguiu tirar a vida do outro ser humano. Os homicídios são crimes violentos e são praticados na sua maioria, pelo uso das armas de fogo e faca. Acontecem por motivos banais, mata-se por conflitos de vizinhança, por encomenda, por questões conjugais, por roubos e outros (VIEIRA NETO, 2001).

moradores desse bairro em denúncias contra os moradores, já que a distinção entre trabalhadores e traficantes fica encoberta pela característica comum – são todos moradores do Jardim Maracanã.

Embora a violência no local tenha se reduzido após a prisão de um suposto líder do narcotráfico e pela morte de outros membros de gangues envolvidas com o tráfico de drogas, a imagem do bairro ainda se apresenta degradada e violenta. A tranquilidade atual não é suficiente para amenizar o impacto de imagens ou experiências violentas noticiadas por longo tempo. A permanência da sua identificação pelos não moradores, como área perigosa, sugere que, embora as representações sociais sejam dinâmicas, seu ritmo de mudança pode ser mais lento que o da própria realidade concreta, conforme mostram reportagens abaixo:

Temos casa, mas será que teremos segurança. Os jornais e a televisão dizem que muitas famílias são expulsas daqui pelos traficantes. Tenho medo de não conseguir criar meus filhos aqui. (JORNAL DE LONDRINA, 05/06/2003)

Cleusa afirma que já foram feitas várias tentativas de negociação por parte da Cohab, mas que as ofertas feitas não a convenceram. 'Me ofereceram um terreno no Jardim Maracanã, só que eu não quero, é um lugar muito perigoso' (FOLHA DE LONDRINA, 24/08/2004)

Ainda com relação ao levantamento nos jornais, registrou-se poucas notícias mostrando algo positivo sobre o bairro, como nos exemplos que se seguem:

Bairros querem apagar fama de violentos – Revitalização dos jardins João Turquino e Maracanã aumenta auto-estima dos moradores; processo de licitação será concluído amanhã - Os seis mil moradores dos jardins João Turquino e Maracanã, zona oeste de Londrina, só esperam uma coisa da prefeitura: que as obras de revitalização dos dois bairros saiam do papel o mais rápido possível. Eles apostam que, com isso, a fama de região violenta será sepultada de uma vez por todas. (FOLHA DE LONDRINA, 03/09/ 2003)

A arte que brota no Jardim Maracanã – em umas das áreas mais violentas de Londrina, Ricardo Silva criou um pequeno paraíso trabalhando com bonsai – A arte brota de vasinhos improvisados no Jardim Maracanã, um bairro pobre da zona oeste de Londrina. Em meio às dificuldades do lugar, o artista Ricardo Sérgio da Silva, 28 anos, ensina com suas plantas que o talento se forja com persistência, entrega e prazer. 'Bonsai é como um quadro que você vai pintando durante toda a vida. É uma arte que vai se diferenciando a cada ano e que não tem fim, pois se transforma com o tempo', ensina. Como muitos artistas, ele ainda não consegue sobreviver do seu ofício e tem que se 'virar' trabalhando na construção civil. [...] Ele diz que quando está cuidando das suas plantas esquece da violência, da falta de incentivos, de tudo. 'Quando estou no viveiro, eu esqueço da vida', fala. [...] Com a experiência de quem já passou pela 'terapia das plantas', ele ensina que o bonsai acalma, disciplina e apura a sensibilidade artística. Por isso, é uma boa opção de atividade para ser explorada com crianças. (FOLHA DE LONDRINA, 13/09/ 2003)

Esta última reportagem chama atenção, pois se refere a um dos entrevistados, Ricardo da Silva, que tem nos *bonsais* a esperança de uma vida melhor, a despeito dos problemas do local onde mora – o Jardim Maracanã – e sonha em viver de sua arte. A reportagem é valorizada pela Foto 26, retirada da mesma reportagem:

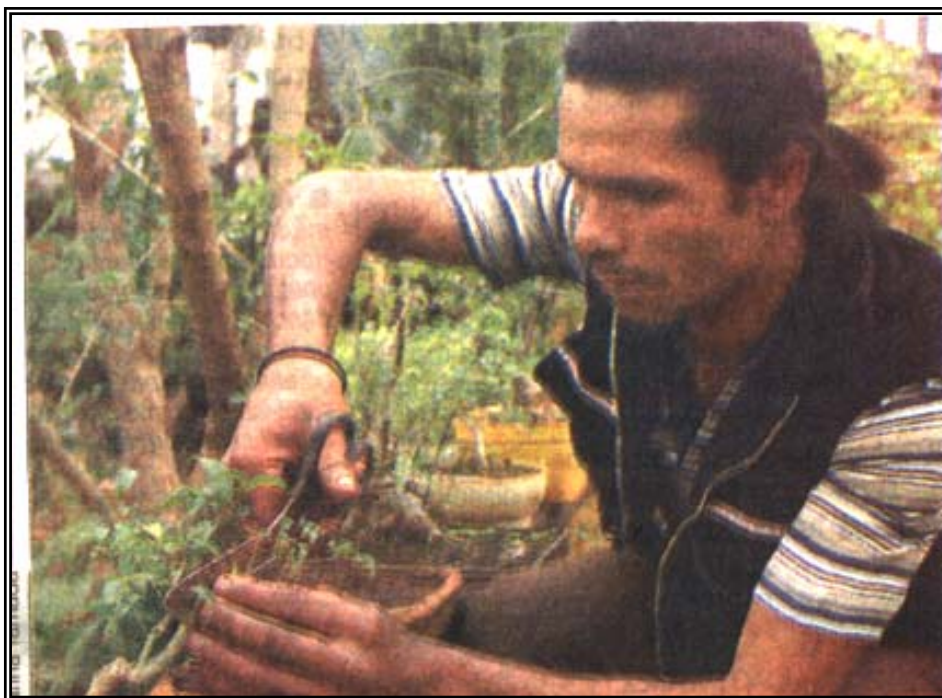


Foto 26: 'Ricardo sonha em viver de sua arte'
Fonte: Folha de Londrina – 13/09/2003

Sensibilidade, habilidade, esperança... Mesmo um leitor pouco atento pode perceber, a partir desses exemplos raros, que a ênfase negativa, ou seja, a insistência na presença da violência e, portanto, a referência ao perigo, nunca está ausente, sendo sempre reiterada.

Estas evidências são confirmadas pelo jornalista Carlos Camargo⁴⁷, quando diz que os traficantes continuam confrontando-se entre si por mais espaço, expulsando famílias de suas casas, roubando-as para pagamentos de dívidas ou encontrando nos atos de homicídios a maneira para resolver a situação (dívida) - o *acerto de contas*. O jornalista afirma não temer as ameaças impostas

⁴⁷ Trechos de entrevista realizada em 05 de julho de 2003. Carlos Camargo é jornalista policial da Emissora TV Tarobá, Rede Bandeirantes de Televisão.

pelos traficantes, quando se refere ao Jardim Maracanã: “o que a gente tinha ali era muita ameaça, alguns malandros que tem lá, acham que mandam no bairro. Acham que ameaçando eles vão evitar que a gente possa ir fazer matérias lá. A gente vai do mesmo jeito [...] se está acontecendo alguma coisa a gente precisa ir. Se o ladrão está lá e dá um tiro na gente é outra situação. Que a gente tem que ir, a gente tem”.

Sobre esse assunto, ainda foram verificadas outras implicações da presença de traficantes no Jardim Maracanã, principalmente no que se refere à *lei do silêncio*, mas também ao *toque de recolher* adotado pelos moradores a partir do anoitecer. De acordo com as declarações dos moradores entrevistados, “após certo horário não saem mais de casa, e que depois das 19 horas, permanecem em suas residências, por temor aos traficantes”. “É como se existisse o toque de recolher”. Além disso, algumas pessoas (lideranças informais, na maioria) recusam-se simplesmente a falar sobre o assunto. Uma delas contou que precisou de tratamento psicológico, pois não agüentava mais guardar os *segredos* sobre os problemas existentes no bairro relacionados à violência e às drogas, já que não poderia comentar com ninguém do local, amigos, parentes, nem com as assistentes sociais, sobre o assunto.

Assim, percebe-se também a importância da imprensa, neste caso imprensa escrita, como fonte para o estudo das representações sociais, uma vez que ela, simultaneamente, reflete e influencia a realidade em questão. Mas a imprensa deve ser utilizada com cautela, pois

o jornal não se preocupa com as origens, com a contextualização da informação; seu interesse repousa no que permite rápido consumo nas informações que podem ser “vendidas” à população. Essa tendência pode ser demonstrada, dentre outras maneiras, por meio da análise das próprias manchetes do jornal, que procuram atrair instantaneamente a atenção do leitor. (FERREIRA, 1996, p. 60)

As representações sociais estão baseadas na investigação empírica das concepções leigas da ciência, nas amostragens do conhecimento, das opiniões e das atitudes das pessoas em relação a um dado objeto e, através de pesquisa de opinião, de coleta de informações que circulam na sociedade, como jornais impressos, telejornais, conforme destaca Farr (2002).

No caso desta pesquisa, optou-se por conciliar três fontes de natureza diversa – os jornais impressos, os questionários e as entrevistas – para buscar uma aproximação com as representações sociais produzidas sobre o bairro estudado, sem perder de vista, inclusive, a auto-representação de seus próprios moradores.

Nesse sentido, é significativo o depoimento de moradores do bairro: “a polícia nunca é chamada, e quando uma pessoa procura a polícia, tem que chamar também um caminhão para levar a mudança”. Durante o trabalho de campo, percebeu-se que o medo é aparente na fisionomia da população, embora muitos digam que o lugar é tranquilo e sossegado, o que pode significar que os moradores já se acostumaram a essa situação, como também que estão apenas respeitando, de maneira discreta, à *lei do silêncio*, imposta pelos traficantes.

Tal pressão se exerceu sobre as antigas lideranças do bairro através de ameaças feitas por traficantes, situação essa que acabou levando ao assassinato de *Neguinho* e também de outras duas candidatas à presidência da associação de bairro (*Negona* e Rosária⁴⁸). Isso impossibilitou a formação de uma nova Associação de Moradores, já que há dois anos ninguém se prontifica a assumir tal cargo, ocorrendo dessa forma certo abandono do bairro.

Cerca de 97% dos entrevistados consideraram importante a constituição de uma associação, como forma viabilizar melhorias no bairro. Será que a implementação dos projetos sociais anteriormente abordados, como o Habitar Brasil, possibilitará a criação da Associação de Bairro que, simultaneamente, passaria a ter papel ativo na mesma implementação?

Ainda de acordo com o depoimento do jornalista Carlos Camargo, neste local residia um *indivíduo*, conhecido como *Ema*, que trazia insegurança e *fazia mal* à população. Mas no momento em que foi realizada a pesquisa de campo (maio a julho de 2003), o jornalista já considerava que o bairro se encontrava em uma situação mais tranquila, principalmente pela prisão dos integrantes envolvidos na quadrilha *Turma do Ema*. Segundo seu depoimento, embora com isso tenha se reduzido

⁴⁸ De acordo com a reportagem publicada no Jornal de Londrina do dia 23/01/2003, Maria Rosária de 39 anos foi executada com 12 tiros enquanto tomava banho. O crime foi presenciado pelo marido e dois filhos, um de 7 e outro de 9 anos.

o índice de violência, é um bairro onde ainda acontecem crimes graves e seus moradores são obrigados a conviver com as ameaças.

Essa quadrilha, comandada por José Fernandes Pessoa (o *Ema*), atuava no Jardim João Turquino, mas também exercia influência no Jardim Maracanã e no Jardim Campos Verdes (Município de Cambé), e era suspeita de cometer diversos crimes como roubos de carro, tráfico de drogas, invasões de residência, expulsões de moradores e homicídios. Ainda sobre esse assunto, o Jornal de Londrina publicou, em 25 de fevereiro de 2003, reportagem que dizia o seguinte:

ZONA OESTE: Polícia monta "quartel" no João Turquino – O objetivo é impedir a movimentação de criminosos e estimular moradores do bairro a denunciar crimes. A medida é uma resposta ao crescimento da violência no bairro e arredores. A região também ganhou destaque na imprensa por causa de diversos homicídios, que a colocaram como uma das mais violentas da Cidade. (JORNAL DE LONDRINA, 25/02/2003)

Outra entrevista realizada em 05 de junho de 2003, com o ex-dono⁴⁹ de um estabelecimento comercial do Jardim Maracanã, Sr. Edison, também relatou casos relacionados à violência. Ele mostrou-se desconfiado e inseguro em receber a pesquisadora e responder as questões. Mesmo assim, suas declarações foram relevantes, pois como morador do bairro há seis anos, esteve presente em todas as fases de formação do Jardim Maracanã.

Declarou que o estabelecimento comercial existe no bairro há cinco anos e já foi assaltado duas vezes. Com ar de ironia, perante a situação de violência que envolve os moradores deste bairro, Sr. Edison comentou: "o estabelecimento já foi assaltado duas vezes, ... por semana (risos)". Diante dessas circunstâncias, o local possui sistema de segurança, sendo toda a área interna vigiada por câmera, e na entrada encontra-se um guarda observando a entrada e saída das pessoas.

No que se refere aos fornecedores e à entrega de mercadorias, esse comerciante declarou que alguns fornecedores apresentavam resistência em levar os produtos até o mercado devido à imagem violenta do bairro. A mesma impressão manteve-se quando foi questionado se ele

⁴⁹ Optou-se por entrevistar o ex-dono do estabelecimento, devido o atual dono estar residindo há pouco tempo no local, não podendo contribuir assim com as perspectivas da pesquisa.

sofria discriminação por ter o estabelecimento comercial nesse bairro, e sua resposta foi “sim, pelo bairro ser violento”.

O depoimento desse ex-proprietário do Supermercado Maracanã sobre o bairro ressalta a ausência de segurança pública; pois, segundo ele, ainda existe o medo da população e “muitos moleques que não respeitam os locais comerciais, bem como os públicos”. Afirmação que sugere, mesmo por parte de um morador, que se caracterizou durante muito tempo por ter interesses específicos (comerciais) no bairro, certa indistinção entre os moleques pobres e aqueles realmente envolvidos com a criminalidade.

Quando perguntado a ele se considera o bairro como retrato de exclusão social, sua resposta foi imediata e determinada: “sim, devido à violência”. Criticou, ainda, a gestão política atual, dizendo que o Prefeito Nedson Micheleti (PT) não está cumprindo com suas obrigações, enquanto autoridade pública, principalmente no que se refere às propostas de campanha e melhorias para o local, como o asfalto.

A partir dessa discussão baseada em entrevistas e reportagens de jornal, nota-se que as representações sociais sobre o Jardim Maracanã revelam escassos sinais de mudança, a despeito dos programas sociais, o que acaba por conferir ao trabalho de campo ali realizado um inevitável tom de indignação frente às tão propaladas injustiças sociais do Brasil, país tão cheio de riquezas, porém ainda tão desigual...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, ao longo dos capítulos deste trabalho se procurou responder às questões inicialmente propostas. Foram reunidos elementos empíricos e analíticos que permitiram uma reflexão acerca das discussões sobre exclusão social, políticas públicas e representações sociais na cidade de Londrina, e do processo de migração interna e intra-urbana, relacionado a um bairro carente, o Jardim Maracanã.

Tendo em vista os resultados apresentados, pode-se considerar que o Jardim Maracanã mostra, em sua estrutura sócio-econômica, características bem marcantes relativas ao processo de exclusão social, principalmente quando a questão se refere às representações sociais do bairro e de seus moradores.

Assim, levando-se em conta a classificação proposta por Sposati (1996), no Jardim Maracanã identifica-se a exclusão estrutural, absoluta, relativa e integrativa, experimentada por parcela significativa de seus moradores e, sobretudo, exclusão da possibilidade de diferenciação e de representação que, de alguma maneira, atinge a todos eles.

Como a própria concepção de exclusão social ainda gera polêmica, deve-se levar em conta, também, outras leituras sobre a realidade do bairro estudado. Desse modo, Rabello (COHAB-LD) em entrevista realizada em 2001, afirma que não se trata, por um lado, de área excluída, uma vez que seus moradores possuem casa e, com isso, garantem sua cidadania; por outro lado, considera que seus moradores são classificados como excluídos, uma vez que fazem parte da parcela carente e desempregada da sociedade. Além disso, completa Ferreira (2001), essa área, para a maioria da população, está vinculada à idéia de agrupamentos de marginais, bandidos, drogados e sem educação, embora grande parte de seus moradores não corresponda a nenhuma dessas características.

Com relação ao processo de migração, buscou-se averiguar a origem dos deslocamentos realizados pelos entrevistados do Jardim Maracanã. A hipótese inicial era de que a partir da expulsão dos trabalhadores do campo, os deslocamentos seriam de origem rural-urbana. Porém, os resultados mostraram que a maior parte dos entrevistados era de origem urbana. Assim, a análise direcionou-se para os deslocamentos intra-urbanos na cidade de Londrina, apontando como principais fatores as dificuldades de acesso e manutenção de moradia e, ainda, a questão da violência (filhos envolvidos com drogas, ameaças de traficantes, etc.).

Vai se definindo, assim, a dupla problemática enfrentada pelos moradores desse bairro e de outros com características semelhantes. Além de enfrentar um processo de exclusão materializado na falta de emprego regular e bem remunerado, habitação precária, alimentação deficiente e residência em local inseguro, em função da influência do tráfico de drogas (para citar apenas problemas chaves), enfrentam ainda o preconceito dos demais habitantes da cidade, sobretudo quando procuram emprego e pretendem obter crédito em lojas, ou quando são revistados pela polícia.

Para enfrentar o primeiro conjunto de problemas, apostam na eficiência das políticas públicas. Frente ao segundo conjunto, que acaba por agravar o primeiro, não sabem o que fazer. Alguns recorrem a subterfúgios, como mentir sobre seu endereço quando procuram emprego ou pretendem fazer um crediário.

Ao pesquisador, preocupado também em buscar soluções, sugerir caminhos, a despeito dos limites impostos pela dura realidade, parece apropriado cogitar a criação de uma nova mídia, ou a recriação da atual, muito parcialmente pesquisada neste trabalho (ver anexo sobre levantamento referente à violência em Londrina). Na mesma direção em que Boaventura de Sousa Santos (1998) propõe a necessidade de uma nova concepção de Estado, como novíssimo movimento social, pensa-se numa mídia realmente plural, que garanta espaço a diferentes segmentos sociais, diferentes representações sociais, enfim, que favoreça a convivência entre os diferentes, entre nós e os outros. Nesse sentido, talvez uma das contribuições mais significativas desta pesquisa tenha sido o

registro fotográfico de diferentes moradias do Jardim Maracanã, junto às quais seus moradores fizeram questão de aparecer, orgulhosos (ver Fotos 03, 04 e 07).

Isso não significa desconsiderar que essas representações sociais que associam a violência e, portanto, o perigo, a certos bairros carentes, desempenha seu papel frente à sensação de fragmentação, de desordem e de ameaça, hoje inerente à vida nas cidades. Sem se preocupar, no entanto, com as conseqüências dessa generalização preconceituosa em relação aos moradores de bairros como o Jardim Maracanã, os moradores privilegiados de Londrina defendem-se, exigindo mais providências, embora o poder público já venha agindo e sua ação nunca seja neutra. Em última instância, o Estado objetiva a manutenção do atual *status quo*, atuando, sobre este aspecto, no mesmo sentido em que atua a mídia (CALDEIRA, 2000).

Em Londrina, isso se evidencia, por exemplo, quando toda infra-estrutura (instalação de energia elétrica e abastecimento de água, sistema de transporte, asfalto, arborização) é implantada em áreas nobres da cidade, como por exemplo onde está sendo construído o Alphaville – LD, que já possuía outros condomínios fechados deste padrão, de formação bem mais recente que os principais assentamentos urbanos, muitos dos quais ainda sofrem com a falta de infra-estrutura básica.

Para que se compreenda a atuação do Estado, também não se pode perder de vista as ambigüidades inerentes às suas ações, através das políticas públicas, numa sociedade capitalista, portanto, dividida em classes e desigual. Mesmo assim, ou talvez justamente por isso, percebe-se que frente à dura realidade, sobretudo do desemprego e do sub-emprego, que não dá sinais de reversão, os moradores do Jardim Maracanã revelam um misto contraditório de relações com o Estado, através da COHAB-LD. Por um lado, manifestam seu ceticismo baseado em tantas promessas não cumpridas, feitas particularmente em época de eleição. Por outro lado, acreditam firmemente que, pela intervenção do poder público, suas condições de vida mudarão e o processo de exclusão social, atualmente experimentado, será revertido, já que não implica condição definitiva.

Sem desmerecer a importância de não se perder a esperança, é inevitável questionar: quais as possibilidades efetivas de que essa reversão ocorra?

Essa questão remete à reflexão acerca do caráter da intervenção do poder público no Jardim Maracanã. Foi abordado, ao longo do trabalho, o Programa Habitar Brasil (em desenvolvimento), que visa implantar melhorias como asfalto, construção de habitações e regularização da rede de energia elétrica e de água, por um lado; por outro, reduzir os índices de violência e controlar os casos relacionados ao narcotráfico. Aparentemente distintas, essas melhorias inter-relacionam-se, pois o asfalto possibilitará maior circulação de viaturas da polícia, proporcionando segurança ao bairro. Além disso, trata-se de reconhecer e enfrentar a dimensão social da violência urbana.

A despeito de parecer ideal, essa proposta pode trazer problemas, ou conseqüências contraditórias, apontadas pelos próprios moradores do bairro. O que acontecerá com aqueles que não terão condições de pagar pelos benefícios propostos pelo poder público? Provavelmente serão *empurrados* para outras áreas degradadas e irregulares, cedendo lugar a outros segmentos sociais que possuam condições de manter-se com esses benefícios. Nas palavras de uma entrevistada, “não resolve ter asfalto na porta da casa, como muitos pedem, se não temos condições de pagar por esse benefício”. Essa é uma situação para a qual ainda não se tem resposta. Além disso, dado o caráter recente da implantação do programa, não é possível avaliá-lo.

Embora o órgão responsável pelo programa garanta que a população beneficiada não pagará pelo asfalto, eles terão sim que pagar pela propriedade do lote para que a regularização fundiária seja efetivada. Mas como ficam aquelas famílias entrevistadas que não possuíam alimentos em seus armários e cujas panelas estavam vazias? E quanto à mãe que precisou emprestar de vizinhos um pouco de fubá para alimentar seus filhos? E quanto ao casal idoso que, apesar da idade, ainda trabalha como catador de papel, debaixo de sol ou de chuva para conseguir comprar comida,

cozida em fogão a lenha? Esses foram alguns dos casos observados durante a pesquisa de campo, frente aos quais também temos mais dúvidas do que respostas, ou soluções.

Para finalizar, volta-se a idéia de Sposati (1996, p. 114), lembrando que a "exclusão social na percepção dos agentes populares seria não comer do bolo e ficar apenas olhando para os donos da festa".

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Miriam, et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO/BID, 2002

ALEGRE, M. **Estrutura da população brasileira – tópicos e realce para São Paulo e o Paraná**. Presidente Prudente: Unesp/FCT, 2002

ALVES, C. Dinâmica espacial de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina – os conjuntos habitacionais. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991

ANDRIOLI, Tatiana C. Caricati. Mobilidade e moradia no processo de produção do espaço urbano de Londrina – PR: da ocupação à legalização da moradia urbana. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, s/d

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina – 1930 – 1975**. Londrina: Editora UEL, 1998

ASARI, Alice Y.; PONTE, Karina F. da. Programa Vilas Rurais: retorno do trabalhador rural ao campo? Geografia – **Revista do Departamento de Geociências**. Universidade Estadual de Londrina, v.10, n.º 2, p. 163-173, jul./dez. 2001

ASARI, Alice Y ; TUMA, Magda. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina**. (Documento consulta). Londrina: PML, SMEC, DE, AIS, 1978

AUGUSTO, J. FRESCA, T. M. Segregação e auto segregação residencial em Londrina: os condomínios fechados. In: MARANDOLA JR. et al. (Orgs.). **Geografia, Ciência e Filosofia: interdisciplinaridade e interfaces de conhecimento – contribuições científicas da XVIII Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: Ed. Humanidades, 2002

AUGUSTO, Luciano. Mecânico é morto em frente de casa. **Folha de Londrina**. Londrina, 01, abr., 2003

_____. Mulher é mantida refém na própria casa. **Folha de Londrina**. Londrina, 08, abr., 2003

_____. Violência Urbana: medo esvazia escola. **Folha de Londrina**. Londrina, 09, abr., 2003

_____. Medo expulsa moradores do Maracanã. **Folha de Londrina**. Londrina, 09, abr., 2003

_____. Bairros querem apagar fama de violentos. **Folha de Londrina**. Londrina, 03, set., 2003

_____. A arte que brota no Jardim Maracanã. **Folha de Londrina**. Londrina, 13, set., 2003

BALASSIANO, Helena M. M. As favelas e o comprometimento ambiental. In: **Geografia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993

BARCELLOS, T. M. de. Características recentes dos deslocamentos populacionais na Região Metropolitana de Porto Alegre: características dos anos 80. In: **XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS**. Ouro Preto - MG, novembro de 2002.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contexto. In: CASTRO, Iná E de. et al (Orgs.) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

BRASIL. Ministério do Interior. **Programa Nacional de apoio às migrações internas**. Brasília: Ministério do Interior. Secretaria de Planejamento, 1980

BUARQUE, Cristovam; et al. Um pouco da história do Bolsa Escola. In: **Serviço social & sociedade - fórum social, gestão de política**. N.º. 66, ano XXII, julho de 2001. São Paulo: Cortez, 2001

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania no Brasil**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMPANÁRIO, Milton A. O mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo. In: KRISCHKE, P. J. **Terra de habitação x terra de espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984

CAMPOS, André et al., (Orgs.) **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. Volume 2. São Paulo: Cortez, 2003

CANDOTTI, E. A. Memórias da cidade: Londrina 1930/1960. 1997. Monografia (Especialização em História), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930/1970)**. São Paulo: Global, 1985.

CARLOS, Ana F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1994

CARVALHO, M. S. de. Mudanças no uso agrícola, liberação de mão-de-obra e sua inserção no mercado de trabalho urbano. In: STIPP, N. A. F. **Sociedade, natureza e meio ambiente no Norte do Paraná: a porção inferior da Bacia Hidrográfica do rio Tibagi**. Londrina: Editora UEL, 2000

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998

_____. As armadilhas da exclusão. In: **Desigualdades e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000

CASTRO, Iná E. de. et al (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (CEM). **Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo: Editora Paulinas, 1986

COHAB-LD. **Projeto Participação Comunitária dos Assentamentos João Turquino e Maracanã**. Londrina: COHAB-LD/Prefeitura Municipal de Londrina, 2002

COMELI, Loriane. Cohab tira famílias do Cafezal. **Jornal de Londrina**. Londrina, 05, jun., 2003

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo, 1975

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999

CUNHA, Fábio C.A. da. Globalização e divisão territorial do trabalho: reflexões preliminares sobre a Microrregião Geográfica de Londrina. In: **Geografia – Revista do Departamento de Geociências**. Londrina: UEL, 1999

_____. Shopping Catuaí e Shopping Royal Plaza: considerações sobre reprodução simples e ampliação do espaço na cidade de Londrina PR. In: **Formação**. Presidente Prudente: Unesp, n.º 9, v. 1, 2002

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1998

DAVIDOVICH, Fany. Um repensar da favela: tendências e questões. In: BOGUS, L. M.; RIBEIRO, L. C. Q. **Cadernos Metrópole**. São Paulo: EDUC, 2000

DELGADO, Guilherme C. Capital e política agrária no Brasil: 1930 – 1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.) **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

DESCHAMPS, Marley; KLEINKE, Maria de Lourdes U. **Para onde seguem os migrantes paranaenses?** Curitiba, 1999. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 17 de março de 2001.

DORES, Júlia Luciana P. das.; ASARI, Alice Y. A atua o governamental e o processo de migra o interna: o caso da Vila Rural da Paz – Rolândia (Pr). **Geografia** – Revista do Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Londrina, v.10, n.º 2, p. 195-210, jul./dez. 2001

DORES, Júlia Luciana P. das; GOES, Eda M. Assentamentos urbanos de Londrina/PR: retrato de exclusão social: (apontamentos preliminares). In: FUSCALDO, W. et al. (Orgs.) **Geografia, Ciência e Filosofia: interdisciplinaridade e interfaces de conhecimento – contribui es científicas da XVIII Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: Humanidades, 2002

_____. Considera es teóricas acerca da migra o interna, atua o governamental e exclusão social. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS – **Por uma Geografia Nova na constru o do Brasil**. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

FARO, Fernando R. Famílias são transferidas para o Maracanã. In: **Folha de Londrina**. Londrina, 05, jun., 2003.

FARR, R. Representa es sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos de representa es sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002

FAUSTO, B. Homicídios. In: **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: EDUSP, 2001

FERREIRA, Adriana de F. A violência urbana na imprensa: algumas considerações. **Revista Mediações**. Departamento de Ciências Sociais – CLCH/UEL, vol. 1, n.º 1, jan./jun. 1996

FERREIRA, Antonio C.; SIMON, Cristiano G. B. Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave. In: **Boletim**. Julho/dezembro. Londrina: UEL, 1989

FERREIRA, Maria E. G. A saúde e o Ambiente no Assentamento Urbano Jardim União da Vitória – Londrina – PR. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001

FERREIRA, Y. N. (Coord.). Bolsões e pontos de pobreza de Londrina. In: **Geografia – Revista do Departamento de Geociências**. Londrina: UEL, 1999

FRANCO, José B. Severino. O papel da Embrapa nas transformações do Cerrado. In: **Caminhos de Geografia – Revista Online**. Uberlândia: IG/UFU, mar/2001

FRESCA, Tânia Maria. Transformações da rede urbana do Norte do Paraná: estudo comparativo de três centros. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da FFLCH, Universidade de São Paulo, 2000

_____. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina/PR. In: MARANDOLA JR. et al. (Orgs.). **Geografia, Ciência e Filosofia: interdisciplinaridade e interfaces de conhecimento – contribuições científicas da XVIII Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: Ed. Humanidades, 2002

FURINI, Luciano Antonio. Modernidade, vulnerabilidade e população de rua em Presidente Prudente (SP). 2002. Relatório de Qualificação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002

GENEVOIS, Marie L. B. P.; COSTA, Olavo V. Carência habitacional e déficit de moradias: questões metodológicas. In: **São Paulo em Perspectiva**. 15(1). São Paulo, 2001

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981

GROSTEIN, Marta Dora. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". In: **São Paulo em Perspectiva**. 15(1). São Paulo, 2001

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos de representações sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002

HOGAN, Daniel Joseph. Mobilidade populacional e meio ambiente. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, 1998

IBGE. **Censo Demográfico - Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970

IBGE. **Censo Demográfico - Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980

IBGE. **Censo Demográfico - Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991

IBGE. **Censo Demográfico - Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000

IBGE. **Censo Demográfico - Paraná**. Contagem da População. Rio de Janeiro: IBGE, 1996

IPARDES. **Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990**. Curitiba: IPARDES, 1983

_____. **ENCONTRO PARANAENSE PARA O HABITAR II. Assentamentos Humanos para o século XXI: a criação de um novo cenário**. Curitiba: IPARDES, 1995

IPPUL. **Habitação de baixa renda no âmbito municipal: habitação e políticas públicas em cidades médias – o caso de Londrina**. Londrina: IPPUL, 1996

IZIQUE, Cláudia. O mapa da exclusão. In: **Revista Pesquisa FAPESP**. N.º 83. São Paulo: FAPESP, 2003

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

KLEINKE, Maria de Lourdes U.; DESCHAMPS, Marley; MOURA, Rosa. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 1999

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

LANE, Silvia T. **O que é Psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1986

LAVINAS, L; VARSANO, R. **Programa de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Textos para discussão n.º 534)

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan; Fase: 2000

LEÃO, Silvana. Famílias invadem casas na Zona Sul. **Folha de Londrina**. Londrina, 24, ago., 2004

LEFÈBVRE, H. Industrialização e urbanização. Noções preliminares. In: **O direito á cidade**. São Paulo: Moraes, 1991

_____. A cidade e a divisão do trabalho. In: **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.

LEIJOTO, Márcio. Mulher é executada com 12 tiros durante o banho. **Jornal de Londrina**. Londrina, 23, jan., 2003

_____. Zona Oeste: Polícia monta "quartel" no João Turquino. **Jornal de Londrina**. Londrina, 25, fev., 2003

LEME, Maria A. V. S. O impacto da teoria das Representações Sociais. In: SPINK, M. J. **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993

LOPES, Sueli Aparecida. Habitação popular em Sertanópolis: abordagem histórico-espacial. 1997. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In: **São Paulo em Perspectiva**. out./dez. 2000, vol.14, no.4, p.21-33. ISSN 0102-8839.

_____. Habitat e a exclusão social no Brasil. In: **ENCONTRO PARANAENSE PARA A HABITAT II - Assentamentos Humanos para o Século XXI: a criação de um novo cenário**. Curitiba: IPARDES, 1995

_____. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, 1994

_____. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988

_____. **Exclusão social e nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997

MENDES, Judas Tadeu G. (Coord.). **Londrina: diagnósticos e caminhos**. Curitiba/PR: UFPR, 1993

MINAYO, Maria C. de Souza. O conceito de representações sociais dentro da Sociologia clássica. In: GUARRESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002

MORO, Dalton A. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge G. (Org.). **Geografia social e agricultura no Paraná**. Maringá: UEM/PPGG, 2001.

NASCIMENTO, E. P. do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000

OGAMA, Maria A. Guerra. Favela Vila Marizia: sua população e seus problemas. 1993. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1993

OLIVEIRA, Fernanda Fabrini de. O estudo das gerações dos ocupantes irregulares em terrenos urbanos no município de Londrina. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1996

OLIVEIRA, José Ademir. Meio século de transformações e permanências: a cidade no Brasil (1930 a 1980). In: SPOSITO, M.E.B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GASPERR/Unesp, 2001.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Anpocs, ano 12, n. 33, p. 49 – 60, fev., 1997.

PARANÁ, Governo do Estado. **Projeto Mapa do Crime** – Diagnóstico e bases para uma proposta da intervenção na área de segurança pública. Fase I. Curitiba, 2003

_____. **Projeto Mapa do Crime** – Planejamento e segurança – Relatório Fase II. Curitiba, 2003

PATARRA, Neide. Novas tendências migratórias. In: **SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EMPREGO E VIOLÊNCIA**. s/l, s/d.

PEREIRA, Sílvia Regina. Subcentros e condições de vida no Jardim Bongiovani e Conjunto Habitacional Ana Jacinta – Presidente Prudente – SP. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. Volume 1. São Paulo: Cortez, 2003

POVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. In: **Experimental**. N.º 2, Rio de Janeiro, março de 1997

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA (PML). **Perfil do Município de Londrina - 2003**. Londrina: Secretaria de Planejamento Urbano, 2003

_____. **Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais - PEMAS**. Londrina, Pr: Companhia de Habitação de Londrina, 2001

_____. **Programa Bolsa Escola**. Londrina, Pr: Secretaria de Ação Social de Londrina, 2001

_____. **Programa Habitar Brasil - BID-HBB UAS**. Londrina, Pr: Companhia de Habitação de Londrina, 2002

_____. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI**. Londrina, Pr: Secretaria de Ação Social de Londrina, 2000

PROVOPAR-LD. **Relatório Anual de Atividades – 2001**. Londrina: Provopar, 2001

RAMIRES, Julio C. L.; SANTOS, Márcia A. F. Exclusão social em Uberlândia: algumas reflexões a partir do Bairro Dom Almir e seu entorno. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia: IG/UFU, jun/2001

REZENDE, Maria José de. As desigualdades sociais. In: TOMAZI, Nelson Dacio (Coord.). **Iniciação a Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993

RIBEIRO, LCQ.; LAGO, LC. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 2001

RODRIGUES, Arlete M.; SEABRA, M. Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n.º 64, 1986

_____. **Moradias nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993

_____. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996

SACHS, C. **São Paulo: políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: EDUSP, 1999

SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. In: **Travessia**, janeiro-abril/2000 – p.33-43

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. Portugal: Gradiva, 1998, p. 59 – 69.

SANTOS, Milton. Alguns aspectos da crise urbana na América Latina. In: **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993

_____. O lugar e o cotidiano. In: **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997

_____. **Manual de Geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989

SAVICKI, Adriana. Rede de informação vira arma contra o crime. **Folha de Londrina**. Londrina, 21, nov., 2003

SCANTAMBURGO, Rosangela Moreira. **Ocupações Irregulares: a ultima opção de moradia.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Serviço Social. Londrina: UEL, 2002

SHIIMBA, Otavio Y.; UREN; Flávio H. da Rosa. **Londrina cidade cenário.** Londrina: Midiograf, 2000

SILVA, Joseli Maria. A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais. 2002. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002

SILVA, Lillian Leandra. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. In: **Caminhos de Geografia – Revista Online.** Uberlândia: IG/UFU, dez/2000

SILVA, Sílvia Helena. A trajetória do conselho de entidade do União da Vitória em Londrina: uma experiência de participação popular. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002

SILVA, William Ribeiro da. Descentralização e redefinição da centralidade em e de Londrina. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002

SILVA, W. R. da; MELCHIOR, L. Estruturação urbana sob o contexto da mobilidade populacional em Londrina – Brasil. In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales.** Universidad de Barcelona. Vol. VII, nº 341, 10 de enero de 2002

SINGER, P. Um mapa da exclusão social no Brasil. In: PASSETTI, Edson. et al. **Modernidade, globalização e exclusão.** São Paulo: Editora Imaginário, 1996

_____. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Contexto, 1998

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

SPINK, Mary J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1995

SPOSATI, A. (Coord.). **Mapa da Exclusão/Inclusão social da cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996

_____. A exclusão social e o programa de Renda Mínima. In: **Serviço social & sociedade - fórum social, gestão de política.** N.º. 66, ano XXII, julho de 2001. São Paulo: Cortez, 2001

SPOSITO, Eliseu Savério. Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: o caso de Pirapozinho e Alvares Machado na Alta Sorocabana. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982

_____. Políticas públicas: teoria, prática e ideologia. In: SPOSITO, M.E.B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GASPERR/Unesp, 2001

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia L. et al (Orgs). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GASPERR/Unesp, 2001

_____. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: GASPERR/Unesp, 2001

SUGAHARA, Renato N. Migração rural-urbana e mudanças nas relações de produção no município de Londrina – década de 70. 1993. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1993

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: contexto, 1998

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

UYEOKA, Cristina Y. O trabalhador “sazonal” e “pendular”- análise das formas de organização e suas relações com a legislação – (periferia urbana de Londrina e Cambé – PR). 1994. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1994

VALIM, Ana. **Migrações: da perda da terra à exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996

VÉRAS, Maura P. B. (Ed.). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999

VIEIRA NETO, José. A violência na cidade de Rondonópolis. In: **Revista INTERGEO – Interações no Espaço Geográfico**. Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Exatas e Naturais – Campus Universitário de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso – ano 1, nº 1 (2001). Cuiabá: Editora Universitária, 2001

VILEIRINE, Reginaldo; WAMBIER, J. **O processo de formação do conhecimento e as representações sociais**. Ponta Grossa, s/d

VILLALOBOS, Jorge Guerra. (Org.). **Geografia social e agricultura no Paraná**. Maringá: UEM/PPGG, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP. Lincoln Institute, 1998

VIZINTIM, Mirian. O espaço urbano da miséria – um estudo de caso sobre a favela como forma alternativa de sobrevivência. 1984. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1984

ANEXOS

ANEXO A

Questionário e roteiros de entrevista

ANEXO A₁

Questionário aplicado junto aos moradores do Assentamento Urbano

"Jardim Maracanã I e II"

Instituição: Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente - SP

Projeto de Mestrado: Migração interna e intra-urbana e o processo de exclusão social: o caso dos Assentamentos Urbanos de Londrina - PR

Mestranda: Júlia Luciana Pereira das Dolores

Orientadora: Eda Maria Góes

DATA: LONDRINA, _____ DE _____ DE 2003

Endereço do entrevistado: Quadra: _____ Data (lote): _____

Idade do entrevistado: _____ sexo: F () M ()

Número de pessoas que moram na casa: _____

Dados sócio-econômicos do entrevistado:

1. Quanto gasta por mês em:

Alimentação		Transporte		Água	
Saúde		Lazer		Luz	
Educação		Remédios		Outros gastos	
Vestuário		Aluguel			

2. Bens que a família possui:

Geladeira		Aparelho de som		Moto	
Bicicleta		Telefone		Rádio	
Televisão		Celular		Fogão	
Máquina de lavar roupa		Carro		Outros equipamentos	

3. Meio de transporte utilizado:

Carro () Moto () Moto taxi () Ônibus () à pé () outros ()

4. Situação empregatícia do entrevistado

Autônomo () Registrado () Desempregado () Aposentado () Outro ()

5. Ocupação do entrevistado?
6. Você tem dificuldade para arrumar emprego? Por que?
7. Renda mensal da família?
8. Qual atividade exercia antes e depois de mudar para o assentamento?
9. Tipo de alimentação que consome?
10. Onde faz as compras de mês (alimentação, roupas, etc.). Como é feito o pagamento (a vista/ caderneta)? (compra por mês/ por semana)
11. Recebe ou compra cesta básica?
12. Possui plantação e/ou criação no lote para complementar a alimentação?

Trajetória de vida do entrevistado:

13. Há quanto tempo reside neste bairro?
14. Procedência do entrevistado:
Cidade e/ou Estado:

Zona rural () Zona urbana ()
15. Motivos que levaram o entrevistado a vir para Londrina – motivos da migração
16. Qual motivo levou a procurar o assentamento?
17. Por que está morando neste local?

Dados sobre o bairro:

18. Qual sua opinião sobre o bairro em que mora? Gostaria de morar em outro bairro? Qual? Por que?
19. Quais os principais problemas que você enfrenta morando no Jardim Maracanã?
20. O que poderia ser feito para reduzir a violência no assentamento?
21. Os moradores costumam chamar a polícia com muita frequência? Por que?
22. Qual a atuação destas Igrejas no bairro?
23. Considera importante se o Assentamento tivesse Associação de Moradores? Por que?
24. Como é o relacionamento entre os moradores?
25. Sofre discriminação por ser morador do Assentamento? Onde? Que tipo e por que?
26. Como ficou sabendo da existência deste Assentamento?
27. Como é atuação dos Assistentes Sociais neste bairro? E como é a atuação dos órgãos públicos como a Cohab e a Prefeitura?
28. Vocês recebem algum tipo de ajuda? Qual? De quem? (entidades públicas e/ou privadas). Como é a atuação delas?

Dados sobre a habitação:

29. Condições de infra-estrutura:

Asfalto		Fossa	
Calçada		Luz (poste de iluminação)	
Muro		Outros	
Esgoto			

30. Dados sobre habitação:

- condições sanitárias:

() banheiro dentro da casa () fossa () não possui () outros

- tipo de chão da casa:

() terra batida () piso () assoalho () outros

- tipo de material de construção da casa:

() alvenaria () madeira () mista () outros

- tipo de telhado:

- tipo de portas e janelas:

31. O terreno é regularizado? Qual foi o processo de regularização?

32. Como conseguiu o lote (ou casa):

alugou () comprou () ocupou () outros ()

33. Qual a área do terreno e da casa?

34. Quantos cômodos possui a casa?

35. De que forma foi realizada a construção da casa? Teve alguma ajuda? De quem ?

36. Como é feita a coleta do lixo?

Dados sobre educação:

37. Grau de instrução do entrevistado:

Analfabeto () Semi analfabeto ()

1º grau completo () incompleto ()

2º grau completo () incompleto ()

38. O Assentamento não possui Escola, onde estudam as crianças e jovens?

39. Como são tratados quando vão à Escola de seus filhos?

40. E no caso das crianças menores cuja mãe necessita trabalhar, onde elas ficam? (se ficar em Creches - qual?)

41. Você é beneficiado pelo Programa Bolsa Escola?

42. Qual sua opinião sobre este Programa?

Dados sobre saúde:

43. O Assentamento não possui Unidade de Saúde. Quando necessitam de atendimento médico para onde se deslocam (Hospital Universitário, Hospital Evangélico, Santa Casa, outros)?

44. Como é o atendimento nestas localidades?

45. Com relação aos remédios que necessitam, recebe gratuitamente dos postos de saúde, ou compram? No caso de comprar, onde realizam esta compra, vocês possuem descontos?

Outros:

46. Tem alguma reivindicação a fazer?

47. O que costumam fazer para se divertir ? (ver TV, jogar futebol, ir a festas da igreja....)

48. Qual o programa de rádio que mais escuta? E qual o programa de Televisão que assiste?

ANEXO A₂

Roteiro de entrevista realizada com o Presidente da COHAB-LD

– Carlos Eduardo Afonseca e Silva –

Instituição: Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente - SP

Projeto de Mestrado: Migração interna e intra-urbana e o processo de exclusão social: o caso dos Assentamentos Urbanos de Londrina - PR

Mestranda: Júlia Luciana Pereira das Dores

Orientadora: Eda Maria Góes

Data da entrevista: Londrina, ___ de _____ de 2003

1. Quando foi criada a Cohab Londrina e quando ela começou a atender os Assentamentos Urbanos?
2. Qual o principal objetivo da Cohab em relação aos Assentamentos Urbanos?
3. Por que foi criada a denominação Assentamento Urbano ?
4. Por que alguns Assentamentos são classificados como áreas aptas à serem regularizadas? Quais são estas áreas?
5. Como é feita a regularização destas áreas?
6. Existe a classificação de ocupações irregulares em áreas particulares. Quais são estas áreas? E como fazem a regularização destas áreas?
7. Quais os critérios utilizado pela Cohab para a seguinte classificação: Assentamento Urbano, Favela urbanizada e ocupações irregulares?
8. Quais os principais motivos do rápido crescimento deste tipo de habitação na cidade de Londrina?
9. Existe algum projeto desenvolvido pela Cohab visando melhorar a qualidade de vida da população do Assentamento Urbano Jardim Maracanã? Qual? E quais os objetivos deste projeto? E quando pretende ser aplicado no Assentamento?

10. Quais as melhorias (infra-estrutura) que a Cohab fez e tem feito no Jardim Maracanã nos últimos anos?
11. Como é feita a regularização do terreno (procedimentos) onde se constituiu Assentamento Urbano Jardim Maracanã? Isto é válido para os demais?
12. Quais os critérios utilizados para a escolha dos locais onde serão construídos os Assentamentos Urbanos? E qual critério utilizado para o Assentamento Urbano Jardim Maracanã?
13. Como é feita a escolha das pessoas que irão morar no Assentamento Maracanã? Existe algum critério? A Cohab faz alguma exigência? Qual?
14. A Cohab considera o Assentamento Urbano Jardim Maracanã como retrato de exclusão social?
15. Qual a atuação da Cohab (enquanto órgão público) em relação a infra-estrutura do Assentamento Urbano Jardim Maracanã?
16. Quais as principais reivindicações dos moradores do Jardim Maracanã? E qual a reação e atitude da Cohab diante desta situação?
- 17 - Existem reivindicações por parte de moradores de outros locais em relação a este Assentamento Maracanã? Quais?

ANEXO A₃

Roteiro de entrevista realizada com o Jornalista Carlos Camargo

Instituição: Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente - SP

Projeto de Mestrado: Migração interna e intra-urbana e o processo de exclusão social: o caso dos Assentamentos Urbanos de Londrina - PR

Mestranda: Júlia Luciana Pereira das Dores

Orientadora: Eda Maria Góes

Data da entrevista: Londrina, ___ de _____ de 2003

1. Segundo pesquisa realizada no Jardim Maracanã, zona oeste de Londrina, verificou-se que a maioria dos entrevistados declarou assistir seu programa. Você poderia estar comentando sobre este bairro? O que representa a população deste bairro em relação à cidade de Londrina?
2. Quais foram as principais dificuldades que você enfrentou ao estar realizando uma reportagem neste local – Jardim Maracanã?
3. Você considera este bairro como retrato de exclusão social em Londrina? Por que?
4. A partir dos contatos feitos nos seus programas, é possível saber como os moradores do Jardim Maracanã são vistos na cidade de Londrina?
5. O medo da população do bairro diante da violência e do tráfico de drogas é bastante evidente. Você acha que esse medo procede?
6. A população deste bairro procura o seu programa com muita frequência? E quais as principais situações que aparecem?

ANEXO A₄

Roteiro de entrevista realizada com o Dono do Mercado Maracanã

Instituição: Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente - SP

Projeto de Mestrado: Migração interna e intra-urbana e o processo de exclusão social: o caso dos Assentamentos Urbanos de Londrina - PR

Mestranda: Júlia Luciana Pereira das Dores

Orientadora: Eda Maria Góes

Data da entrevista: Londrina, ___ de _____ de 2003

1. É morador do bairro, ou mora em outro local? Por que?
2. Há quanto tempo tem o estabelecimento no bairro?
3. Os empregados que trabalham no mercado são do bairro ou não? Caso não, de onde eles são?
4. Qual é o horário de atendimento do mercado?
5. Quais os principais fornecedores? E como é feita a entrega destas mercadorias? As empresas (mercados) entregam as mercadorias ou vocês tem que busca-las? Por que?
6. No caso dos fornecedores entregarem a mercadoria, qual é o horário de entrega? Por que?
7. Sofre discriminação por ter o estabelecimento comercial neste bairro? Algumas empresas ou fornecedores tiveram resistência em trazer as mercadorias para o mercado?
8. Quais as mercadorias mais vendidas à população do Jardim Maracanã?

9. Como é feito o pagamento?

() dinheiro () cartão (tipo de cartão) () fiado () caderneta () outros

10. O mercado já foi assaltado? Quantas vezes? Sabe informar se os assaltantes eram do bairro

(Maracanã), ou de outros locais?

11. Com relação à entrega a domicilio das mercadorias, quais os bairros que atende?

12. Qual a sua opinião em relação ao Jardim Maracanã?

13. Considera este bairro como retrato de exclusão social?

ANEXO A₅**Roteiro de entrevista – Representações Sociais**

1. Você já ouviu falar no Jardim Maracanã?

2. Você conhece o Jardim Maracanã?

3. O que você acha (sua opinião) desse bairro? E dos moradores desse bairro?

4. De onde você tirou essas informações:
 rádio TV jornal conversas outros

5. Em que bairro você mora?

ANEXO B

Levantamento jornalístico sobre noticiário referente
à violência nos Aglomerados Subnormais em Londrina
e no Jardim Maracanã

Fontes: Folha de Londrina e Jornal de Londrina - 2003

ANEXO B₁ -
FOLHA DE LONDRINA - 2003

Identificação do Jornal	Noticias	
<p>Fundação: 13 de novembro de 1948 Fundador-Presidente: João Milanez Diretor Comercial: A. Carlos Macarini Chefe de Redação: Walter Ogama</p>	<p style="text-align: center;">Jardim Maracanã</p> <p>23/01/2003 – Mulher é assassinada em casa com 12 tiros – Vítima foi executada na frente do marido e de dois filhos; 25/01/2003 – Mulheres também foram vitimas de 'acerto de contas' 08/04/2003 – Mulher é mantida refém na própria casa – Dona de casa registrou queixa e teve barraco, no Jardim Maracanã, incendiado: lei do silêncio impera no assentamento 09/04/2003 – Medo expulsa moradores do Maracanã – Pedidos de transferência de alunos são tantos que escola já fechou quatro turmas; preocupação é com a violência 24/04/2003 – Continua tensão no João Turquino – Continua a rotina de tensão vivida pelas comunidades do Jardim Maracanã e Conjunto João Turquino 18/08/2003 – Violência – domingo registra dois homicídios 03/09/2003 – Bairros querem apagar fama de violentos – Revitalização dos jardins João Turquino e Maracanã aumenta auto-estima dos moradores 13/09/2003 – A arte que brota no Jardim Maracanã – em uma das áreas mais violentas de Londrina, Ricardo Silva criou um pequeno paraíso trabalhando com bonsais 29/09/2003 – Violência: cidade registra mais três homicídios</p>	<p style="text-align: center;">Aglomerados Subnormais (Geral)</p> <p>02/01/2003 – Londrina encerra o ano com 161 homicídios 07/01/2003 – Adolescente de 15 anos é executado a tiros em Londrina 08/01/2003 – Cidade tem quatro assassinatos em uma semana 12/01/2003 – Jovens afundam no tráfico de drogas 13/01/2003 – Arma chega junto com drogas 15/01/2003 – Cidade já acumula dez homicídios em 2003 - Mais um jovem foi executado a tiros; número de assassinatos em 14 dias é quase igual ao de janeiro do ano passado 20/01/2003 – 3 baleados e mais 3 esfaqueados em Londrina – briga entre gangues 25/01/2003 – A morte ronda Londrina; dobras número de homicídios em Londrina – grande parte das mortes é acerto de contas 15/02/2003 – Ameaças expulsam famílias do João Turquino 21/02/2003 – Assassinato no mês já é o dobro de 2002 – Londrina teve sete homicídios em fevereiro do ano passado. Agora, em 20 dias, somam 15 27/02/2003 – MP busca alternativas para afastar crianças do crime 12/04/2003 - Londrina registra mais dois homicídios 08/05/2003 – De mãos atadas – duas mulheres com vidas diferentes, mas com um mesmo sofrimento; a revolta contra a impunidade daqueles que mataram seus familiares 22/05/2003 – Rapaz é assassinado no Monte Cristo 28/05/2003 – Londrina chega ao 100º homicídio – Assassinato no Conjunto Novo Amparo desencadeou tiroteios e vandalismo. Cinco pessoas foram presas por participação no crime 29/05/2003 – Vandalismo volta assustar moradores – mais duas casas foram incendiadas ontem, no Novo Amparo; polícia acredita ser retaliação à morte de Rodrigo Silva 30/05/2003 – Polícia mantém vigilância no Novo Amparo 05/06/2003 – Acusados de homicídios na zona norte são detidos. Sob ameaça de morte, família abandona casa. 10/06/2003 – Presos suspeitos da morte de adolescente 19/06/2003 – Duas pessoas são mortas em uma hora 26/06/2003 – Homem é morto com três tiros 06/07/2003 – Homicídios neste ano se igualam a 2001 08/07/2003 – Rapaz é executado com cinco tiros – Lucimar da Silva, 26 anos, pode ter sido mais uma vítima do conflito entre gangues da zona oeste de Londrina</p>

Continuação

		<p>09/07/2003 – Preso suspeito de cometer crimes na zona oeste. Assassinato de feirante intriga a polícia</p> <p>22/07/2003 – Duas pessoas são baleadas em Londrina</p> <p>23/07/2003 – Jovem é assassinado com quatro tiros – Fábio da Silva Lima, 18 anos, foi morto à queima-roupa na favela Rosa Branca no início da manhã de ontem</p> <p>24/07/2003 – Família de SP pede informação e leva tiros – Grupo procurava parente no Jardim Leste-Oeste e foi confundido com 'rivais' de outro bairro; quatro ficaram feridos</p> <p>05/08/2003 – Execução de adolescente revolta moradores – Everton Marcondes foi morto a tiros no Jardim Nossa Senhora da Paz</p> <p>07/08/2003 – Jovens são alvo da violência – Homicídio é a maior causa da morte entre adolescentes. Grupo estuda maneiras de reverter o quadro</p> <p>15/08/2003 – Assistente Social é morta a tiros – Vanessa Antunes foi baleada em frente a uma escola do Jardim Leonor; uma hora depois, no mesmo bairro, pintor é assassinado</p> <p>16/08/2003 – Menor confessa que matou assistente social</p> <p>26/08/2003 – Tiroteio entre gangues faz duas vítimas</p> <p>27/08/2003 – Morre operário ferido em tiroteio – Damião dos Santos Ramos foi atingido por uma bala perdida enquanto trabalhava na empresa Bratac</p> <p>30/08/2003 – Megaoperação policial ocupa bairros da zona oeste – Cento e trinta policiais cumpriram mandato coletivo, ontem cedo, nos jardins Leste-Oeste, Nossa Senhora da Paz e na Favela Pantanal</p> <p>02/09/2003 – limpeza é estratégia para conter a violência – Sob a proteção da polícia, CMTU retirou o mato de um terreno na zona oeste, usado como rota de fuga e esconderijo de atiradores</p> <p>04/09/2003 – Garoto baleado presta depoimento</p> <p>05/09/2003 – Polícia faz outro 'arrastão' na zona oeste – Mais de 100 policiais voltaram ontem para os jardins Nossa Senhora da Paz e Leste-Oeste; preso suspeito de ser principal traficante da região</p> <p>11/09/2003 – Violência leva autoridade à Bratac - Policiais e políticos se reuniram na empresa para discutir a insegurança na região oeste. Horas antes, local foi alvo de tentativas de assalto</p> <p>12/09/2003 – Operação em favela apreende um revólver</p> <p>23/09/2003 – Polícia faz arrastão e prende uma pessoa – Delegado diz que saldo positivo da operação, realizada nas zonas norte e leste, foi à aproximação com a comunidade</p>
--	--	--

Continuação

		Aglomerados Subnormais (Geral)
		<p>24/09/2003 – Jovem não entrega tênis e é baleado</p> <p>18/10/2003 – Briga de gangue provoca expulsão de sete famílias – Problema aconteceu no Jardim Leste-Oeste, depois da prisão de jovem suspeito de homicídios</p> <p>24/10/2003 – Ameaçada por gangue, família abandona a cidade – Depois de 33 anos no Jardim Leste-Oeste, homem de 65 anos e mais 22 parentes precisaram de escolta policial para fugir</p> <p>06/11/2003 – Sob o regime do medo – Acuadas por marginais, famílias inteiras são obrigadas a abandonar suas casas e se mudarem para não morrer; Rotina do medo começa a mudar no João Turquino</p> <p>07/11/2003 - Assustados, moradores pedem mais segurança – Reunião ontem, na Câmara, debateu a violência na área central de Londrina. Policiais dizem que vão intensificar o trabalho</p> <p>21/11/2003 – Rapaz é morto no quintal da casa</p> <p>27/11/2003 – Crianças estão vivendo sob estresse – Infância marcada pelo medo</p> <p>29/11/2003 – Mais uma morte. Mas número de homicídios cai</p> <p>04/12/2003 – Mapa do Crime – Londrina tem duas áreas de alta criminalidade</p> <p>24/12/2003 – Acerto de contas provoca duplo homicídio</p>

ANEXO B₂
JORNAL DE LONDRINA – 2003

Identificação do Jornal	Noticias	
Fundação: agosto de 1989 Presidente: Edmundo Lemanski Diretor Geral: Wilson J. Gasino Diretor Financeiro: Eduardo S. Andrade	Jardim Maracanã	Aglomerados Subnormais (Geral)
	23/01/2001 – Violência sem fim: mulher é executada com 12 tiros durante banho no Maracanã 08/04/2003 - Jardim Maracanã - Gangue expulsa proprietária e queima casa 30/04/2003 – Bairros assustados – fronteira oeste vive em clima de guerra. Meninos com armas, briga entre quadrilhas e tráfico de drogas são rotina em bairros da zona oeste 18/08/2003 - Domingo registra dois homicídios	02/01/2003 – Ano de 2002 termina com 161 homicídios. Houve crescimento de 38,79 % no número de mortes violentas registradas pela polícia em relação ao ano anterior; Os crimes aconteceram na zona oeste que, neste ano, ficou notabilizada como a região mais violenta da cidade, com 50 homicídios 06/01/2003 - Primeiro assassinato foi crime passionai - Jeferson Vieira, 36 anos, foi morto com um tiro no tórax, em sua residência, no Jardim Franciscato 08/01/2003 – Briga por mulher gera 1º homicídio – Jardim Franciscato – zona sul; Mais dois jovens são executados a tiros - São quatro mortes em sete dias; os dois rapazes eram usuários de drogas e já tinham passagem pela polícia 13/01/2003 - Londrina registra o 8º homicídio 15/01/2003 – Mais violência: Rapaz é morto na frente de casa na Vila Ricardo, zona leste 16/01/2003 – Violência: rapaz morre em assalto na Vila Nova (centro) 17/01/2003 – Dupla faz tiroteio em mercado no São Jorge 21/01/2003 – Menor é morto por PMs após perseguição na Favela da Vila Marisia; Músico é executado com 8 tiros na zona oeste (Jardim Leonor) – Crime motivado por vingança, segundo a polícia 24/01/2003 – Cidade tem janeiro mais violento 30/01/2003 - Líder comunitário é morto na Vila Marizia - Polícia está trabalhando com duas hipóteses para o assassinato: queima de arquivo ou uma vingança 10/02/2003 - Londrina registra três mortes em 12 horas - Homicídios deste final de semana elevaram para 26 o número de assassinatos registrados neste ano 17/02/2003 - 13 TIROS - Vingança seria causa de execução de jovem 26/02/2003 - Patrulha no João Turquino - Adolescente morre antes da polícia chegar 27/02/2003 - 40º HOMICÍDIO - Rapaz é executado em favela da Zona Oeste 20/03/2003 - Crueldade marca o 54º homicídio do ano

Continuação

		Aglomerados Subnormais (Geral)
		<p>22/03/2003 - Garoto de 12 anos é executado na Zona Sul - O menino, que tinha várias passagens pela polícia, estaria envolvido com drogas e teria recebido ameaças</p> <p>27/04/2003 - Zona oeste enfrenta violência</p> <p>05/06/2003 - Novo Amparo: rapaz é morto por vingança em emboscada</p> <p>02/06/2003 - Execuções elevam a 111 total de homicídios</p> <p>14/07/2003 - Final de semana tem quatro mortes violentas</p> <p>05/08/2003 - Garoto de 14 anos morre em emboscada - Everton Marcondes teria sido "escolhido" para morrer por integrantes de uma gangue</p> <p>16/09/2003 - Adolescente é baleada na Zona Oeste</p> <p>22/09/2003 - Vingança provoca mais dois homicídios</p> <p>29/09/2003 - Violência: cidade registra mais três homicídios</p> <p>13/10/2003 - Rapaz é morto a tiros na zona norte</p> <p>26/10/2003 - Homicídios, tráfico e apreensão de armas</p> <p>29/10/2003 - Adolescente é morto a tiros</p> <p>03/11/2003 - Violência: polícia registra dois homicídios na cidade</p> <p>07/11/2003 - Agressão e medo: Vila Marizia pede mais segurança à Polícia</p> <p>21/11/2003 - Rapaz é morto ao sair de casa</p> <p>01/12/2003 - Violência: Londrina já registra 20 homicídios a mais - Enquanto em 2002 foram registradas 161 mortes violentas, este ano 181 pessoas foram assassinadas</p> <p>03/12/2003 - homicídios: maior parte das vítimas tem entre 15 e 25 anos</p> <p>Investigação: pintor confessa morte de rapaz</p> <p>11/12/2003 - Em uma noite, cidade tem 2 homicídios</p> <p>17/12/2003 - Carpinteiro é morto defendendo o filho</p> <p>18/12/2003 - Rapaz confessa ter matado carpinteiro</p> <p>24/12/2003 - Cidade registra mais três homicídios - Três homicídios ocorridos na última segunda-feira elevaram para 190 o número desses crimes em Londrina no ano de 2003</p>

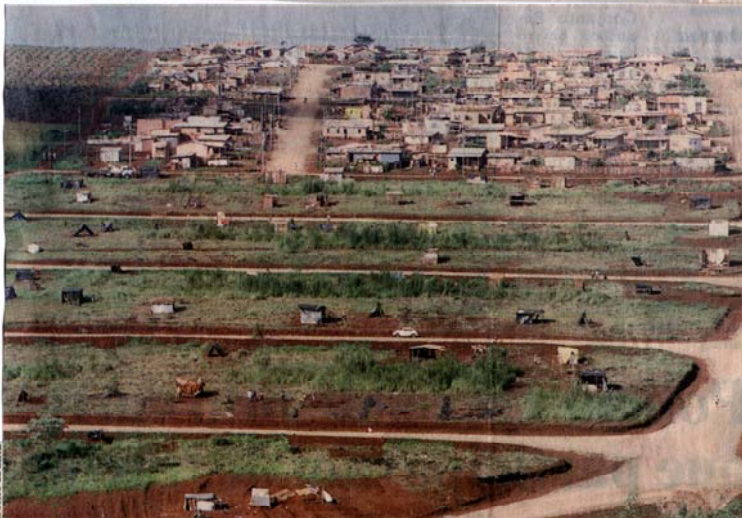
ANEXO B₃

Reportagens de jornais referentes ao Jardim Maracanã

Folha de Londrina e Jornal de Londrina - 2003

Invasores terão que deixar terreno hoje

Cohab de Londrina concedeu prazo até as 11 horas para que as 90 famílias desocupem área na zona oeste da cidade



Dois de Silva

INFRA-ESTRUTURA

O terreno invadido no Jardim Maracanã já estava quase pronto para receber 44 famílias de vários bairros

Ana Paula Nascimento
De Londrina

As 90 famílias que invadiram, na madrugada de sábado, um terreno do Jardim Maracanã (zona oeste de Londrina) têm prazo até as 11 horas de hoje para desocupar o local. "Se não saírem, teremos que tomar as medidas judiciais cabíveis", avisou o presidente da Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld), Carlos Eduardo Afonseca e Silva.

Grande parte das famílias que invadiu a área são da parte baixa do Conjunto João Turquino (também na zona oeste). Segundo moradores do bairro, dois boatos motivaram a invasão do terreno: o de que o local seria ocupado por moradores do Assentamento José Belinati e o de que a Cohab desalojaria os moradores da parte baixa do João Turquino, que há muito reivindicam pavimentação das ruas, para evitar os problemas enfrentados principalmente nos dias chuvosos.

O terreno ocupado no sábado estava sendo preparado pela Cohab para receber 44 famílias de várias partes da cidade, inclusive do Assentamento José Belinati, que já estavam cadastradas na companhia. As únicas melhorias realizadas até agora foram o assentamento das quadras e o cascalhamento das ruas. Ainda faltam saneamento básico e instalação elétrica.

Ontem à tarde, funcionários da Cohab percorreram o João

Turquino cadastrando moradores que realmente vivem em condições precárias na parte baixa do bairro e que desejariam ser transferidos para o Maracanã. A direção da companhia advertiu que somente seriam cadastradas as pessoas que tivessem deixado a área invadida.

Uma das líderes da invasão, Nivanilde da Silva, aceitou a condição imposta pela Cohab e disse que voltaria para sua casa, no João Turquino, para esperar pelo cadastramento. "Mas vou voltar para o terreno", avisou.

Recentemente, os moradores do João Turquino bloquearam a passagem

de um caminhão da Vega Ambiental e um ônibus como forma de protesto. Após este último protesto, o secretário

municipal de Obras, Luis Carlos Bracarense, determinou o moedamento das ruas, que começou ontem e que vai facilitar a circulação dos ônibus na região.

O presidente da Associação de Moradores do João Turquino, Rubismar Iani, não apoiou as últimas manifestações: "Acho que as pessoas foram precipitadas, pois já estávamos negociando com a Cohab a questão do asfalto." Ele também se posicionou contra a invasão no Maracanã. "Tem gente que tem casa boa no João Turquino e está no terreno invadido, só espero que eles não comercializem os lotes daqui, se conseguirem lá", disse Rubismar.

Moradores do João Turquino estão sendo cadastrados pela Cohab

Mulher é executada com 12 tiros durante o banho

MÁRCIO LEJOTO

Três homens encapuzados e armados entraram pela janela no barraco de Maria Rosária Rocha, 39 anos, e a executaram com 12 tiros, enquanto ela tomava banho. O crime – que aconteceu na noite de terça-feira no Jardim Maracanã (Zona Oeste) – foi presenciado pelo marido, Ezequiel Moreira da Cunha, 35 anos, e pelos dois filhos dele, um de 9 anos e outro de 7 anos.

O marido contou que estava deitado com os filhos quando os criminosos entraram. Maria estava no banheiro. “Eles quebraram a janela da cozinha, pularam e foram direto para o banheiro. Lá já foram atirando e fugiram”, contou. Antes de ati-

rar, segundo a polícia, os três gritaram ofensas à mulher, dizendo que ela iria morrer.

Maria não teve tempo de reagir. Os tiros atingiram praticamente todo seu corpo. Ainda dentro do barraco, os bandidos disseram que não iriam matar o resto da família e fugiram. A Polícia Militar foi chamada, mas não encontrou nenhum suspeito.

O crime abalou a família e os amigos de Maria, que não sabem porque ela foi executada. “Ela não tinha problema com ninguém, não fazia nada errado, só cuidava dos filhos”, disse o marido. Sobre a possibilidade de ela ter denunciado algum criminoso do bairro, um cunhado da ví-

tima disse: “Se ela sabia de alguma coisa, guardou para ela, para não envolver a família.” O Jardim Maracanã é um dos bairros mais violentos da Cidade.

Maria vivia junto com Ezequiel – seu terceiro marido – há seis anos e tinha um filho de dois anos de idade com ele. As duas crianças que estavam no barraco na hora do crime são filhas de Maria do primeiro casamento. Ela estava desempregada, assim como seu marido.

Até o fechamento desta edição, a polícia não tinha nenhuma pista dos autores nem do motivo do crime, que elevou para 15 o número de homicídios neste ano.

CASA DE CUSTÓDIA

Mulher é mantida refém na própria casa

Dona de casa registrou queixa e teve barraco incendiado

Luciano Augusto
Reportagem Local

A única lei que vigora no Jardim Maracanã, um assentamento da zona oeste de Londrina, é a lei do silêncio. Os moradores, que já sofrem com os problemas de falta de infraestrutura do bairro, são obrigados a acatar os desmandos dos marginais e se calarem se não quiserem se indispor com os verdadeiros donos do lugar.

A última vítima foi uma mulher de 49 anos. M.G. declarou à polícia que teria sido mantida refém dentro da própria casa por cerca de uma semana. Depois de ser expulsa de casa na noite do último domingo, ela deu queixa da agressão e, por isso, o barraco onde morava foi incendiado na tarde de ontem. A casa, localizada na Rua 13, foi completamente destruída. Móveis, utensílios domésticos, roupas... tudo foi destruído pelo fogo. Um fusca estacionado ao lado da casa também foi atingido pelas chamas.

Na vizinhança "ninguém viu nada". Até o homem que se disse proprietário do veículo destruído não tinha nada a dizer. M.G. teria sido obrigada a fugir às pressas do bairro ontem pela manhã, levando apenas algumas roupas. Seu paradeiro era desconhecido até o final da tarde.

Policiais militares chegaram ao local no início da madrugada de segunda-feira e prenderam três menores e prenderam Luciano Bispo Pereira, 19 anos, todos suspeitos de ameaçar e expulsar a mu-

lher e outras famílias do Jardim Maracanã. Além de objetos roubados, foram encontrados com eles dois revólveres - um calibre 38 e outro calibre 22 - e um facão.

Eles teriam invadido a residência da dona de casa há pelo menos uma semana e foram abordados no momento em que estavam roubando um aparelho de som e um botijão de gás. Além de Pereira, que estava com a arma de fogo, foram apreendidos R.F.L., 16, H.D.S.A. e B.M.B., ambos de 15 anos (este último estava com o facão). Os soldados chegaram depois que a mulher conseguiu escapar do grupo.

A dona de casa disse ao delegado de plantão, Fátimo Siqueira, que os marginais a obrigaram a cozinhar, lavar e passar para eles durante uma semana. O grupo também teria usado o local para consumir drogas. A mulher decidiu denunciar o caso depois que um dos suspeitos disparou um tiro próximo à cabeça dela.

A denúncia feita pela dona de casa confere com as informações de que um grupo originário do Jardim Campos Verdes, na divisa entre Londrina e Cambé, estaria forçando moradores a abandonar suas casas. O delegado do 3º Distrito Policial, Marcelo Sakuma, está investigando três situações deste tipo nos bairros da região. Um dos grupos seria comandado por um homem conhecido como "Ema". Ele apontou que os suspeitos detidos deverão responder, inicialmente, por roubo e porte ilegal de arma. (Colaborou Emerson Dias)



Barraco incendiado, no Jardim Maracanã: lei do silêncio impera no bairro carente da zona oeste

Detidos negam ameaças

Todos os detidos negaram qualquer ameaça às famílias do Jardim Maracanã. Luciano Bispo Pereira, 19 anos, declarou à polícia que morava no Jardim Novo Bandeirantes

(bairro de Cambé localizado no divisa com Londrina) e que estaria "visitando parentes".

Os três menores também declararam ser de bairros vizinhos (conjuntos João Turqui-

no e Avelino Vieira) e estariam "passando pelo local". Um deles, R.F.L., de 16 anos, afirmou à polícia que "ouve dizer que quem fazia isso no bairro era um tal de Ema".

Pereira foi levado para a carceragem do 2º Distrito Policial. Os menores foram encaminhados ao Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator (Ciaadi).

Medo expulsa moradores do Maracanã

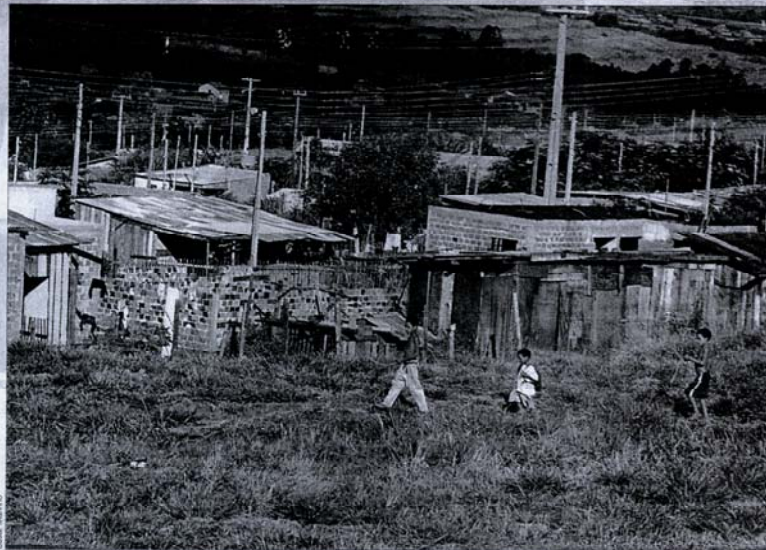
Pedidos de transferência de alunos são tantos que escola já fechou quatro turmas; preocupação é com a violência

Luciano Augusto
Reportagem Local

Do ponto mais alto do Jardim Maracanã (região oeste de Londrina) é possível avistar os condomínios fechados de alto padrão da zona sul a cerca de três quilômetros de distância. Olhando de perto, as realidades são bem diferentes. No bairro, que não passa de um assentamento, a população não tem muros altos nem cerca elétrica. E o perigo, muitas vezes, mora no barraco vizinho.

Assustada, a população se cala quando o assunto é a criminalidade, principalmente depois de mais um começo de semana crítico. Na segunda-feira, uma moradora teve queimado o barraco onde morava. O incêndio aconteceu depois que ela denunciou à polícia que estava sendo mantida refém na própria casa por um grupo de marginais. Também na segunda-feira à noite, um homem foi assassinado na avenida que divide o Maracanã com o João Turquino. A Folha percorreu o bairro na tarde de ontem na tentativa de ouvir os moradores. A primeira resposta é sempre uma pergunta: "é reportagem sobre violência?". Já quando o assunto são os outros tantos problemas do bairro as pessoas não temem em apontá-los, principalmente porque estão bastante evidentes.

A professora Luzia Catarino, diretora da Escola Municipal Noêmia Malango, está presente na comunidade há mais de sete anos. Ela preferiu não falar diretamente sobre a criminalidade do bairro, mas lembra que 16 vítimas de homicídios já tinham passado pela



No Jardim Maracanã é preciso enfrentar também a falta de infra-estrutura

escola. "Isso dá uma sensação de impotência", admite. Muitos moradores, segundo Luzia, preferem se mudar do bairro do que conviver com as constantes ameaças. Com isso, quatro turmas foram fechadas no ano passado por causa da transferência de alunos.

Sobre os outros problemas do Jardim Maracanã, a diretora diz

que a falta de asfalto é um dos grandes vilões, principalmente por causa dos problemas respiratórios que provoca. A ausência de pavimentação nas ruas também é a reclamação do comerciante Wilson Marques da Silva. "Nós já desanimamos tanto que só a máquina (trator que tapa os buracos) é um prêmio para nós."

Para amenizar a falta de equipamentos de lazer, a quadra poliesportiva da escola é liberada nos finais de semana.

Por seu lado, o delegado-chefe da Polícia Civil, Jurandir Gonçalves André, garante que será implacável com os grupos que estão amedrontando a comunidade. Ele diz que a segurança no bairro terá

prioridade. Ele orientou seus delegados e policiais a dialogarem mais com a comunidade. O promotor de defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, Paulo Tavares, destaca que a atuação do Ministério Público será no sentido de exigir que o município invista e que as polícias intensifiquem suas ações no bairro.

Bairros terão melhorias, garante prefeitura

Os problemas citados pelos moradores dos jardins Maracanã e João Turquino, serão coisa do passado, garantiu ontem a assessoria do prefeito Nelson Micheletti (PT). Através do projeto "Habitat Brasil", do Banco Mundial, 1.200 famílias dessas localidades deverão ser beneficiadas ainda este ano com investimentos da ordem de R\$ 6,3 milhões.

O dinheiro será usado na construção de 287 casas populares, 133 ligações domiciliares de água, 795 de esgoto e outras 133 de energia elétrica. Serão construídos centro comunitário, quadra poliesportiva, centro para atividades econômicas, e uma unidade básica de saúde. Famílias residentes em fundos de vale serão removidas para outras áreas.

Parte dos recursos será destinada para a pavimentação das ruas e construção de galerias pluviais. A Associação dos Municípios do Norte do Paraná (Amunor) também está finalizando um projeto para asfaltamento nos dois jardins. As ações sociais ganharão mais atividades, com um trabalho integrado entre as diversas secretarias. A "Rede da Cidadania", com aulas de capoeira, e o projeto "Um canto em cada canto", com o coral, já estão presentes nas comunidades.

INVASÃO

198

Cohab tira famílias do Cafezal

LORIANE COMELI

Vinte famílias que invadiram há uma semana uma área de preservação permanente no Conjunto Cafezal (Zona Sul) foram transferidas ontem pela Companhia de Habitação (Cohab) de Londrina para um terreno de 175 metros quadrados no Jardim Maracanã (Zona Oeste). A invasão é uma de pelo menos sete em Londrina, que somam mais de 400 famílias (veja quadro nesta página).

Os pertences das famílias foram facilmente transportados em um caminhão e a operação, que transcorreu de forma tranquila, não demorou mais do que duas horas. Por volta das 16 horas, os novos moradores do Maracanã começaram a construir uma casa coletiva, com madeira e lona para passar a noite. As crianças ficaram nas casas de parentes, no Jardim Cafezal. "Só vou trazer meus filhos quando tiver onde colocá-los", disse Rosemaria de Souza, 30 anos, que tem 6 filhos e está sem emprego.

Apenas três pessoas das 20 famílias estão empregadas. Quase todos eles moravam no Jardim Cafezal, em casas alugadas. Sem dinheiro, foram sendo despejados e resolveram in-



Sem-teto desmontam barracos no Conjunto Cafezal: transferência para o Jardim Maracanã foi rápida

validar uma área no próprio bairro. "Fiquei 5 meses sem pagar o aluguel, fui despejada, e resolvemos erguer casas de lona lá mesmo", contou Marinalva de Jesus Damaceno, 33 anos, mãe de 5 filhos.

Ontem, os moradores não

sabiam o que comeriam e, por isso, o setor de assistência social da Cohab providenciaria uma cesta básica. "Não temos dinheiro algum. Eu mesma, preciso ir ao médico, mas não tenho nem passes", disse Eliane Marques dos Santos, 26 anos,

que tem dois filhos e está com problemas renais.

O assessor de Regularização Fundiária da Cohab, Heleno Rabello, disse que a companhia agiu rápido para evitar que as famílias se firmassem na área de preservação. Em princípio, os moradores mostraram resistência em sair da região onde viviam há mais de 10 anos. "Mas lá não teriam energia elétrica, nem água e estariam irregulares", comentou, acrescentando que o terreno para onde foram transferidos pertence à Cohab. "Podem ficar aqui definitivamente. Faremos um programa para que paguem pequenas parcelas pelo terreno".

Um pouco contrariados, os moradores disseram esperar que as parcelas sejam realmente pequenas, e reclamaram da localização da área - distante de seus parentes - e da violência que predomina em alguns bairros da região Oeste, como o próprio Maracanã e o João Turquino.

"Temos casa, mas será que teremos segurança", desabafou um dos homens. "Os jornais e a televisão dizem que muitas famílias são expulsas daqui pelos traficantes. Tenho medo de não conseguir criar meus filhos aqui", disse uma mulher.

Heleno Rabello disse que em breve o Maracanã e outros bairros serão atendidos com melhorias do Programa Habitar Brasil, avaliado em R\$ 6 milhões. Devem ser construídos centro comunitário, posto de saúde, quadras esportivas e alguns ruas deverão ser asfaltadas, o que pode contribuir para melhorar a segurança do bairro.

INVASÕES EM LONDRINA

Local	Famílias	Tipo da área	Situação
Novo Amparo 2 Zona Norte	64	Cohab	Em regularização
Jardim Primavera Zona Norte	70	Fundo de vale de loteamento particular	Irregular
Conjunto José Belinati (ZN)	60	Fundo de vale	Irregular
Fundos do Jardim Primavera (ZN)	80	Fundo de vale	Irregular
Jardim Marieta Zona Norte	45	Fundo de vale	Reintegração de posse contestada na Justiça
Espera Feliz Prox. Jd. Cristal Zona Sul	50	Fundo de vale	Irregular
Jd. Perobal Zona Sul	50	Fundo de vale	Irregular

Fonte: Assessoria de Regularização Fundiária (Cohab)

JORNAL DE LONDRINA - QUINTA-FEIRA - 05/06/2003

Famílias são transferidas para o Maracanã

Grupo de moradores que havia invadido fundo de vale no Conjunto Cafezal (zona sul) concordou em ir para área da Cohab

Fernando Rocha Faro
Reportagem Local

Vinte famílias foram transferidas ontem à tarde de uma área de fundo de vale no Conjunto Cafezal (zona sul) para o Jardim Maracanã (zona oeste), onde foram assentadas em terrenos oferecidos pela Companhia de Habitação (Cohab). A transferência foi pacífica e teve o acompanhamento de uma viatura da Polícia Militar. No Maracanã, eles terão uma fonte de água disponível em terreno próximo e poderão entrar em contato posterior com a Copel e Sanepar para regularizar as ligações. As famílias haviam invadido o fundo de vale há uma semana.

Segundo a desempregada Rosemara de Souza, 30 anos, a Cohab teria se comprometido a fornecer lona e madeira para a construção das moradias. Helano Sotano Rabelo, da assessoria de regularização fundiária da companhia, disse a lona foi entregue, assim como o transporte foi feito por caminhão da companhia.

Ele afirmou também que a Cohab não teria como conseguir madeira rapidamente para as construções.

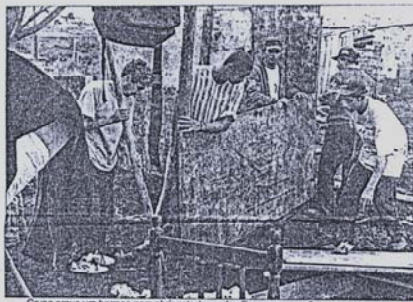
Até o final da tarde, o grupo erguia um barraco para abrigar a todos durante a noite para depois ocupar os lotes. No local, eles podem ficar tranquilos, porque ninguém tira deles. Eles poderão regularizar a situação para ficar com os lotes, pagando taxas mensais que variam entre R\$ 25 e R\$ 30, garantiu Rabelo.

O assessor da Cohab revelou também que "uma ou duas" cestas básicas seriam fornecidas ainda ontem. Ele disse que deveria tentar entregar uma cesta para cada família hoje.

A maioria dos integrantes do grupo está desempregada. Apenas três estavam "fazendo bico" na tarde de ontem. O também desempregado Adilson Lemes Cunha, 28, participou do mutirão. "Além meu pai, que tem casa, veio para ajudar a gente a erguer o



Cohab forneceu um caminhão para os moradores levarem seus pertences



Grupo ergue um barraco para abrigar todas as famílias; preocupação com a segurança

barraco", afirmou.

Os filhos de Rosemara, inclusive um menino de um ano e cinco meses, deveriam passar a noite de ontem na casa de

um amigo no Cafezal. Outro problema é a falta de banheiro. O grupo reclamava também da falta de segurança do local. "É bom ter um cantinho, ter a nos-

sa moradia. Mas não adianta se não tiver paz no local", disse. Para Rabelo, a questão da criminalidade "foi da nossa (da Cohab) competência".

Famílias invadem casas na Zona Sul

Foto: Paulo Wolfen

Silvana Leão
Reportagem Local

Das 241 casas construídas pela Companhia de Habitação de Londrina (Cohab/Ld) no Conjunto Jamile Dequech (Zona Sul), pelo menos quatro estão ocupadas irregularmente por famílias que afirmam não ter outra opção de moradia. Com isso, duas famílias contempladas ainda não puderam assinar o contrato e receber as chaves do imóvel. A Cohab, que ainda tem mais 23 unidades sendo construídas no local, admite a dificuldade de controlar as invasões e o comércio dos imóveis por parte dos proprietários.

A primeira a ocupar irregularmente uma casa do programa foi a diarista Cleusa Macegoza da Rocha, 38 anos. Até quatro meses atrás, ela morava com a filha e o neto no Jardim Franciscato e pagava R\$ 120,00 de aluguel. Atualmente, diz não ter mais condições de arcar com esta despesa. "Minha filha se mudou e eu tive que ficar com meu neto de 10 meses. Agora não posso mais nem trabalhar, e o salário mínimo que ela manda mal dá para as despesas com o bebê."

Cleusa afirma que já foram feitas várias tentativas de negociação por parte da Cohab, mas que as ofertas feitas não a convenceram. "Me ofereceram um terreno no Jardim Maracaná, só que eu não quero, é um lugar muito perigoso. Sei que quem comprou a casa precisa

dela, mas eu só estou aqui por pura necessidade", argumenta. Segundo a diarista, 33 casas estão vazias. "Tem casa que o dono nunca apareceu, outras estão sendo vendidas."

Na casa ao lado da ocupada por Cleusa está Márcio Giroto, 26 anos, com a mulher e uma filha de 1 ano. Anteriormente a família já havia morado 45 dias em outra unidade e teve que sair a pedido da Cohab. "Estamos nesta casa há umas duas semanas, e se tiver que sair, vamos ocupar outra. Já viemos de um fundo de vale, onde a gente também não podia ficar. Não temos para onde ir", informa Giroto, que está desempregado e vem sustentando a família fazendo 'bicos'.

Cohab tem dificuldade em controlar o comércio

De acordo com o diretor administrativo e financeiro da Cohab, Augusto Dias Junior, a companhia não tem controle de quantos proprietários ainda não estão morando em suas casas. "Com exceção das duas casas que temos conhecimento da invasão, todas as outras já estão com contrato assinado e com as chaves em poder dos proprietários", esclarece Dias Junior. Segundo ele, a Companhia procura fazer um monitoramento para evitar que as famílias recebam o imóvel e não ocupem, ou então tentem passá-lo para frente. "Mas não temos como manter fiscais o tempo todo lá."

Além disso, o diretor explica que a retomada pela Cohab de uma das casas do programa é

De acordo com o diretor administrativo e financeiro da Cohab, Augusto Dias Junior, a companhia não



Das 241 casas do Jamile Dequech, pelo menos quatro foram invadidas

tem controle de quantos proprietários ainda não estão morando em suas casas. "Com exceção das duas casas que temos conhecimento da invasão, todas as outras já estão com contrato assinado e com as chaves em poder dos proprietários", esclarece Dias Junior. Segundo ele, a Companhia procura fazer um monitoramento para evitar que as famílias recebam o imóvel e não ocupem, ou então tentem passá-lo para frente. "Mas não temos como manter fiscais o tempo todo lá."

Além disso, o diretor explica que a retomada pela Cohab de uma das casas do programa é



Cleusa Macegoza da Rocha com o neto: "Só estou aqui por pura necessidade"

POLHA DE LONDRINA - 24/08/2004

Bairros querem apagar fama de violentos

Revitalização dos jardins João Turquino e Maracanã aumenta auto-estima dos moradores; processo de licitação será concluído amanhã

Luciano Augusto
Reportagem Local

Os seis mil moradores dos jardins João Turquino e Maracanã, na zona oeste de Londrina, só esperam uma coisa da prefeitura: que as obras de revitalização dos dois bairros saiam do papel o mais breve possível. Eles apostam que, com isso, a fama de região violenta será sepultada de uma vez por todas. A Companhia de Habitação do município (Cohab-Ld) garante que as duas localidades serão beneficiadas com melhorias que exigirão investimentos de mais de R\$ 4,7 milhões, recurso este conseguido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Asfalto e um atendimento público de saúde mais próximo de casa é quase tudo que a dona de casa Tatiane Martiniano de Melo, de 19 anos, precisa. Ela mora no João Turquino e seu filho Mateus, de apenas dois meses, não pode ficar exposto à poeira por causa de um problema que ele tem nas vias respiratórias. "Mas como evitar isso morando aqui?", lamenta. Outro problema provocado pela falta de asfalto que a mãe passou a sentir após dar à luz é que o carrinho do bebê não dá para ser usado. "É terrível porque o meu filho fica sacolejando e pode se machucar."

De frente para o terreno no Jardim Maracanã, onde será construído o posto de saúde 24 horas, o centro comunitário e o ginásio de esportes, mora há mais de três anos o agricultor desempregado José da Cruz Azevedo, 62 anos. Impedido de trabalhar por causa da hipertensão, ele recebeu a notícia com felicidade. Porém, calejado pelas habituais "promessas não cumpridas da política", ele disse que "se as obras saírem vai ser ótimo". Azevedo argumentou que mantém a desconfiança porque "político só vai atrás do pobre quando tem eleição".

Algumas ruas acima à do agricultor, mora o paisagista e florista Ricardo Sérgio da Silva, de 28 anos. Residindo no Maracanã há cinco anos, o rapaz,



Foto: Guita Mendes



Jardim Maracanã, que receberá boa parte das melhorias, orçadas em R\$ 4,7 milhões

Aparecido: "Estamos esperando isso como se fosse ouro caindo do céu"

que por força da profissão descobriu a importância da cultura e da arte para a vida, lançou uma idéia em tom de apelo: fazer do centro comunitário um espaço onde os moradores – crianças, jovens e adultos – possam se expressar por meio daquilo que cada um sabe fazer. "Isso é bom porque acalma as pessoas", explicou. E com as melhorias previstas, ele espera que seu viveiro de plantas também seja mais visitado, pois atualmente a procura é muito baixa. "Hoje a gente fica meio abandonado. Tentei montar um viveiro aqui mas é difícil do pessoal vir de fora para

comprar", lamentou.

O comerciante e uma liderança comunitária das duas comunidades, Aparecido Alves Júnior, 45 anos, comentou que a chegada das máquinas trarão de volta a cidadania e a auto-estima dos moradores. Ele preferiu não comentar sobre a criminalidade na região mas espera que com a revitalização os moradores passem a se interessar ainda mais pelo local onde moram, pois sabe que nem todos os problemas serão resolvidos de uma só vez. "Estamos esperando isso como se fosse ouro caindo do céu", comparou.



José da Cruz Azevedo: "Se as obras saírem vai ser ótimo"



Tatiane Melo diz que o bebê não pode ficar exposto à poeira

Obras devem começar em 30 dias

O presidente da Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld), Carlos Eduardo Afonseca e Silva, garantiu ontem que o processo de licitação está em estágio adiantado. Ele precisou que se não houver interposição de recurso, a empresa vencedora da licitação será conhecida amanhã, quando serão abertos os envelopes com as pro-

postas das quatro empresas habilitadas. E não havendo questionamentos contra a ganhadora, as obras começam em 30 dias.

Silva detalhou que a revitalização dos dois bairros representa um investimento de R\$ 4,7 milhões, que foram conseguidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A prefeitura dará uma contrapartida equivalente a R\$ 1,8 milhões, com a cessão de uma área pública no Jardim Maracanã onde serão construídas boa parte das melhorias.

Ele explicou que os recursos

foram garantidos após aprovação da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades, que priorizam a concessão do benefício para áreas problemáticas.

Pelo projeto, aprovado em dezembro do ano passado, estão previstas a construção de um posto de saúde 24 horas, centro comunitário, ginásio de esportes com quadra coberta, 287 casas populares que serão ocupadas por famílias retiradas dos fundos de vales, pavimentação de ruas onde circulam ônibus, perfuração de 795 fossas e sumidouros.

FOLHA DE LONDRINA - 03/09/2003

A arte que brota no Jardim Maracanã

Em uma das áreas mais violentas de Londrina, Ricardo Silva criou um pequeno paraíso trabalhando com bonsais

Luciano Augusto
Reportagem Local

A arte brota de vasinhos improvisados no Jardim Maracanã, um bairro pobre da zona oeste de Londrina. Em meio às dificuldades do lugar, o artista Ricardo Sérgio da Silva, 28 anos, ensina com suas plantas que o talento se forja com persistência, entrega e prazer. "Bonsai é como um quadro que você vai pintando durante toda a vida. É uma arte que vai se diferenciando a cada ano e que não tem fim, pois se transforma com o tempo", ensina. Como muitos artistas, ele ainda não consegue sobreviver do seu ofício e tem que se "virar" trabalhando na construção civil. Isso, entretanto, não o fez desistir. Sem demagogia, ele diz que não quer ser ajudado mas sim que as pessoas conheçam as suas obras. E avisa que não pretende abandonar aquilo que mais ama fazer só por falta de dinheiro.

O artista conta que sua fixação pelas plantas começou a germinar quando tinha pouco mais de 10 anos, ao assistir o filme "Karate Kid". Na película, o ator Pat Morita faz o papel de um mestre de artes marciais que se utiliza dos bonsais para fazer de seu pupilo um vencedor.

Em 1997, Silva conheceu um artista e teve a primeira oportunidade para finalmente entender melhor como aquelas árvores poderiam ser plantadas em pequenos vasos de forma artística. Depois disso, ele começou a trabalhar num viveiro de plantas em Ibitiporã e foi aprimorando seus conhecimentos por conta própria, através da aquisição de livros e revistas que tratavam do assunto.

"Me considero um artista desde que descobri o bonsai", revela. Silva diz que o que o atraiu para o ofício foi o desafio que existe na criação das plantas em miniatura. "O bonsai é uma árvore na bandeja e não simplesmente uma planta num

vasinho", avisa aos críticos. Mas seu talento também se expressa nos vasos que utiliza. Sem dinheiro para comprar suportes caros, ele improvisa plantando as árvores em recipientes como pratos, travessas, potes diversos e até pneus velhos.

Há cinco anos se mudou para o Maracanã com alguns familiares e há três conseguiu adquirir o terreno onde instalou seu próprio viveiro. A falta de recursos não o impediu de criar e manter mais de 150 bonsais no pequeno pedaço de terra. As mudas, Silva conseguiu garimpando pela vizinhança e pelas ruas. A variedade de espécies chama atenção. Lá, o artista cultiva figos, paineiras, legustres, azaléias, pessegueiros, primaveras.

Ele diz que quando está cuidando das suas plantas esquece da violência, da falta de incentivo, de tudo. "Quando estou no viveiro, eu esqueço da vida", fala. E os bonsais acabaram atingindo no rapaz a vontade de explorar outras formas de expressão. Quando sobra um tempo, ele se dedica a retratar com pincel as suas criações.

Seu sonho, ainda não realizado, é poder viver de sua arte. "Não há nada mais gostoso do que viver daquilo que a gente gosta." Com a experiência de quem já passou pela "terapia das plantas", ele ensina que o bonsai acalma, disciplina e apura a sensibilidade artística. Por isso, é uma boa opção de atividade para ser explorada com crianças.

Os interessados em contratar o artista para cursos ou conhecer suas obras vivas podem procurar seu "ateliê", que fica na rua 13 do Jardim Maracanã, na divisa com o Jardim Olímpico. Mas é bom destacar: até para receber visitas, ele respeita o ritmo da natureza. Os melhores horários para visita são até às 10 da manhã ou depois das 15 horas. "O sol forte judia muito das plantas"



Ricardo sonha em viver de sua arte: plantas miniaturas em vasos improvisados

A busca do equilíbrio perfeito

O significado literal de bonsai é "árvore em bandeja". Numa definição mais ampliada, o bonsai é uma árvore ou arbusto de dimensões reduzidas, plantado em vaso de pequena profundidade. Seu conjunto busca sempre o equilíbrio, que é alcançado com a união da arte, agrônômica e tempo.

De acordo com o site da Sociedade Brasileira de Bonsai (SBBonsai) (www.sbonsai.org.br), embora sua origem seja sempre associada ao Japão, a arte de cultivar bonsai parece ter surgido na China, "onde pode ter chegado como forma de cultivar árvores, naturalmente miniaturizadas, em recipientes de argila trazidos da Índia". De acordo com a fonte, não existe consenso nem provas documentais sobre o início do cultivo do bonsai.

Os profissionais da área trabalham com quatro tipos de classificação, segundo o porte da árvore: "mini ou "mame", arbustos com até 15 centímetros; pequeno, quando mede de 15 a 30 centímetros; médio, com altura entre 30 e 60 cm; e grande, com mais de 60 centímetros.

Os especialistas da SBBonsai orientam que ao começar um trabalho de criação "é preciso ter em mente que os melhores resultados são obtidos sempre que o estilo respeita a aptidão da planta que está sendo trabalhada". Assim, o bonsai mantida a naturalidade e o equilíbrio desejados.

ANEXO C

Quadros referentes à evolução dos Aglomerados Subnormais
de Londrina – Pr (situação 1972 a 2002)

Quadro 1: Aglomerados subnormais de Londrina - situação em 1972

	Favelas e núcleos	N.º de unidades	N.º de pessoas
1	Grilinho Caixa Econômica	208	1229
2	Vila Rica	163	865
3	Pito Aceso	61	331
4	Vila Esperança	55	301
5	Vila da Fraternidade	49	247
6	Vila Boa Vista	21	128
7	Marizia	13	66
8	Cantinho do Céu – Jd. Paulista	7	53
Total		577	3220

Fonte: IPPUL, 1996

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Quadro 2: Aglomerados subnormais de Londrina - situação em 1977

	Favelas e núcleos	N.º de unidades	N.º de pessoas
1	Nossa Senhora da Paz	705	3425
2	Vila Rica	329	1873
3	Amparo	208	1081
4	Marizia	175	1006
5	Jd. Marabá	88	607
6	Jd. OK/Nova Conquista	65	346
7	Parque das Indústrias	45	248
8	Antena da Rádio Paiquere	24	87
9	Jd. Santa Inês	19	96
10	Jd. Fortaleza	17	74
11	Jd. Igapó	11	69
12	Jd. Edy	8	19
Total		1694	8931

Fonte: IPPUL, 1996

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Quadro 3: Aglomerados subnormais de Londrina - situação em 1983

	Favelas e núcleos	N.º de unidades	N.º de pessoas
1	Vila Rica/Moinho de Trigo	234	1068
2	Franciscato	169	790
3	Jd. OK	142	619
4	Jd. Marabá	121	570
5	Marizia	117	443
6	Jd. Santa Inês	31	176
7	Sérgio Antonio	24	98
8	Pinga Sangue	20	91
9	Zircônio	19	75
10	Paulista	12	65
11	Progresso	12	46
12	Cláudia	7	29
13	Cristal	5	16
Total		913	4086

Fonte: IPPUL, 1996

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Quadro 4: Aglomerados subnormais de Londrina - situação em 1986

	Favelas e núcleos	N.º de unidades	N.º de pessoas
1	Novo Amparo	370	1909
2	Vila Rica	238	1049
3	Nossa Senhora da Paz	197	987
4	Franciscato	188	984
5	Jd. OK	139	743
6	Jd. Marabá	136	653
7	Marizia	113	519
8	Parque das Indústrias	100	511
9	Paraíso	62	317
10	Jd. Santa Inês	49	234
11	Colosso	25	121
12	Progresso	24	90
13	Sérgio Antonio	20	89
14	Perobal	20	96
15	Paulista	20	82
16	Pinga Sangue	13	54
17	Agari II	12	61
18	Cláudia	7	30
19	Cristal	5	30
Total		1738	8559

Fonte: IPPUL, 1996

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Quadro 5: Aglomerados subnormais de Londrina - situação em 1989

	Favelas e núcleos	N.º de unidades	N.º de pessoas
1	Nossa Senhora da Paz/Colosso	500	2250
2	Vila Rica	300	1350
3	Jd. Novo Perobal	270	1215 (50 fundo de vale)
4	Franciscato I	250	
5	Jd. Nova Conquista	183	823
6	Jd. Marabá	174	783
7	Marizia	154	693
8	Piocó/ Rosa Branca	130	585
9	Jd. Santa Inês/Zircônio	125	562
10	Franciscato II	92	414
11	Parque das Indústrias	90	405
12	Paraíso	56	252
13	Sérgio Antonio	35	157
14	Pinga Sangue	25	112
15	Progresso/Paulista	20	90
16	Cláudia	08	36
17	Cristal	06	27
Total		2418	10317

Fonte: IPPUL, 1996

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Quadro 6: Aglomerados subnormais de Londrina - situação em 1995

		N.º de unidades	N.º de pessoas
	Favelas em urbanização		
1	Rosa Branca I	140	700
2	Rosa Branca II	16	90
3	Marizia	130	650
	Favelas urbanizadas		
4	Jd. Novo Perobal	246	1230
5	Jd. Nossa Senhora da Paz	215	1075
6	Jd Sérgio Antonio	24	120
7	Jd. Nova Conquista	151	755
8	Jd. Franciscato I	202	1010
9	Jd. Franciscato II	94	470
10	Vila Rica	197	985
11	Santa Mônica	32	160
12	Santa Inês	35	175
	Favelas não urbanizadas		
13	Colosso	69	345
14	Alto da Boa Vista	93	465
	Núcleos - aglomerados com até 50 barracos		
15	Portal de Versalhes	01	05
16	Jd. Paulista	35	175
17	Zircônio	23	115
18	Cilo III	24	120
19	Cativa	30	150
20	Lixão (ao lado CH Milton Gavetti)	33	165
21	Vila Ricardo	16	80
22	Residencial Santa Mônica	14	70
23	Área destinada ao Centro Comunitário no Jd. Santa Fé	20	100
24	Área destinada à Horta Comunitária do Jd. Santa Fé	27	135
	Assentamentos		
25	Jd. Santa Fé	356	1780
26	Marizia II	37	185
27	Jd. União da Vitória	2097	10485
28	Quati	39	195
29	Jd. Taliano	31	155
Total		4427	22145

Fonte: IPPUL, 1996

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Quadro 7: Aglomerados subnormais de Londrina - situação em 2002

		N.º de unidades	N.º de pessoas
	Assentamentos – áreas aptas a serem regularizadas		
1	Vila Marizia I	38	190
2	Vila Marizia II	68	340
3	Jd. das Bananeiras	29	145
4	Jd. Rosa Branca I	140	700
5	Jd. Rosa Branca II	16	80
6	Jd. Santa Inês	35	175
7	Jd. Santa Mônica	32	160
8	Jd. Sérgio Antonio	24	120
9	Jd. das Paineiras	43	215
10	Jd. dos Campos	210	1050
11	Jd. São Jorge	748	3740
12	Remanescentes do CH Vivi Xavier	50	250
13	Jd. Leste-Oeste/ Vila Rica	197	985
14	Jd. Maracanã I e II	606	3030
15	Jd. Franciscato I	202	1010
16	Jd. Franciscato II	94	470
17	Jd Kobayashi	31	155
18	Jd. Morar Melhor	66	330
19	Jd. Novo Perobal	26	130
20	Jd. São Marcos	160	800
21	Jd. União da Vitória	100	500
22	C. Aurelino M. da Costa – Distrito de Guaravera	24	120
	Assentamentos e favelas urbanizadas – áreas regularizadas		
23	Jd. Santa Fé	356	1780
24	Quati	46	230
25	Jd. João Turquino	851	4255
26	Jd. Nossa Senhora da Paz	280	1400
27	Jd. Nova Conquista	151	755
28	Jd. Novo Perobal	246	1230
29	Jd. União da Vitória I, II, III, IV	1958	9790
	Ocupações irregulares em áreas particulares		
30	Jd. Santa Fé/Monte Cristo	590	2950
31	Jd. Primavera	120	600
32	Nossa Senhora Aparecida	168	840
33	Favela Colosso	80	400
34	Espera Feliz	43	215
35	Jd. Cristal	23	115

Cont.

Ocupações irregulares			
36	Fundo de Vale da Favela Marizia	129	645
37	Área destinada a Horta Comunitária – Jd. Santa Fé (Fundo de Vale)	76	380
38	Área destinada ao Centro Comunitário Jd. Santa Fé	20	100
39	Fundo de Vale da Favela Santa Inês	38	190
40	Fundo de Vale do Jd. Santa Mônica	15	75
41	Fundo de Vale do Resid. Santa Mônica – Chácara	86	430
42	Fundo do CH Pindorama	17	85
43	Vila Ricardo	20	100
44	Fundo de Vale da Rua Zircônio	29	145
45	Fundo de Vale CH José Belinati	62	310
46	Fundo de Vale da Rua Café Árábico	34	170
47	Fundo de Vale do Jd. Marieta	63	315
48	Fundo de Vale do Jd. Paulista – Cantinho do Céu	68	340
49	Fundo de Vale do Residencial Alphaville	18	90
50	Fundo de Vale dos CHs Aquiles Stenghel, Luiz de Sá e Maria Cecília	284	1420
51	Fundo de Vale Jd. dos Campos	52	260
52	Novo Amparo II	64	320
53	Cilo III	62	310
54	Cativa	50	250
55	Fundo de Vale do Jd. Franciscato	13	65
56	Fundo de Vale Novo Perobal	42	210
57	Jd. União da Vitória (encosta IV e V)	330	1650
Total		9423	47115

Fonte: PERFIL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, 2003 (Ano Base - 2002)

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Presidente Prudente, 24 de janeiro de 2005

JÚLIA LUCIANA PEREIRA DAS DORES